



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

IGOR GUEDES RAMOS

**O MESSIANISMO ACADÊMICO:  
REDENÇÃO PELA CLASSE OPERÁRIA:  
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS DÉCADAS  
DE 1970 E 1980**

---

Londrina  
2009

IGOR GUEDES RAMOS

**O MESSIANISMO ACADÊMICO:  
REDENÇÃO PELA CLASSE OPERÁRIA:  
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS DÉCADAS  
DE 1970 E 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, linha de pesquisa: Culturas, Representações e Religiosidade.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Joasilho

Londrina  
2009

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

R175m Ramos, Igor Guedes.

O messianismo acadêmico : redenção pela classe operária : uma  
análise da produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980 / Igor  
Guedes Ramos. – Londrina, 2009.  
125 f. : il.

Orientador: André Luiz Joanilho.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual  
de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em História Social, 2009.

Inclui bibliografia.

1. História social – Teses. 2. Produção acadêmica – Classe operária  
– História – Teses. I. Joanilho, André Luiz. II. Universidade Estadual de  
Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-  
Graduação em História Social. III. Título.


CDU 930.1


IGOR GUEDES RAMOS


**O MESSIANISMO ACADÊMICO:  
REDENÇÃO PELA CLASSE OPERÁRIA:  
UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DAS DÉCADAS  
DE 1970 E 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, linha de pesquisa: Culturas, Representações e Religiosidade.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. André Luiz Joaillho  
Universidade Estadual de Londrina

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Hélio Rebelo Cardoso Junior  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Sílvia Cristina Martins de Souza e Silva  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 31 de março de 2009.

*Dedico este trabalho aos meus avôs:  
Nydia e Cida e, em memória, Camilo  
e Adir.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar os meus agradecimentos às seguintes pessoas, mesmo àquelas que embora não tenham contribuído diretamente no trabalho, foram importantes no período em que ele se desenvolveu:

Ao professor André Luiz Joaquinho, maior responsável pelos meus acertos, há muitos anos do meu lado exercendo com esmero o papel de orientador.

Aos professores do departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, especialmente, Silvia Cristina Martins de Souza, Paulo Alves, José Miguel Arias Neto, Regina Célia Alegro e Sylvia Ewel Lenz, por tudo que me ensinaram e por todas as oportunidades que me deram.

A CAPES, pelo apoio financeiro.

Aos amigos da História, Milton, Celina, Julio e Regina, pelas ótimas horas de conversa.

Aos amigos, André, Thiago, Eduardo, Hugo, Junior, Fernandão, Nagai, Coutinho, Cláudio, Fanuchi, Flávio, Marcelo, Rodrigo, Erasmo e tantos outros, por transformarem momentos difíceis em lembranças felizes.

À minha mãe Carmen e ao meu "paidrasto" Eduardo, pelo apoio incondicional e por serem exemplos irretocáveis de cientistas.

Ao meu pai Márcio que, mesmo distante, sempre se preocupou comigo e me desejou o melhor.

A toda a minha família, pilar da minha vida.

À Milena e ao Ian, minha água e meu carbono, sem vocês não haveria vida!

*Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da 'história universal': mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer.*

*Friedrich Wilhelm Nietzsche*

RAMOS, Igor Guedes. **O messianismo acadêmico**: Redenção pela classe operária: Uma análise da produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

A produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980, que se dedica à formação da classe operária brasileira, traz consigo as expectativas de futuro de seus estudiosos. Logo, o passado aparece como prenúncio do que virá segundo representações de história e da classe operária. Esta dissertação tem por objetivo apontar como essas representações, por um lado, se constituem historicamente, por meio da incorporação das configurações socioculturais; e, por outro lado, se manifestam como matrizes da prática e do discurso acadêmico, estabelecendo os campos teóricos de interpretação da formação da classe operária brasileira. Nesta perspectiva, compreendemos que a produção acadêmica se apresenta como produção cultural, que transforma materiais brutos (memória) em materiais culturais (história), atribuindo sentido e cientificidade; de acordo com um lugar sociocultural e temporal, uma prática e uma escrita. No primeiro capítulo, apontamos as representações de classe operária e de história presentes na tradição marxista que influenciou a produção acadêmica brasileira. O segundo capítulo é dedicado a uma breve análise das diversas falas a respeito da classe operária brasileira, inclusive da produção acadêmica anterior a 1970. Analisamos, no terceiro e no quarto capítulos, respectivamente, a produção acadêmica da década de 1970 e da década de 1980; compondo assim o cerne de nossas questões.

**Palavras-chave:** Representações. Produção acadêmica. Classe operária.

RAMOS, Igor Guedes. **The academic messianism: Redemption for the working class: An analysis of the academic production of the decades of 1970 and 1980.** 2009. 159p. Dissertation (Master's degree in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

### **ABSTRACT**

The academic production of the decades of 1970 and 1980, which is devoted to the formation of the Brazilian working class, brings with itself the futures expectations of their specialists. Therefore, the past appears as sign of what will come according to history representations and of the working class. This dissertation has for objective to appear as those representations, on one side, they are constituted historically, through the incorporation of the sociocultural configurations; and, on the other hand, they show as producers of the practice and of the academic speech, establishing the theoretical fields of understanding of the formation of the Brazilian working class. In this perspective, we understood that the academic production comes as cultural production that transforms rude materials (memory) in cultural materials (history), attributing sense and rationality; in agreement with a sociocultural and temporary place, a practice and writing. In the first chapter, we pointed the working class representations and the history presents in the Marxist tradition that influenced the Brazilian academic production. The second chapter is dedicated to an abbreviation analysis of the several speeches regarding the Brazilian working class, besides of the academic production previous to 1970. We analyzed, in the third and fourth chapters, respectively, the academic production of the decade of 1970 and of the decade of 1980; composing like this the center of our subjects.

**Keywords:** Representations. Academic production. Working class.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA</b> .....	22
1.1 A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES DE MUNDO....	22
1.2 A NARRATIVA MARXISTA E SEU SENTIDO DE HISTÓRIA. ....	43
<b>2 A CLASSE OPERÁRIA EM ALGUMAS FALAS</b> .....	47
2.1 PRODUÇÃO MILITANTE.....	47
2.2 OS INTELLECTUAIS E A ANULAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA .....	48
2.3 O DESPONTAR DA CLASSE OPERÁRIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....	52
2.3.1 O modelo <i>uspiano</i> e seus antagonistas.....	53
2.3.2 A classe operária na produção <i>uspiana</i> .....	64
<b>3 ESTRUTURAS E SUJEITOS: A PRODUÇÃO DA DÉCADA DE 1970</b> .....	71
3.1 TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL .....	74
3.2 HISTÓRIA DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO NO BRASIL .....	102
3.3 CORRENTES DA ESTRUTURA E A MISSÃO DOS SUJEITOS .....	109
<b>4 OS ATORES LIBERTÁRIOS: A PRODUÇÃO DA DÉCADA DE 1980</b> .....	111
4.1 O SONHAR LIBERTÁRIO .....	121
4.2 DO CABARÉ AO LAR .....	135
4.3 RESGATANDO OS ATORES LIBERTÁRIOS .....	144
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	155

## INTRODUÇÃO

Desde o início de sua formação, ainda no século XIX, a classe operária brasileira foi tema da fala de diversos grupos socioculturais. A partir da década de 1960, foi adotada também como objeto de estudo por acadêmicos brasileiros. Ao longo dos anos, sociólogos, cientistas políticos, historiadores, entre outros, empreenderam pesquisas e produziram textos sobre o assunto. Logo, surgiram distintas formas de interpretação do objeto e controvérsias teórico-metodológicas, que muitas vezes foram relacionadas aos desdobramentos políticos e socioeconômicos ocorridos no país.

Em nossa perspectiva, para pensarmos essas distintas formas de interpretação é preciso analisar as representações de mundo, mais especificamente, de classe operária e de história<sup>1</sup>, presentes na referida produção acadêmica. Compreender como essas representações, por um lado, se constituíram historicamente e, por outro lado, como estabeleceram o campo teórico de compreensão de configurações sociais e trouxeram consigo expectativas de futuro, nas quais o passado, representado nos textos, aparece como prenúncio do que virá.

Faremos, sobretudo, a análise de parte da produção acadêmica das décadas de 1970 e 1980, que estudou a classe operária e seu movimento, no período da Primeira República. Isto é, a análise das obras *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*<sup>2</sup> de Boris Fausto, *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*<sup>3</sup> de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*<sup>4</sup> de Luzia Margareth

---

<sup>1</sup> Entendemos que existe uma distinção entre concepções de história e representações de história: As concepções de história contêm representações de história e as manifestam, quando questionamos as concepções de história a respeito do que projetam para o futuro e em termos de ação social, teremos representações e essas dizem respeito à História, por isso o termo representações de história. Aprofundaremos o assunto ao longo do texto.

<sup>2</sup> Referência da primeira publicação: FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**: (1890-1920). São Paulo: Difel, 1976.

<sup>3</sup> Referência da primeira publicação: HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

<sup>4</sup> Referência da primeira publicação: RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Rago e *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*<sup>5</sup> de Cristina Hebling Campos.

O interesse por essas obras é proveniente de sua grande repercussão no campo de produção acadêmico. Pois, em diversos balanços bibliográficos, resenhas e citações, aparecem como referência de inovação para suas respectivas épocas, como modelos basilares para futuras pesquisas ou, ainda, como obras derradeiras de interpretação da classe operária brasileira. Embora o motivo maior seja a proclamação - até mesmo auto-proclamação - de que essas obras apresentem diferentes formas de interpretação da história operária brasileira.

Não temos a pretensão de produzir ou eleger uma versão para essa história, mas sim o interesse de compreender como a produção acadêmica brasileira, das décadas de 1970 e 1980, representou essa classe e sua história. No entanto, dotar o vocábulo "representação" de um valor conceitual, ou como categoria fundamental de interpretação, requer algum esforço reflexivo. Uma vez que o vocábulo apresenta uma pluralidade de significados historicamente constituídos e, ainda, quando utilizado pelas ciências humanas, aparece mergulhado em um oceano de noções; lado a lado a conceitos como, por exemplo, ideologia, mentalidade, visão de mundo, imaginário, etc.; e construções teóricas, muitas vezes conflitantes<sup>6</sup>.

O léxico, atualmente, indica que "representação" é o ato ou efeito de representar, de tornar presente, de tornar algo visível ou perceptível a outrem. Ou, ainda, imagem intencionalmente chamada à consciência e mais ou menos completa de um objeto qualquer ou de um acontecimento anteriormente percebido, operação pela qual a mente tem presente em si mesma a imagem, a idéia ou o conceito que correspondem a um objeto que se encontra fora da consciência.

Antes do século XVII, o signo é uma "figura do mundo", inerente àquilo que ele significa, desde sempre ele existe, independente da ação do conhecimento; foi depositado sobre as coisas para que o homem pudesse desvendá-lo. No século XVII, os lógicos do Port-Royal definem o sistema de signos de forma binária, ou seja, pela ligação, de formas variadas, entre um significante e

---

<sup>5</sup> Referência da primeira publicação: CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes, 1988.

<sup>6</sup> Alguns apontamentos, a respeito da constituição de uma grande variedade de conceitos ao redor da noção de representação, podem ser encontrados em: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra

um significado; o signo já não mais existe por si só, é distinto do que significa, mas necessita da referência para existir e surge por meio de um ato do conhecimento<sup>7</sup>. Daí emerge uma acepção de "representação" manifesta no dicionário de Furetière, que não é estranha à atual.

Roger Chartier demonstra as duas linhagens de sentidos da acepção de Furetière: Por um lado, representação é o que exhibe uma presença, torna perceptível uma aparência. Por outro lado, representação é o que faz ver alguma coisa que está ausente, é um recurso do conhecimento que faz a mediação entre um objeto ausente e uma "imagem" capaz de reconstituir em memória e figurar o objeto ausente. É postulada, dessa maneira, uma relação de representação que articula o objeto (referente) com a imagem (signo) e que deve atender as seguintes condições: O conhecimento do signo como signo, diferente do real; e a existência de convenções que regulam a relação de representação, constituídas historicamente e partilhadas entre os indivíduos (ou grupos socioculturais). É, por isso, que a relação de representação pode apresentar uma pluralidade de compreensões ou incompreensões<sup>8</sup>.

É a partir dessa acepção de "representação", como instrumento que permite ver uma coisa ausente, de acordo com uma convenção partilhada, que relaciona referente (objeto) e signo (imagem); e como a exibição de uma presença que busca impor uma posição, um crédito; que Roger Chartier constrói sua noção de "representação" como sistema de compreensão do mundo e de exibição.

Nessa perspectiva, é preciso considerar os sistemas de classificações e de percepções (estabelecimento de limites, de posições, distinções, julgamentos, etc.), incorporados na forma de "representações coletivas", como dispositivos mentais duráveis - "verdadeiras instituições sociais" - que organizam a apreensão e inteligibilidade do real. "São esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado"<sup>9</sup>.

---

História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Contexto, v.15, n.29, p.9-27, 1995.

<sup>7</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo:

Martins Fontes, 1999, p.80-93.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p.20-21.

<sup>9</sup> Ibid., p.17.

Essa noção de "representação coletiva" é, em parte, um retorno a Emile Durkheim, que entende os "fatos sociais" como fenômenos que compreendem toda a maneira de agir, pensar ou existir; fixos ou não, exteriores ao indivíduo e dotados de vida própria, que exercem sobre o indivíduo uma coerção exterior por meio, por exemplo, das instituições educacionais, religiosas, militares, familiares, etc. As "representações coletivas" são uma das expressões do "fato social", compreendem os modos como uma sociedade (ou grupo social) concebe a si e o outro; são resultantes de uma imensa cooperação entre indivíduos ou grupos, que se estende no tempo e no espaço, infinitamente mais rica, mais complexa e mais estável que as representações individuais. Ainda, possuem uma realidade objetiva e não se expressam, necessariamente, de forma consciente e nem por meio de um indivíduo em particular<sup>10</sup>.

Para Roger Chartier, a "coerção" exterior exercida pelas diversas instituições sociais, incorporadas na forma de representações, que vão permitir os indivíduos (ou grupos) existirem no mundo, não aniquila o sujeito, mas lembra que os indivíduos estão sempre ligados por dependências recíprocas:

Em conseqüência, o objeto fundamental de uma história cujo projeto é reconhecer a maneira como os atores sociais investem de sentido suas práticas e seus discursos parece-me residir na tensão entre as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e os constrangimentos, as normas, as convenções que limitam - mais ou menos fortemente, dependendo de sua posição nas relações de dominação - o que lhes é possível pensar, enunciar e fazer. [...] Mas vale igualmente para uma história das práticas ordinárias que são, também elas, invenções de sentido limitadas pelas determinações múltiplas que definem, para cada comunidade, os comportamentos legítimos e as normas incorporadas<sup>11</sup>.

Cada grupo ou classe de indivíduos compartilha diferentes representações do mundo social, de acordo com o meio intelectual ou o lugar que ocupam na estrutura social. Cabe aqui distinguir o conceito de estrutura social, de sua aceção de senso comum, conforme indica Pierre Bourdieu, relacionando: A

---

<sup>10</sup> Cf. QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.68-72.

<sup>11</sup> CHARTIER, Roger. A HISTÓRIA HOJE: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, p.102-103.

noção de uma sociedade onde os grupos ou classes sociais ocupam papéis justapostos, mais ou menos pré-determinados de acordo com as respectivas condições materiais e profissionais, que se refere a uma situação de classe mais ou menos fixa, independente da totalidade da sociedade ou do momento histórico. Com uma noção que acrescenta outros conteúdos, dando ênfase nas diferentes relações constituídas entre os grupos ou classes como formadores da estrutura social e dos grupos ou classes contrapostos, ou seja, os grupos ou classes ocupariam posições em uma estrutura que varia conforme as relações deles próprios, conseqüentemente, de acordo com a sociedade e o momento histórico.

Levar a sério a noção de estrutura social supõe que cada classe, pelo fato de ocupar uma posição numa estrutura social historicamente definida e por ser afetada pelas relações que a unem às outras partes constitutivas da estrutura, possui *propriedades de posição* relativamente independentes de propriedades intrínsecas como por exemplo um certo tipo de prática profissional ou de condições materiais de existência<sup>12</sup>.

Em suma, é por meio das representações - imagens mentais, mais ou menos cristalizadas, construídas coletivamente, incorporando as estruturas sociais - que um grupo ou classe vê a si mesmo, os outros e o mundo de uma perspectiva própria; e que constitui e controla práticas e discursos, galgando exibir uma presença, estabelecendo uma posição, uma autoridade.

As representações, por serem coletivas e relativas ao grupo ou classe social, não são discursos neutros, produzem estratégias de dominação, de legitimação ou de justificação para impor uma perspectiva de mundo e uma autoridade perante os outros, isto é, estabelecer uma posição na estrutura social. Nas palavras de Roger Chartier:

As representações do mundo social [...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 03.

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, p.17.

Destarte, as representações são múltiplas e devem ser consideradas como historicamente construídas, uma vez que cada grupo ou classe social se relaciona com os outros de formas distintas em um dado momento e em uma dada sociedade. Nessa perspectiva, Roger Chartier define três modalidades de relação que essa noção de representação articula com o mundo social:

[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais 'representantes' (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe<sup>14</sup>.

Fica evidente que a noção de "representação", assim estabelecida, relaciona as realidades, objetiva e subjetiva; já que incorpora a estrutura social e constitui e controla as práticas e discursos que buscam construir o mundo social, à maneira de cada grupo ou classe social. Rompe com a distinção entre: As estruturas objetivas; de uma história atrelada a grande manipulação de documentos ou séries quantificáveis, que aspira reconstruir o passado tal como era. E as representações subjetivas; de outra história dedicada aos discursos, às idéias, etc. muitas vezes situados como distantes do real<sup>15</sup>.

Desta forma, pode pensar-se uma história cultural do social que tome como objecto a compreensão das formas e dos motivos - ou, por outras palavras, das representações do mundo social - que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v.5, n.11, 1991, p.183.

<sup>15</sup> Cf. Id., loc. cit.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990, p.19.

Neste estudo, queremos apontar as representações de classe operária e de história existentes na produção acadêmica brasileira e identificá-las como matrizes dos discursos e das práticas, historiográfica e sociológica. Isto é, localizar nos textos as representações que estabelecem o campo teórico de interpretação das configurações sociais, que constroem uma representação do passado, do presente e projetam um futuro. Em outra perspectiva, Maria Célia Paoli já apontou a importância da "imagem" ou "noção" da classe operária, que a produção acadêmica carrega, para elaboração das temáticas, teorias e métodos de interpretação:

[...] as divergências [de interpretação da classe operária] mais radicais se revelam no próprio modo como a noção da classe é montada, antes de aparecerem nas explicações sobre sua dinâmica. O lugar onde a classe é situada e descrita e a imagem dela construída são indissociáveis das explicações elaboradas, pois é na articulação entre as questões decorrentes de uma determinada abordagem e as imagens construídas na elaboração, que cada autor constitui sua unidade temática em torno do objeto 'classe operária'<sup>17</sup>.

Para autora, são as práticas da sociedade brasileira - como, por exemplo, os movimentos sociais, as lutas políticas, greves em massa, etc. - do final da década de 1970, que proporcionam as mudanças na "imagem" de classe operária entre os acadêmicos, conseqüentemente, modificando as categorias de análise e causando uma ruptura na produção acadêmica:

Se bem que todos os pesquisadores estejam plenamente conscientes de que a demolição do velho e a construção do novo se deve menos ao movimento interno das categorias de análise e muito mais à emergência concreta dos movimentos sociais de suas demandas e de suas práticas políticas, a apropriação destes temas propostos pela realidade se faz mais pela via da descoberta intelectual das categorias libertárias do que pelo registro paciente sistemático desta realidade como auto-reflexão<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v.3, n.6, set. 1983, p.130.

<sup>18</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1987, v.1, p.55.

Para nós, a noção de representação permite compreender a relação - sem operar uma distinção entre objetividade e subjetividade - das práticas e das estruturas socioculturais, com a imagem de classe operária presente na produção acadêmica. Afinal, a referida apropriação das categorias libertárias é feita por meio das representações de mundo dos intelectuais, que articulam um lugar sociocultural (o meio acadêmico), com uma prática e um discurso (científicos). Pois,

É um mesmo movimento que organiza a sociedade e as 'idéias' que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica, etc.) que constituem, entre eles, funções imbricadas, porém, diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas sócio-econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar<sup>19</sup>.

A constituição do que se pode chamar de "ciências modernas" - ocorrida por volta do século XVII - decorre também de uma separação de "corpos", que redistribui o espaço social. Não é uma retirada da sociedade, mas é a constituição de um lugar particular para o científico, o religioso, o político, etc. Nesse sentido, segundo Michel de Certeau<sup>20</sup>, a produção acadêmica articula-se com um lugar próprio na estrutura social, com particularidades socioeconômicas, políticas e culturais. A relação que um lugar mantém com os outros lugares sociais, vai definir sua posição na estrutura social e, como corolário, permitir, incentivar, proibir, legitimar, autorizar, etc. sua produção. O estatuto e o volume do público consumidor (letrado, massificado, somente os pares, somente estudantes, etc.) da produção acadêmica, a situação socioeconômica do país, as liberdades civis, a valorização do profissional letrado, etc. influência e, muitas vezes, determina o modo de trabalhar (as práticas) e o discurso (a escrita) da produção acadêmica:

Cada vez mais o trabalho se articula com base em equipes, líderes, meios financeiros e, portanto, também pela mediação de créditos, fundamentados nos privilégios que proximidades sociais ou políticas proporcionam a tal ou qual estudo. E, igualmente, organizado por uma profissão, que tem suas próprias hierarquias, suas normas centralizadoras, seu tipo de recrutamento psicosocial<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.70.

<sup>20</sup> Cf. Ibid. p.66-77

<sup>21</sup> Ibid., p.73.

A produção acadêmica no Brasil, por exemplo, sempre manteve uma relação de interferência com o lugar da produção política:

Nem o Estado Novo de Getúlio Vargas, nem mesmo o Estado autoritário dos militares deixaram de tentar cooptá-los [os intelectuais] ou, em todo caso de levá-los em conta. E mais ainda: em todas as épocas, ou quase, os governantes parecem querer se apropriar das representações do fenômeno político propostas pelos intelectuais, e estes, com freqüência, estiveram prontos a inspirar-se nas representações professadas pelo Estado<sup>22</sup>.

Destarte, ao estudar as representações de mundo e de classe operária na produção acadêmica brasileira, é preciso - como assinala Michel de Certeau - verificar o que não se manifesta claramente no discurso, ou seja, o lugar na estrutura sociocultural de onde falam os acadêmicos, que permite, modela, legitima e consome suas falas. A partir do "lugar acadêmico" - com suas próprias práticas e representações - outras representações (de classe operária, política, mundo, história, etc.) serão apropriadas dando origem a "novas representações" compartilhadas pelos acadêmicos.

Segundo Michel de Certeau, o lugar possui uma dinâmica interna, o grupo acadêmico possui sua própria hierarquia, modelos de legitimação, graus de autoridade, enquadramento de pesquisas, centralização interna, idiotismo, recrutamento social específico, etc. que são traços que remetem a um estatuto de ciência, a uma organização interna e ao estabelecimento de uma posição na sociedade. No interior do lugar científico se constituem subgrupos ou escolas, pois cada "doutrina" deve ser institucionalizada como condição para uma linguagem científica (a instituição social pode ser um Boletim, Jornal, escola, faculdade, etc.); cada disciplina (doutrina institucionalizada) é a lei de um grupo e de uma pesquisa (de uma prática). A instituição dá estabilidade social à "doutrina" e ambas mantêm uma correlação de determinação. A produção acadêmica denuncia sua relação com a instituição por meio, por exemplo, do pronome "nós", este faz a mediação com a instituição<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, p.10.

<sup>23</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66-77.

O "nós" corresponde também aos verdadeiros leitores e julgadores da produção científica - como aponta Michel de Certeau e Pierre Bourdieu<sup>24</sup> -, a saber; os próprios pares acadêmicos, que apreciam o texto, segundo critérios científicos, e decidem se é um texto historiográfico (ou de forma mais geral, se é um texto científico) e habilitam o autor a falar o discurso historiográfico (ou científico). Os leitores compradores (o público em geral) são apenas sustentáculos financeiros e morais. Essa relativa autonomia em relação ao restante da sociedade, que o lugar da produção acadêmica possui, se deve as suas leis internas, ao seu hermetismo, ao seu grau de "burocracia" ou "cientificidade" e a uma posição de dominante na estrutura social:

Pode se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudito com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento. Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irreduzíveis a todos os princípios externos de divisão, por exemplo os fatores de diferenciação econômica, social ou política, como a origem familiar, a fortuna, o poder (no caso de um poder capaz de exercer sua ação diretamente sobre o campo), bem como às tomadas de posição políticas<sup>25</sup>.

A produção acadêmica esta circunscrita por um lugar que se relaciona com a estrutura social, mas que possui características próprias e uma autonomia que depende, também, de sua capacidade interna de se estruturar e de marcar posição. Desse lugar vão se constituir as representações de classe operária e de historia aqui estudadas, que vão ser as matrizes das práticas e dos discursos proferidos, por isto:

Antes de saber o que a história *diz* de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ele *torna possíveis* certas pesquisas

---

<sup>24</sup> Cf. Ibid., passim.; BOURDIEU, Pierre. op. cit., passim.

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 106.

em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas *torna* outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos, políticos) na análise. Sem dúvida, esta combinação entre *permissão* e *interdição* é o ponto cego da pesquisa histórica e a razão pela qual ela não é compatível com *qualquer coisa*<sup>26</sup>.

Destarte, para Michel de Certeau, fazer história é uma prática, relativa a um lugar e um tempo. A prática historiográfica é o que mediatiza a transformação dos elementos naturais (memória) em elementos culturais (história). O trabalho do historiador -ou de qualquer outro "cientista social" que se veste de historiador - é de transformar, obedecendo a normas, a "matéria-prima", os arquivos, as curiosidades, as coleções, enfim a memória; em "produto normatizado", em história. A historiografia é um dos vários instrumentos humanos que modifica a relação da sociedade com a natureza, "transforma o natural em utilitário", por exemplo, floresta em plantação, montanha em paisagem, igreja em museu, memória em história. O historiador articula natureza e cultura, transformando elementos naturais (brutos) em elementos culturais (refinados)<sup>27</sup>.

Não pensar a história como uma prática que transforma o natural em cultural, de acordo com regras e técnicas próprias do tempo e do lugar de onde fala o historiador (produtor), é colocar a produção historiografia ao lado da lenda, do romance. "Quando o historiador supõe que um passado já dado se desvenda no seu texto, ele se alinha com o comportamento do consumidor. Recebe, passivamente, os objetos distribuídos pelos produtores"<sup>28</sup>. É científica a operação que age sobre a sociedade presente; por meio da transformação de elementos naturais em elementos culturais (das fontes em história).

O trato com o "documento" - "objeto" que dá o "efeito de real" ao discurso histórico - é uma prática de apropriação<sup>29</sup>, feita por meio de uma representação de mundo, de história e, em nosso caso, também, de classe operária. Não se pode deixar de considerar as condições em que a apropriação da fonte ocorre, por exemplo, a existência de arquivos documentais organizados, a utilização

---

<sup>26</sup> CERTEAU, Michel de. op. cit., p.76-77.

<sup>27</sup> Cf. Ibid., p.77-80.

<sup>28</sup> Ibid., p.80.

<sup>29</sup> Apropriação no sentido apontado por Roger Chartier em: CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990, p.26-27.

de fontes orais, pesquisas informatizadas, entre outros "fatores" que influenciam a apropriação documental, possibilitando uma outra perspectiva de história. Isto é, a construção de um outro discurso historiográfico.

Ainda, a prática historiográfica (ou no sentido mais geral, acadêmica) é apontada por Michel de Certeau como uma prática do desvio, ou seja, é a tentativa do acadêmico de "preencher" as lacunas dos modelos anteriores, de analisar as especificidades que as interpretações anteriores não dão conta. "Poder-se-ia dizer que a formalização da pesquisa tem, precisamente, por objetivo produzir 'erros' - insuficiências, falhas - cientificamente utilizáveis"<sup>30</sup>. Destarte, a pesquisa apóia-se nos limites das pesquisas anteriores, para construir modelos interpretativos "corretivos". Novamente, esse desvio se apóia no lugar da produção acadêmica, nas condições socioculturais do momento histórico, nas representações, ou seja, parte das questões presentes para interpretar o passado.

Michel de Certeau assinala que a escrita histórica (ou discurso historiográfico) busca preencher as lacunas da pesquisa dando inteligibilidade aos recortes documentais, desta forma, proporciona uma inversão do tempo da prática. Pois, o tempo da pesquisa vai do presente para o passado, o tempo do discurso vai do passado para o presente:

Quer participe (ou não) de uma temática do progresso, faça drenagem das longas durações ou conte uma seqüência de 'episteme', enfim, qualquer que seja o seu conteúdo, a historiografia trabalha para encontrar um presente que é o término de um percurso, mais ou menos longo, na trajetória cronológica (a história de um século, de um período ou de uma série de ciclos). O presente, postulado do discurso, torna-se a *renda* da operação escrituraria: o lugar de produção do texto se transforma em lugar produzido pelo texto<sup>31</sup>.

Em outras palavras, a escrita historiográfica é um discurso de sentido, possui uma cronologia que, por um lado, demarca uma "origem" (muitas vezes dissimulada) indispensável à orientação da narrativa; e, por outro lado, visa o presente (mesmo que exista um vazio narrativo entre o término da cronologia e o presente do autor/leitor), permitindo que a atualidade exista no tempo e signifique a

---

<sup>30</sup> CERTEAU, Michel de. op. cit., p.86.

<sup>31</sup> Ibid., p.97-98.

si mesma. Revela em surdina a construção de um sentido, que pretende compreender o passado a partir do presente.

Neste sentido, o discurso histórico representa o passado, conforme uma perspectiva do presente (conforme as representações de mundo de seus produtores) e projeta um futuro. Quando nos propomos a analisar as representações de classe operária e de história, entendemos que estas manifestam essa articulação entre passado, presente e futuro. Para manter a coerência interna de nossa interpretação com o arcabouço teórico utilizado, não visamos uma verdade acabada, mas apontar uma perspectiva de interpretação da produção acadêmica brasileira, que estudou a formação da classe operária no Brasil.

Abordamos o tema a partir de quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais: No primeiro capítulo, apontamos as representações de classe operária e de história presentes em parte da tradição marxista. O segundo capítulo é dedicado a uma breve análise das diversas falas a respeito da classe operária brasileira, inclusive da produção acadêmica anterior a 1970. Analisamos, no terceiro e quarto capítulos, respectivamente, a produção acadêmica da década de 1970 e da década de 1980, compondo assim o cerne de nossas questões.

## 1 A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA

Pensar as representações de classe operária e de história na produção acadêmica brasileira leva, imediatamente, ao um encontro com o universo marxista. Uma vez que os paradigmas marxistas impregnaram - com sua linguagem, idéias, termos, etc. - de tal forma os estudos a respeito da história do trabalho e da indústria, que se tornou impraticável manter-se integralmente a sua margem<sup>32</sup>. A produção acadêmica brasileira sobre o tema não foge a essa norma<sup>33</sup>.

A tradição marxista - representada principalmente por obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Ilitch Lênin, Leon Trotski, Georg Lukács, Antonio Gramsci, Eric John Earnest Hobsbawm e Edward Palmer Thompson - é constante na produção acadêmica brasileira, sobretudo após 1960. Porém, essa tradição é apropriada de forma específica, de acordo com as representações de mundo partilhadas pelos acadêmicos brasileiros; e mesclada a outros métodos e teorias de análise como, por exemplo, o funcionalismo francês, a sociologia industrial americana e, na década de 1980, a "microfísica do poder" de Michel Foucault.

Retomaremos a discussão a respeito da forma como o marxismo é apropriado pelos acadêmicos brasileiros mais adiante, agora é necessária uma reflexão a respeito das representações de mundo e de classe operária presentes na tradição marxista<sup>34</sup>.

### 1.1 A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES DE MUNDO

Segundo Marx e Engels, a concepção materialista da história tem como "primeiro pressuposto de toda a história humana [...] a existência de indivíduos

---

<sup>32</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.19, passim.

<sup>33</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v.3, n.6, p. 129- 149, set. 1984, p.134-135.

<sup>34</sup> Esta reflexão é fundamentada, sobretudo, nos textos de caráter marxista citados pela produção acadêmica brasileira das décadas de 1970 e 1980, objeto deste estudo.

vivos"<sup>35</sup>. Para atender a este primeiro pressuposto, é necessário que o homem produza a si mesmo e a espécie;

[...] todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si, e isso é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que tanto hoje como há milênios, tem de ser cumprida todos dias e todas as horas, simplesmente para assegurar a vida dos homens<sup>36</sup>.

O ato de produzir os elementos necessários para a manutenção e procriação da vida humana: Por um lado, conduz a novas necessidades como, por exemplo, a aquisição de ferramentas e instrumentos de produção mais eficientes; alimentos, moradia e vestimentas mais elaborados; etc<sup>37</sup>. Por outro lado, os indivíduos constituem relações com a natureza - ou seja, com as condições naturais dadas como, por exemplo, oro-hidrográficas, geológicas, climáticas, composição da fauna e flora, etc<sup>38</sup>. - e com os outros indivíduos:

A produção da vida, tanto da própria vida no trabalho quanto da vida estranha na procriação, parece já se mostrar desde logo na condição de relação dupla - de um lado, como relação natural, e de outro como uma relação social -, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim. Disso se pode deduzir que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre unidos a um determinado modo de cooperação ou a um determinado estágio social - modo de cooperação que é, por sua vez, uma 'força produtiva' -, que a soma

---

<sup>35</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.41.

<sup>36</sup> Ibid., p.50.

<sup>37</sup> Cf. Ibid., p.51.

<sup>38</sup> Gheorghii Valentinovitch Plekhanov em *Os princípios fundamentais do marxismo* retoma a importância das condições geográficas na constituição e desenvolvimento das *forças produtivas* e das *relações sociais de produção*: “[...] Onde não existiam metais, as tribos aborígenes não puderam ultrapassar com seus próprios meios os limites da chamada ‘idade da pedra’. Da mesma forma, para que os pescadores e os caçadores primitivos pudessem passar ao pastoreio e à agricultura, eram necessárias condições geográficas apropriadas, ou seja, uma fauna e uma flora correspondentes. [...] Já nos mais baixos estágios da evolução humana, as tribos entram em relação umas com as outras, trocando entre si seus produtos. [...] Mas é compreensível que a facilidade maior ou menor com a qual tais relações se estabelecem e se desenvolvem depende também das propriedades do meio geográfico.” PLEKHANOV, Gheorghii Valentinovitch. **Os princípios fundamentais do marxismo**. São Paulo: Hucitec, 1978, p.31-32.]

das forças de produção acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a 'história da humanidade' deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e do intercâmbio<sup>39</sup>.

A primeira relação social (material e espiritual) emerge da relação natural existente na família, entre homem, mulher e filho; "que no princípio constitui a única relação social, mais tarde, quando as necessidades, ao se multiplicarem, criam novas relações sociais e o número aumentado de homens cria novas necessidades"<sup>40</sup>, novas relações sociais (materiais e espirituais) se constituem e assim sucessivamente.

Desta maneira, a produção e a reprodução da vida humana, inicialmente, requerem uma cooperação "simples" entre os indivíduos, a saber; a relação familiar, que corresponde a uma produção mínima, apenas para atender as necessidades básicas dos seres humanos (alimento, vestimenta, moradia, etc.). Posteriormente, ocorre o aumento da população, novas necessidades surgem, novos objetos são incorporados ao ambiente, novas relações entre os indivíduos e entre estes e a natureza são constituídas, gerações de homens se sucedem e a experiência humana se acumula; levando a sociedade a um outro "estágio social" (ou "fase industrial"). É por isto, que na concepção materialista da história, a história da humanidade pode ser dividida em estágios (ou fases) e deve ser pensada em conexão com a história da produção e do intercâmbio (ou das *relações sociais de produção*<sup>41</sup>).

---

<sup>39</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. op. cit., p.52.

<sup>40</sup> Ibid., p.51.

<sup>41</sup> 41 Segundo Marcelo Backes, o conceito *Verkehr* (intercâmbio) ou *Verkehrsformen* (formas de intercâmbio) em *A ideologia Alemã* toma diversos significados; como, por exemplo, o trânsito de mercadorias e/ou de pensamentos e as relações materiais e/ou espirituais entre indivíduos, grupos de indivíduos ou mesmo entre nações. Entretanto, o objetivo do conceito é indicar que as relações materiais, sobretudo as relações sociais estabelecidas no processo de produção, são à base de todas as outras relações humanas (religiosas, políticas, sexuais, etc.); sendo adotado definitivamente em obras posteriores de Marx e Engels o termo *produktionsverhältnisse* (relações de produção). Desta maneira, optamos por adotar o termo "relações sociais de produção" quando nos referirmos ao *intercâmbio* material ou de produção; e o termo "relações sociais" quando nos referirmos ao *intercâmbio* espiritual ou as demais relações humanas, que têm como base as relações sociais de

Esta concepção da história consiste, pois, em expor o processo real da produção, partindo, para tanto, da produção material da vida imediata, e do ato de conceber a forma de intercâmbio correspondente a este modo de produção e engendrada por ele, quer dizer, a sociedade civil em suas diferentes fases, como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação como Estado e explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas da consciência, a religião, a filosofia, a moral etc. [...]. Esta concepção, diferente da idealista, não busca uma categoria em cada período, mas se mantém sempre sobre o *terreno* histórico real (*auf dem wirklichen Geschichtsboden*); não explica a prática partindo da idéia, mas explica as formações ideológicas sobre a base da prática material, através do que chega, conseqüentemente, também ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser destruídos por obra da crítica espiritual [...], mas tão-somente podem ser dissolvidas com a derrocada prática das relações sociais reais [...] - de que a força propulsora da história, inclusive a da religião, da filosofia e a de toda a teoria, não é a crítica, mas sim a revolução<sup>42</sup>.

Enquanto a concepção idealista da história entende que as idéias ou os pensamentos criam e condicionam a produção material; Marx e Engels entendem que o modo como os indivíduos produzem sua vida material, ou seja, seu *modo de produção*, é que cria e condiciona os produtos do *espírito*, a saber; as ideologias políticas, as concepções religiosas, os códigos morais e estéticos, os sistemas legais, jurídicos, de ensino, de comunicação, de linguagem, o conhecimento filosófico e científico, as representações coletivas de sentimentos, ilusões, as concepções de si, dos outros e do mundo, as psicologias sociais, etc<sup>43</sup>. "A consciência é, portanto, já de antemão um produto social, e o seguirá sendo enquanto existirem seres humanos"<sup>44</sup>; e não o social um produto da consciência.

Da mesma forma, o Estado é a expressão do modo como os indivíduos produzem materialmente, ou seja, as instituições políticas e sociais condizem com a estrutura socioeconómica:

---

produção. Cf. BACKES, Marcelo. Nota à tradução. In MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. op. cit., p.25-26.

<sup>42</sup> Ibid., p.61-62.

<sup>43</sup> Cf. QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 37.

<sup>44</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. op. cit., p.53.

Uma vez que o Estado é a forma sob a qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns, e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, deduz-se daí que todas as instituições comuns se objetivam através do Estado e adquirem a forma política através dele<sup>45</sup>.

Daí, se pode pensar uma dada sociedade de acordo com a articulação entre; por um lado, a sua base material ou *estrutura*, expressa no *modo de produção* desta sociedade; e, por outro lado, a sua *superestrutura*, expressa no *espírito* desta sociedade, este último emana da *estrutura*. Marx e Engels explicam essa articulação da seguinte forma:

A produção das idéias, das representações, da consciência é, ao princípio, entrelaçada sem mediações com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, a linguagem da vida real. A formação das idéias, o pensar, a circulação espiritual entre os homens ainda se apresentam nesse caso como emanação direta de seu comportamento material. Vale o mesmo para a produção espiritual, conforme esta se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, idéias e assim por diante, mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas forças de produção e pela circulação correspondente às mesmas, até chegar a suas formações mais distantes. A consciência (*Bewusstsein*) não pode ser jamais algo diferente do ser consciente (*bewusstes Sein*), e o ser dos homens é um processo de vida real<sup>46</sup>.

Nesta perspectiva, a *superestrutura* de uma sociedade emana e é condicionada pela produção material da vida, pela *estrutura* desta sociedade. Entretanto, como ressalta Gheorghii Valentinovitch Plekhanov (1856-1918), a *superestrutura*, depois de constituída e ainda condicionada pela *estrutura*, influencia no desenvolvimento da última:

Não há dúvida que as relações políticas influem sobre o desenvolvimento econômico, mas é também indubitável que antes de influir sobre este desenvolvimento, elas são por ele criadas. [...] se o 'fator' ideológico representa um papel importante no desenvolvimento da sociedade, ele próprio é previamente criado por este desenvolvimento<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Ibid., p.89.

<sup>46</sup> Ibid., p.48.

<sup>47</sup> PLEKHANOV, Gheorghii Valentinovitch. op. cit., p.47-48.

Com isso, Plekhanov quer dizer que a *estrutura*, ao criar a *superestrutura*, cria ao mesmo tempo os limites e meios de influência da *superestrutura* sobre a *estrutura*; desta forma, a *estrutura* "conserva inteiramente seu valor predominante, mesmo quando cede seu lugar a outros"<sup>48</sup>. Para o autor, essa sentença é coerente com a necessidade, proferida por muitos marxistas, de inculcar, por meio de uma vanguarda, as idéias comunistas no operariado, como forma de semear a revolução<sup>49</sup> - voltaremos a essa questão mais adiante.

Na concepção de Marx e Engels, a base material ou *estrutura* é expressa pelo conceito de *modo de produção* que, por sua vez, representa um estágio de desenvolvimento das *forças produtivas* e das *relações sociais de produção*; estabelecendo, por isto, todas as características internas e externas de uma sociedade:

Esse modo da produção (*Weise der Produktion*) não deve ser observado apenas sob o ponto de vista que faz dele a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito antes, uma forma determinada de expressar sua vida, uma *forma de vida* determinada do mesmo. Assim como os indivíduos expressam sua vida, assim eles também são. O que eles são, coincide com sua produção, tanto com o *que* eles produzem, quanto com o *como* eles produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. [...] As relações (*Beziehungen*) entre diferentes nações dependem de como cada uma delas desenvolveu suas forças de produção, a divisão do trabalho e o intercâmbio interno. [...] toda a estrutura interna dessa nação, depende do nível de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo<sup>50</sup>.

O *modo de produção* representa o estágio de desenvolvimento humano de uma sociedade. Marx e Engels, em suas obras, fazem menção aos seguintes *modos de produção*; comunista primitivo (ou tribal), antigo, asiático, feudal, capitalista e comunista<sup>51</sup>. Em *A Ideologia Alemã*, os autores esboçam a seguinte "ordenação" de alguns desses *modos de produção*, do menos desenvolvido ao mais desenvolvido; tribal, antigo, feudal, capitalista e comunista. Os autores consideram

---

<sup>48</sup> Ibid., p.53.

<sup>49</sup> Cf. Ibid., p.48.

<sup>50</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.42-43.

<sup>51</sup> Cf. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. op. cit., p.38.

as forças produtivas, a divisão do trabalho, a forma de propriedade e o intercâmbio presentes em cada um destes *modos de produção* para avaliar seu grau de desenvolvimento<sup>52</sup>.

A mudança de um *modo de produção* para o outro mais desenvolvido, depende de dois fatores interdependentes. Isto é, "de um lado as forças de produção vigentes e de outro a formação de uma massa revolucionária que se levante não apenas contra certas condições da sociedade até agora, mas contra a própria 'produção da vida' vigente até agora"<sup>53</sup>.

O primeiro fator refere-se ao processo de desenvolvimento dos elementos que compõe o *modo de produção*, a saber; as *relações sociais de produção* e as *forças produtivas*.

Cada nova força de produção, na medida em que não for a mera expansão quantitativa de forças de produção até então conhecidas (por exemplo o arroteamento de terras), tem por conseqüência a nova formação da divisão do trabalho.

[...]

Os diferentes estágios de desenvolvimento da divisão de trabalho são, da mesma maneira diferentes formas da propriedade; quer dizer, o estágio da divisão do trabalho em cada uma das fases determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho [, ou seja, as relações sociais de produção]<sup>54</sup>.

Destarte, as *relações sociais de produção* referem-se à forma como uma sociedade se organiza para produzir e para distribuir o produto, como os recursos e os diferentes tipos de trabalhos são alocados, ou seja; se referem ao tipo de divisão social do trabalho e à forma de propriedade. As *relações sociais de produção* são condicionadas pelas *forças produtivas*, estas se referem à capacidade de produção de uma sociedade, ou seja; o desenvolvimento tecnológico, o grau de domínio sobre a natureza, a qualidade e a quantidade de instrumentos de produção, os processos e modos de cooperação na produção, a divisão técnica do trabalho, as matérias-primas disponíveis, etc<sup>55</sup>., Marx acrescenta:

<sup>52</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. op. cit., p.44-47, passim.

<sup>53</sup> Ibid., p.62.

<sup>54</sup> Ibid., p.43.

<sup>55</sup> Cf. QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. op. cit., p.34-36.

[...] os homens não são livres de escolher suas *forças produtivas* - base de toda sua história, - pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia acha-se determinada pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior a êles, que não foi criada por êles e é produto das gerações anteriores. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pelas gerações precedentes, que lhe servem de matéria-prima para a nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade porquanto as forças produtivas dos homens e, por conseguinte, suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento<sup>56</sup>.

Nessa concepção da história da humanidade, uma geração de homens lega certa "quantidade e qualidade" de *forças produtivas* à próxima geração, esta herda as *forças produtivas* e tem por tendência desenvolvê-las<sup>57</sup>, ou seja, "[...] o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais pisa sobre os ombros da anterior, segue desenvolvendo sua indústria e seu intercâmbio, e modifica sua organização social segundo as novas necessidades"<sup>58</sup>. Esse encadeamento de *forças produtivas* gera uma conexão, um sentido positivo à história humana; e permite que a história humana seja dividida em estágios de desenvolvimento, representados pelos diferentes *modos de produção*. Marx, ao sintetizar a concepção materialista da história, explica como ocorre a transição de um estágio de desenvolvimento para outro:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura

<sup>56</sup> Carta de Karl Marx a Pavel Vasilyevich Annenkov, em 28 de dezembro de 1846. In MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976, p.171.

<sup>57</sup> Segundo Marx e Engels, as *forças produtivas* nos *modos de produção* menos desenvolvidos (comunista primitivo, antigo, feudal, etc.) possuem grande possibilidade de serem perdidos ou destruídos, devido às guerras e ao baixo intercâmbio entre as localidades, o que dificulta o seu desenvolvimento contínuo. "Apenas quando o intercâmbio se torna um intercâmbio universal e tem a grande indústria por base, quando todas as nações já entraram em luta concorrencial, a durabilidade das forças de produção estará garantida"; ou seja, no modo de produção capitalista. Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2007, p.80.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p.67.

econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existente ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez. [...] Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos são captadas no processo de seu devir<sup>59</sup>.

Daí, podemos concluir: Em primeiro lugar, que a *superestrutura* - toda a produção espiritual ou elementos do pensamento - é gerada e condicionada pela *estrutura*, pelo modo como os indivíduos produzem sua vida material, suas *relações sociais de produção* e suas *forças produtivas*. Ainda, a *superestrutura* reage, dentro de certos limites, influenciando na *estrutura*.

Em segundo lugar, que as *forças produtivas* determinam e são determinadas pelas *relações sociais de produção*; ambas estão em constante e irrepreensível desenvolvimento e o estágio de desenvolvimento dessas, determina o *modo de produção* ou o estágio de desenvolvimento humano.

Em terceiro lugar, que as *relações sociais de produção* e a *superestrutura* vigentes, proporcionam o desenvolvimento das *forças produtivas* até que, num dado momento, as *forças produtivas* em desenvolvimento são "freadas" pelas *relações sociais de produção* e pela *superestrutura* vigentes, o que constitui uma "contradição"<sup>60</sup> entre uma e outra. Conseqüentemente, essa "contradição" - no

---

<sup>59</sup> MARX, Karl. Prefácio. Londres, 1859. In GIANNOTTI, José Arthur (org.). **Os Pensadores**: Karl Marx – Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.129-130.

<sup>60</sup> Segundo Castoriadis, Marx e os marxistas em geral adotaram o termo "contradição" com a pretensão de atribuir um caráter dialético a este modelo de pensamento. Entretanto, para Castoriadis,

momento onde as condições históricas estejam favoráveis e exista uma massa revolucionária - faz com que as *relações sociais de produção* e a *superestrutura* vigente se "rompam" dando lugar a *relações sociais de produção* e a uma *superestrutura* que retomam o desenvolvimento das *forças produtivas*. Desta forma, se constitui um outro estágio social ou *modo de produção* mais desenvolvido.

E, finalmente, que em cada estágio do desenvolvimento humano, surgem apenas às contradições possíveis de serem resolvidas por meio das condições materiais vigentes ou latentes. Isto é, uma nova forma de organização social só se constitui por meio da produção material e nunca pela produção espiritual, conseqüentemente, o processo histórico equivale ao desenvolvimento material da humanidade.

Existe, ainda, um segundo fator que possibilita a transição de um *modo de produção* para outro, a saber; a constituição de uma massa revolucionária. Afinal, segundo Marx e Engels, a história de todas as sociedades tem sido a história da luta entre exploradores e explorados, que termina sempre com a revolução social ou com a destruição de ambos os lados em conflito. Esse conflito é em alguns momentos explícito, em outros momentos dissimulado; e se renova constantemente com o surgimento de outras formas de exploração, tendo fim somente com a eliminação de todas as relações de opressão e a instituição do comunismo<sup>61</sup>. Essa relação conflituosa, em determinadas fases históricas como, por exemplo, na sociedade moderna, adquire o caráter de luta de classes:

Pelo que me diz respeito, não cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, alguns historiadores burgueses tinham exposto o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e alguns economistas burgueses, a sua anatomia. O que acrescentei de novo foi demonstrar: 1) que a *existência das classes* está unida apenas a *determinadas fases históricas do desenvolvimento da produção*; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à *ditadura do proletário*; 3) que esta mesma ditadura não é mais que a transição para a *abolição de todas as classes* e para uma *sociedade sem classe*<sup>62</sup>.

---

este modelo de pensamento tem um caráter mecânico e, por isto, o termo possível de ser utilizado é "tensão". Cf. CASTORIADIS, Cornelius. op. cit. p. 29.

<sup>61</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2007. p.1.

<sup>62</sup> Carta de Karl Marx a Carl Weidemeyer, 1852 apud QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. op. cit., p.43.

Segundo Marx e Engels, no início da época feudal a produção se baseava, por um lado, no cultivo da terra pelo trabalho servil e, por outro lado, "pelo trabalho próprio com o pequeno capital, que controlava o trabalho dos artífices"<sup>63</sup> nas manufaturas individuais; a divisão do trabalho era ínfima, existia o embrião do antagonismo entre cidade e campo, "a estrutura dos estamentos era, em todo caso, fortemente desenvolvida; mas além da separação entre príncipes, nobres, clero e camponeses no campo, e entre mestres artífices, aprendizes e em pouco também o populacho diarista nas cidades, não houve divisão significativa"<sup>64</sup>.

A gradual evasão dos servos da gleba para as cidades, propiciou o estabelecimento definitivo da divisão entre campo e cidade, o desenvolvimento das corporações de ofício e, por conseguinte, a ampliação da produção. O gradual desenvolvimento das *forças produtivas* - permitido pelas *relações sociais de produção* feudal - gerou a separação entre produção e comércio, isto é, "a formação de uma classe especial de comerciantes"<sup>65</sup>. Neste momento, "no seio da sociedade feudal", nasce o *gérmen* de sua própria destruição, a saber; os primeiros burgueses. Com o desenvolvimento das *forças produtivas* - possibilitado, também, pelos burgueses -, pouco a pouco, a burguesia se torna classe consciente e massa revolucionária<sup>66</sup>.

Atendidas as duas condições da transformação social, isto é, o entrave no desenvolvimento das *forças produtivas* e a constituição de uma massa revolucionária, o *modo de produção* vigente é destruído por meio da revolução e um outro estágio do desenvolvimento social emerge. Desta forma, na transição do feudalismo para o capitalismo:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcais e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus 'superiores naturais' ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do 'pagamento à vista'.

[...]

Vemos pois; os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Em um certo grau do desenvolvimento desses meios de produção e de

<sup>63</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.47.

<sup>64</sup> Id., loc. cit.

<sup>65</sup> Ibid., p.78.

<sup>66</sup> Ibid., passim.

troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura, em suma, o regime feudal de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Entravam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outras tanta cadeias que era preciso despedaçar; foram despedaçadas. Em seu lugar, estabeleceu-se a livre concorrência, com uma organização social e política correspondente, com a supremacia econômica e política da classe burguesa<sup>67</sup>.

O despedaçar das relações feudais e a instituição das relações capitalistas, possibilitou o desenvolvimento ampliado e universal das *forças produtivas* e construiu o intercâmbio mundial. A classe burguesa fez com que todas as sociedades e todos os indivíduos dependessem do mundo inteiro para satisfazer suas necessidades, colocou todas as relações sociais e as forças da natureza sob o controle do capital<sup>68</sup>.

Entretanto, as relações capitalistas são demasiadas estreitas para suportar o continuo desenvolvimento das *forças produtivas*. Este fato, por um lado, "faz com que a relação do trabalho se torne insuportável não apenas no que diz respeito ao capitalista, mas inclusive no que diz respeito ao próprio trabalho"<sup>69</sup>; produzindo crises extensas e destruidoras e reduzindo, cada vez mais, os meios para evitar a revolução que destrói a sociedade burguesa e instituí a sociedade sem classes. Por outro lado, "a grande indústria criava uma classe que em todas as nações era movida pelo mesmo interesse, e na qual a nacionalidade já está de antemão destruída, uma classe que de fato se desprendia de todo o velho mundo e que ao mesmo tempo o enfrentava"<sup>70</sup>, a saber; o operário moderno, o sujeito da revolução. Destarte, a própria burguesia constrói os mecanismos de sua destruição, pois forja as armas (desenvolve as *forças produtivas*) e os homens (cria o proletariado) que empunharão essas armas contra a mesma<sup>71</sup>.

---

<sup>67</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2007. p.3-4.

<sup>68</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.84-88.; MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2007. p.3-5.

<sup>69</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.87.

<sup>70</sup> Id., loc. cit.

<sup>71</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2007. p.5-8.

Apesar das relações capitalistas simplificarem as relações de exploração, uma vez que a "sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado"<sup>72</sup>; existem, ainda, outras classes ou frações de classe como, por exemplo: O *lumpen-proletariado*, composto pelos indivíduos quase completamente excluídos da sociedade, em condição de vida extremamente precária, como, por exemplo, mendigos, criminosos, saltimbancos, miseráveis, etc<sup>73</sup>. A pequena burguesia, de caráter reformista, que tende a "exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia"<sup>74</sup>. O campesinato, ligado à pequena propriedade rural e aos valores familiares, que tende a se opor as outras classes da sociedade, contudo "seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política [...]. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome", que através de um Parlamento, quer através de uma convenção"<sup>75</sup>.

Essas e outras classes (ou frações de classe) possuem tendências reacionárias ou reformistas, entretanto quanto mais desenvolvidas estiverem as *forças produtivas*, quanto mais as relações capitalistas estiverem em crise, quanto mais se aproxima o momento da revolução; maior a possibilidades dos indivíduos das outras classes se tornarem ou se colocarem ao lado do proletariado<sup>76</sup>.

O proletariado, única classe verdadeiramente revolucionária nesse momento histórico, se desenvolve lado a lado com o acirramento das contradições presentes no *modo de produção* capitalista:

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletariados, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um

---

<sup>72</sup> Ibid., p.2.

<sup>73</sup> Cf. Ibid., p.7.; MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In GIANNOTTI, José Arthur (org.). op. cit., p.366.

<sup>74</sup> MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In GIANNOTTI, José Arthur (org.). op. cit., p.350.

<sup>75</sup> Ibid., p.397.

<sup>76</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2007. p.7.

nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. [...] A organização do proletariado em classes e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa. [...] [A burguesia em todas as suas lutas; contra a aristocracia, contra outras frações da própria burguesia que impedem o progresso da indústria, etc.] vê-se forçada a apelar para o proletariado, reclamar seu concurso e arrasta-lo assim para o movimento político, de modo que a burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria. Demais, [...] frações inteiras da classe dominante, em consequência do desenvolvimento da indústria são precipitadas no proletariado, ou ameaçadas, pelo menos, em suas condições de existência. Também elas trazem ao proletariado numerosos elementos de educação<sup>77</sup>.

Na perspectiva de Marx e Engels, o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado, de acordo com as condições históricas deste proletariado, conduz à distinção conceitual entre *classe em si* e *classe para si*:

A *classe em si* é um grupo de indivíduos que somente compartilham as mesmas condições objetivas, ou seja, a mesma situação em relação à propriedade dos meios de produção, ao capital e às outras classes. É uma classe que baseia sua luta nas reivindicações económicas - combate os efeitos e não a causa dos efeitos - como, por exemplo, aumento salarial, redução de horas trabalhadas, etc.; que não supera o imediatismo e o reformismo e, por isso,

renuncia a revolucionar o velho mundo com ajuda dos grandes recursos que lhe são próprios, e tenta, pelo contrário, alcançar sua redenção independente da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência, e, portanto, tem por força que fracassar<sup>78</sup>.

A *classe para si* é um grupo de indivíduos que compartilham condições objetivas e subjetivas, ou seja, além da mesma situação em relação à propriedade dos meios de produção, ao capital e às outras classes; possuem uma

---

<sup>77</sup> Ibid., p.6.

consciência universal, política e revolucionária de suas condições materiais e impõem um projeto político revolucionário, capaz de destruir a sociedade capitalista e instituir a sociedade comunista. Isso implica a fusão da práxis com a concepção teórica comunista<sup>79</sup>.

As condições objetivas do proletariado já determinam sua tarefa histórico-revolucionária e despertam sua consciência de classe *em si*. O modo de produção capitalista ao tornar as condições de vida do operariado extremamente precárias, produz movimentos espontâneos de resistência, que manifestam os primeiros passos da classe operária para a tomada de consciência, apesar de ainda ser um momento pré-político e/ou não revolucionário.

Isto nos mostra que o 'elemento espontâneo' no fundo, não é senão a *forma embrionária* do consciente. Os tumultos primitivos já traduziam certo despertar da consciência: os operários perdiam sua crença costumeira na perenidade do regime que os oprimia; começavam... não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva, e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades<sup>80</sup>.

Na perspectiva de Lênin e Trotski, a luta espontânea é o embrião da consciência de classe, que induz, cada vez mais, o proletariado a resistir à dominação e alcançar uma consciência *para si*. A luta espontânea, a experiência cotidiana, as diversas formas de resistência, etc. produzem as condições necessárias para a proliferação do comunismo científico entre o proletariado, ou seja, favorece a constituição de uma classe operária *para si*:

A consciência da classe operária não pode ser uma consciência política verdadeira, se os operários não estiverem habituados a reagir contra *todo* abuso, *toda* manifestação de arbitrariedade, de opressão e de violência, *quaisquer que sejam as classes* atingidas; a reagir justamente do ponto de vista social-democrata, e não de qualquer outro ponto de vista. A consciência das massas operárias não pode ser uma consciência de classe verdadeira, se os operários não aprenderem a aproveitar os fatos e os acontecimentos políticos

<sup>78</sup> MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In GIANNOTTI, José Arthur (org.). op. cit., p.335.

<sup>79</sup> Cf. ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicato e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990, p.22-24.; QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. op. cit., p.43-

45.; MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976, p.164, passim.

<sup>80</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978, p.24.

concretos e de grande atualidade, para observar *cada uma* das outras classes sociais em *todas* as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar praticamente a análise e o critério materialista a *todas* as formas da atividade e da vida de *todas* as classes, categorias e grupos de população<sup>81</sup>.

A classe operária *em si* tende a se tornar classe operária *para si*, todavia, depende da compreensão subjetiva de sua tarefa histórico-revolucionária. Essa forma de compreensão é lenta, penosa e contraditória; depende da ação de uma vanguarda experiente e esclarecida, e da organização operária em sindicatos e em Partido Comunista. "Porque é somente através de sua minoria com consciência de classe que a classe operária converte-se em fator histórico"<sup>82</sup>. Já que:

Os operários [...] *não podiam ter* ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. Os fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, pertenciam eles próprios, pela sua situação social, aos intelectuais burgueses<sup>83</sup>.

Destarte, o "salto" da classe operária de consciência *em si* para consciência *para si*, depende da ação da vanguarda comunista. Isto é, de um grupo de indivíduos experientes e esclarecidos, provenientes tanto da própria classe operária como da intelectualidade burguesa. Uma vez que, a opressão do capitalismo, permite "somente à vanguarda a possibilidade de superar as dificuldades e chegar a uma clara compreensão das tarefas do conjunto de sua classe"<sup>84</sup>.

Essa vanguarda, consciente do comunismo científico e de sua tarefa histórico-revolucionária, tem por função conscientizar, organizar e conduzir a classe

---

<sup>81</sup> Ibid., p.55.

<sup>82</sup> TROTSKI, Leon. **Escritos sobre sindicato**. São Paulo: Kairós, 1978, p.20.

<sup>83</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. op. cit., p.24.

operária; esclarecendo ao proletariado à necessidade da universalidade do movimento operário, da liberdade de crítica, da organização democrática sindical, da constituição e independência do Partido Comunista e da tarefa histórico-revolucionária da classe operária<sup>85</sup>.

Os sindicatos "devem abranger uma massa crescente de operários, e entre eles muitos elementos atrasados. Somente cumprirão sua missão se se guiarem conscientemente por princípios firmemente estabelecidos"<sup>86</sup> pela vanguarda revolucionária e pelo Partido Comunista. Já que os sindicatos, "por seus objetivos, sua composição e o caráter de seu recrutamento não têm, nem podem ter, um programa revolucionário acabado"<sup>87</sup>. O Partido Comunista tem por função:

Em tempos de 'paz', quando as formas mais militantes de ação sindical consistem em greves econômicas isoladas, o papel direto do partido na ação sindical passa a um segundo plano. Geralmente o partido não toma uma decisão sobre cada greve isolada. *Ajuda* o sindicato a decidir sobre se a greve é oportuna, mediante sua informação econômica e política e seus conselhos. *Colabora* com cada greve mediante a agitação etc. Mas o primeiro lugar na greve certamente corresponde ao sindicato.

A situação muda radicalmente quando a mobilização eleva-se à greve geral ou inclusive a uma luta direta pelo poder. Nessas condições o papel de direção do partido passa a ser direto, aberto e imediato. Os sindicatos (naturalmente os que não passam para o outro lado da barricada) convertem-se em aparelhos organizativos do partido, que aparece, perante toda a classe, como líder da revolução e assume toda a responsabilidade. Entre a greve econômica parcial e a insurreição revolucionária há toda uma gama de possíveis relações entre o partido e os sindicatos, vários graus de influência direta e imediata etc. Mas, quaisquer que sejam as condições, o partido trata de ganhar influência contando com a autonomia dos sindicatos, os quais (cabe repetir) não estão 'submetidos' a ele organizativamente<sup>88</sup>.

Destarte, sem a vanguarda revolucionária e o Partido Comunista, a classe operária, está fada a falhar em sua tarefa histórico-revolucionária, mesmo que se organize em sindicatos ou em partidos de outras vertentes e lute contra a opressão e a exploração inerentes ao capitalismo; sua luta será meramente de

---

<sup>84</sup> TROTSKI, Leon. op. cit., p.31.

<sup>85</sup> Cf. Ibid., passim.

<sup>86</sup> Ibid., p.24.

<sup>87</sup> Ibid., p.90.

<sup>88</sup> Ibid., p.32-33.

caráter econômico, particular, espontâneo e/ou reacionário. Uma vez que *"todo culto da espontaneidade do movimento operário, toda diminuição do papel do 'elemento consciente', do papel da social-democracia significa - quer se queira ou não - um reforço da influência da ideologia burguesa sobre os operários"*<sup>89</sup>.

Os cultos à espontaneidade e ao sindicalismo estão impregnados de ideologias reacionárias e/ou pré-políticas, que a vanguarda revolucionária deve ajudar a expurgar. Entre essas ideologias, segundo Marx e Engels, podemos citar como exemplo; o socialismo reformista, elaborado por elementos da burguesia, tem caráter reacionário e busca remediar os males do capitalismo, sem que ocorra a luta de classes e a revolução, para isso;

[...] procura fazer com que os operários se afastem de qualquer movimento revolucionário, demonstrando-lhes que não será tal ou qual mudança política, mas somente uma transformação das condições da vida material e das relações econômicas, que poderá ser proveitosa para eles. Notai que, por transformação das condições da vida material, esse socialismo não compreende em absoluto a abolição das relações burguesas de produção - o que só é possível por via revolucionária, - mas, apenas reformas administrativas realizadas sobre a base das próprias relações de produção burguesas e que, portanto, não afetam as relações entre o capital e o trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para diminuir os gastos da burguesia com seu domínio e simplificar o trabalho administrativo de seu Estado<sup>90</sup>.

Na perspectiva de Hobsbawm, as classes - em sua acepção objetiva - existem desde as sociedades arcaicas que romperam com as relações de parentesco. Entretanto, "a consciência de classe é um fenômeno da era industrial moderna"<sup>91</sup>, ou seja, somente com o desenvolvimento do capitalismo as classes começam a adquirir consciência de si próprias e produzem movimentos sociais genuinamente políticos e coesos.

Por isso, as classes trabalhadoras provenientes das sociedades arcaicas, ao adentrarem as sociedades modernas - por vontade própria ou por coerção -, tendem a apresentar uma consciência de classe indeterminada, ambígua

<sup>89</sup> LÊNIN, Vladimir Ilitch. op. cit., p.30.

<sup>90</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 15 out. 2007. p.18.

<sup>91</sup> HOBBSAWM, Eric John Earnest. Notas sobre consciência de classe. In HOBBSAWM, Eric J. E. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.36.

e/ou conservadora. Gradativamente, já participando das sociedades modernas, essas classes trabalhadoras começam a se formar como classe consciente de si própria, apesar de esse ser um momento importante à constituição de práticas revolucionárias é, também, um momento propício à proliferação de ideologias e movimentos sociais, pré-políticos ou primitivos<sup>92</sup>.

Entre as ideologias pré-políticas, Hobsbawm destaca o anarquismo clássico, que por se basear nas revoltas espontâneas e descartar a luta sindical e político-partidária; "é incapaz de resistir de forma organizada a uma repressão verdadeiramente eficiente e a um controle constante, [...] é uma forma de movimento de quase impossível e efetiva adaptação às condições modernas, apesar de ser o resultado delas"<sup>93</sup>.

O anarco-sindicalismo, em relação ao anarquismo clássico, apresenta a vantagem de admitir uma organização sindical, o que é um passo, embora não concretizado, em direção a uma luta político-partidária<sup>94</sup>, mas sua debilidade era uma compreensão errônea da natureza do Estado e do Partido.

Para Hobsbawm - fundamentado principalmente em Marx, Lênin e Lukács - existem tipos e níveis de consciência de classe, que correspondem a formas de organização:

O nível mais baixo é representado pelo que Lênin (com sua costumeira visão precisa e realista das realidades sociais) chamou de 'consciência sindical', e o mais alto é representado pela 'consciência socialista' (ou possivelmente, mas de forma muito mais rara algum tipo de consciência que prefigura a transformação total da sociedade). A primeira (como Lênin também observou) é aquela gerada mais espontaneamente, mas também a mais limitada. Sem a última, a consciência de classe da classe operária é, historicamente falando, incompleta [...]<sup>95</sup>.

O autor faz, também, uma distinção entre operários e camponeses e a forma como esses desenvolvem a consciência de classe:

---

<sup>92</sup> Cf. HOBBSAWM, Eric John Earnest **Rebeldes Primitivos**: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p.12-14.

<sup>93</sup> Ibid., p.119.

<sup>94</sup> Cf. Ibid., p.118.

<sup>95</sup> HOBBSAWM, Eric John Earnest. Notas sobre consciência de classe. In HOBBSAWM, Eric J. E. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.47.

[Os camponeses], que também são uma classe historicamente subalterna, exigem que mesmo a mais elementar consciência de classe ou organização em escala nacional (isto é, politicamente eficaz) lhes seja importada de fora, enquanto as formas mais elementares de consciência de classe, ação de classe e organização tendem a desenvolver-se espontaneamente dentro da classe operária. O desenvolvimento de movimentos sindicais significativos é quase universal em sociedades de capitalismo industrial (a menos que seja impedido pela coerção física)<sup>96</sup>.

Em outras palavras, o operariado tende espontaneamente a desenvolver o nível mais baixo de consciência de classe e se organizar em sindicato. Contudo, o tipo (e nível) mais amplo de consciência de classe não surge espontaneamente, é "incorporada realmente na classe operária através dos movimentos operários socialistas que essa classe desenvolveu"<sup>97</sup>. Os camponeses, ao contrário do operariado, não desenvolvem sequer o nível mais baixo de consciência espontaneamente; seu tipo de consciência de classe "é geralmente bastante ineficaz, exceto quando organizada e conduzida por não-camponeses com idéias não-camponesas"<sup>98</sup>. Destarte, Hobsbawm reafirma a importância da vanguarda socialista, para o maior desenvolvimento da consciência de classe, das organizações e dos movimentos sociais das classes subalternas.

A perspectiva de Thompson difere parcialmente das anteriores, já que para o autor:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram - ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> Ibid., p.37.

<sup>97</sup> Ibid., p.35.

<sup>98</sup> Id., loc. cit.

<sup>99</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.10.

Portanto, a classe surge quando, por meio das relações humanas e da luta de classes<sup>100</sup>, um grupo de pessoas passa a se comportar repetidamente de modo classista; partilhando, não somente a mesma posição nas relações de produção, mas também comportamentos, cultura e instituições que condizem com seus interesses. A experiência -conhecimento apreendido historicamente por meio das práticas reais e diretamente determinado pelas relações de produção - ao se articular com a cultura (idéias, valores, tradições, instituições, etc.) do grupo social, constitui a "consciência de classe" deste grupo. Destarte, em Thompson a "consciência de classe" tem caráter temporal e geográfico, é constituída pela articulação histórica entre experiência e cultura de um determinado grupo social, não pode ser imputada ao grupo social por um partido, seita e/ou intelectual portadores da consciência "verdadeira".

Para Thompson, a "classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição"<sup>101</sup>. Por isso, a classe deve ser compreendida por meio de evidências históricas tratadas, isto é, o historiador deve iniciar sua análise pelos dados empíricos e, posteriormente, organizá-los por meio da teoria. Desta maneira, a classe é expressa como uma "categoria histórica", em oposição à parte da tradição marxista (especialmente leninista), que muitas vezes define classe por meio de um modelo ideal -que precede as evidências históricas - e medidas quantitativas, produzindo uma noção de classe como "categoria estática"<sup>102</sup>.

A noção de classe como "categoria histórica" manifesta dois sentidos distintos: O primeiro, é a classe como conteúdo histórico real, presente apenas nas sociedades capitalistas, onde as classes se reconhecem como classes, com interesses opostos e em luta entre si. O segundo, é a classe como categoria heurística, capaz de organizar evidências históricas que não possuem correspondência direta com o termo, isto é, categoria alternativa de explicação do processo histórico universal e manifesto de conflito entre "grupos humanos" em

---

<sup>100</sup> Thompson assinala que a "luta de classe" precede a própria "classe", tendo o primeiro conceito caráter mais universal que o segundo. Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciéncia de clase**: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989, p.37.

<sup>101</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.12.

<sup>102</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.12.

sociedades pré-capitalistas, onde os "grupos humanos" não se reconhecem como classe<sup>103</sup>.

Essa perspectiva de análise está presente na obra *A formação da classe operária inglesa* (*The Making of the English Working Class*); na qual Thompson vasculha os becos sem saída, as causas perdidas e a história dos perdedores, "tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do 'obsoleto' tear manual, o artesão 'utópico' e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade"<sup>104</sup>. Destarte, produz uma história que se preocupa com o "fazer-se da classe operária", em oposição às histórias que obscurecem a atuação dos trabalhadores e/ou se fundamentam na evolução posterior para criticar o passado<sup>105</sup>.

Por afirmar o processo de "fazer-se" da classe operária, como meio único de constituição da consciência de classe operária, Thompson rompe com a noção de vanguarda socialista - necessária à conscientização e desenvolvimento da classe operária e seu movimento - presente, sobretudo, na vertente marxista-leninista.

## 1.2 A NARRATIVA MARXISTA E SEU SENTIDO DE HISTÓRIA

A tradição marxista, em linhas gerais, pressupõe que as sociedades humanas, ao longo da história, se desenvolvem materialmente e, conseqüentemente, espiritualmente. Nesse processo, a classe operária é um ator fundamental para promover o desenvolvimento humano e constituir uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

Para Marx e Engels, a instituição do comunismo é o processo real de desenvolvimento humano, sua instituição depende do estado de desenvolvimento material das sociedades e da luta de classes:

---

<sup>103</sup> Cf. Ibid., p.36-37.

<sup>104</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.13.

<sup>105</sup> Cf. Ibid., p.9-14.

O comunismo não é, para nós, um *estado (Zustand)* que deve ser implantado, um *ideal* ao qual a realidade 'haverá' de se sujeitar. Nós chamamos de comunismo o movimento *real* que suspende e supera (*aufhebt*) o estado de coisas atual. As condições deste movimento se despreendem da premissa atualmente vigente. Ademais, a massa dos *simples* trabalhadores - da mão-de-obra massiva excluída do capital ou de qualquer satisfação de suas necessidades, por limitada que seja - e, portanto, a perda não puramente temporal deste mesmo trabalho como fonte segura de vida pressupõe, através da concorrência, o *mercado mundial*. Portanto, o proletariado apenas pode existir *em um plano histórico-mundial*, da mesma forma que o comunismo, que é a ação do proletariado, apenas pode chegar a adquirir realidade como existência histórico-universal; existência histórico-universal dos indivíduos imediatamente vinculada à história universal<sup>106</sup>.

A sociedade comunista elimina a sociedade de classes, isto é, a exploração do homem pelo homem; e cria uma sociedade universal de liberdade e igualdade. Desta forma, segundo Marx e Engels:

[...] na sociedade comunista, onde cada indivíduo não tem para si um círculo exclusivo de atividades, mas pode desenvolver suas aptidões no ramo que melhor lhe aprouver, a sociedade se encarrega de regular a produção universal, com o que ela torna possível, justamente através disso, que eu possa me dedicar hoje a isto e amanhã àquilo, que possa caçar pela parte da manhã, pescar pela parte da tarde e à noite apascentar o gado, e depois de comer, criticar, se for o caso e conforme meu desejo, sem a necessidade de por isso me tornar caçador, pescador, pastor ou crítico algum dia<sup>107</sup>.

Emerge nesta concepção marxista um sentido da história, com caráter positivo, que determina o progresso irremediável da produção e, conseqüentemente, da consciência humana. Na perspectiva de Cornelius Castoriadis, o sentido da história no marxismo é explicado da seguinte forma:

Existe uma dialética da história que faz com que os pontos de vista sucessivos das diversas épocas, classes, sociedades, mantenham entre si uma relação definida (mesmo se muito complexa). Eles obedecem a uma ordem, formam um sistema que se desdobra no tempo, de maneira que o que vem depois ultrapassa (suprime conservando) o que estava antes. O presente compreende o

<sup>106</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.59.

<sup>107</sup> Ibid., p.56.

passado (como momento 'superado') e por isso pode compreendê-lo melhor do que esse passado se compreendia a si mesmo. Essa dialética é, em sua essência, a dialética hegeliana; o que era para Hegel o movimento do logos, torna-se em Marx o desenvolvimento das forças produtivas e a sucessão de classes sociais que marca suas etapas não tem, em relação a isto, nenhuma importância. [...] esta dialética é a dialética da aparição sucessiva de diversas *classes* na história, ela não é mais, necessariamente, infinita de direito; ora, a análise histórica mostra que ela pode e deve completar-se com o aparecimento da 'última classe', o proletariado<sup>108</sup>.

Essa reflexão de Castoriadis - além de sugerir a prática do desvio do modelo marxista em relação ao modelo hegeliano - indica que na concepção marxista, a história é constituída por estágios (classes e sociedades) que se sucedem e se superam, até que encontra seu fim no proletariado e na sociedade comunista. O próprio Marx indica este sentido da seguinte forma:

Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana<sup>109</sup>.

Daí emerge um sentido da história que pode ser compartimentado em épocas ou estágios de desenvolvimento do processo social de produção. Esse sentido possui proporções épicas; uma vez que tem seu início no momento em que o homem surge como homem no mundo e começa a produzir seus víveres, por meio das suas condições corporais, antes mesmo de ter consciência:

Pode-se diferenciar os homens dos animais através da consciência, através da religião, através do que se quiser. Eles mesmos começam a se diferenciar dos animais quando começam a *produzir* seus víveres, um passo que é condicionado por sua organização corporal<sup>110</sup>.

<sup>108</sup> CASTORIADIS, Cornelius. op. cit., p.48-49.

<sup>109</sup> MARX, Karl. Prefácio. Londres, 1859. In GIANNOTTI, José Arthur (org.). op. cit., p.130.

<sup>110</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.42.

O *modo de produção* capitalista é o último estágio desse desenvolvimento, nele as *forças produtivas* se desenvolvem mais do que em qualquer outra época e, conseqüentemente, produz contradições estruturais e superestruturais, a classe operária (a última massa revolucionária) e o comunismo científico, ou seja, as condições necessárias para instituir a sociedade comunista. A sociedade comunista, resultante do processo real de desenvolvimento, marca o fim da "pré-história da sociedade humana".

Destarte, a concepção marxista - independente da *nuance* que venha a adquirir - ao construir um sentido para a história humana, manifesta um desejo de futuro, que se fundamenta em uma representação do passado e em uma transformação do presente.

## 2 A CLASSE OPERÁRIA EM ALGUMAS FALAS

Do final do século XIX até 1970, a classe operária brasileira foi tema das "falas" de diversos grupos socioculturais como, por exemplo, anarquistas, comunistas, políticos, intelectuais, entre outros; conseqüentemente, muitas representações foram construídas a seu respeito. Essas diversas construções, direta ou indiretamente, influenciaram as representações de classe operária, presentes na produção acadêmica brasileira das décadas de 1970 e 1980. Devido ao grande volume de "falas" a respeito da classe operária, nos fundamentamos em balanços bibliográficos e análises acadêmicas (referenciados ao longo do texto) para analisá-las.

### 2.1 A PRODUÇÃO MILITANTE

Os primeiros textos a respeito da classe operária no Brasil - a exemplo do que ocorre em outros países - são de autoria de militantes e de caráter não-acadêmico<sup>111</sup>. Pois, foram produzidos por operários, advogados, políticos, sindicalistas, etc. vinculados ao movimento operário; e não apresentam uma "normatização" científica e/ou um vínculo institucional, elementos característicos da produção acadêmica.

Os textos militantes surgem, aproximadamente, no início do século XX, e perduram até os dias atuais. Apesar de apresentarem enormes variações de abordagem e conteúdo, compartilham algumas características, "tais como: o estilo hagiográfico; [...] função legitimadora do papel e das políticas das organizações ou dos indivíduos de que trata; a criação de uma cronologia própria; e a concepção teleológica da história"<sup>112</sup>.

Entre alguns exemplos da vasta produção militante, encontramos: Os inúmeros jornais operários e sindicais do início do século XX; como, *Voz do*

---

<sup>111</sup> Cf. BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.146.

*Trabalhador, La Battaglia, O amigo do Povo, A Lanterna*, entre outros. A coletânea de artigos denominada *Apontamentos de direito operário* (1905) de Evaristo de Moraes, publicada no jornal *Correio da Manhã*. Diversas obras de autoria de militantes anarquistas, que tendem a fazer apologia aos movimentos anarquista da Primeira República como, por exemplo, *I paesi nei quali non si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile* (1920) de Gigi Damiani e *Anarquismo -Roteiro da Libertação Social* (1963) de Edgard Leuenroth. Encontramos, ainda, obras como *A formação do PCB* (1962) de Astrojildo Pereira e *O movimento sindical no Brasil* (1962) de Jover Telles; que, por estarem vinculadas ao Partido Comunista e fundamentadas no modelo ideal de classe operária da concepção marxista-leninista, representam a classe operária brasileira pré-partido (antes de 1922) como inconsciente<sup>113</sup>.

A produção militante, ainda que não possua caráter acadêmico, participa da produção acadêmica brasileira, já que muitas vezes é apropriada como "fonte" de pesquisa ou, ainda, por influenciar nas posturas, política e teórica dos acadêmicos.

## 2.2 OS INTELLECTUAIS E A ANULAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

Na década de 1920, a produção acadêmica brasileira adquiriu maior contorno institucional e força pública. Esse processo está associado, por um lado, à constituição da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920; e da Universidade de São Paulo, em 1934; ambas criadas com o intuito de formar a elite dirigente e cultural do país. E, por outro lado, à tentativa da intelectualidade brasileira em alcançar uma posição dominante perante o restante da sociedade. Para isso, foi construído um discurso e uma prática que visavam formar um campo acadêmico autônomo, hermético, homólogo ao campo político e que serviria de auxiliar ao Estado brasileiro. Neste sentido, os intelectuais apropriaram-se de concepções e

---

<sup>112</sup> Ibid., p.147.

<sup>113</sup> Cf. Ibid., p.146-148.; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v.3, n.6, set. 1984, p.132-135.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Trabalho industrial no Brasil: Uma revisão. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.14, out. nov. dez. 1975, p.121-122.

problemáticas gerais, presentes entre diversos outros grupos socioculturais -como, por exemplo, a construção da nação e a organização social - e as elaboraram dentro do campo intelectual - por meio do positivismo, do darwinismo social, realismo, etc. - constituindo um saber que somente os próprios detinham a legitimidade de utilizar<sup>114</sup>.

Esses intelectuais - herdeiros do pensamento positivista e formadores da ideologia do Estado Novo - "só pensam o proletariado do ângulo da construção da nacionalidade e, por aí, constataam sua imaturidade e inconsistência"<sup>115</sup>. Destarte, o trabalhador brasileiro é um "agregado amorfo sem vida própria"<sup>116</sup>, que deve ser guiado e moldado pela elite cultural brasileira. Tal pensamento emerge no discurso de diversos intelectuais do período como, por exemplo, de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951): a realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja<sup>117</sup>.

De Ignacio Manoel Azevedo do Amaral (1889-1950):

É preciso que sobre elas [as massas] se exerça a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos do psiquismo das minorias [os intelectuais]<sup>118</sup>.

Ou, ainda, de Plínio Salgado (1895-1975):

Não podemos de maneira nenhuma cortejar a massa popular. Ela é o monstro inconsciente e estúpido [...] O povo já se escravizou, de há muito, aos seus exploradores. Não devemos bajular o escravo e sim salvá-lo do cativeiro, não com agrados, mas com a imposição de novas formas de mentalidade<sup>119</sup>.

<sup>114</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p.19-57.

<sup>115</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v.3, n.6, set. 1984, p.133.

<sup>116</sup> Id., loc. cit.

<sup>117</sup> VIANNA, 1922 apud PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.29.

<sup>118</sup> AMARAL, 1930 apud PÉCAUT, Daniel. loc. cit.

<sup>119</sup> SALGADO, 1930 apud PÉCAUT, op. cit., p.48.

Sendo o povo um monstro inconsciente, estúpido, escravizado, incapaz de elaborar e realizar um ideal coletivo, tarefa somente possível a uma minoria ilustrada; não é de se estranhar, por exemplo, a ausência de estudos sobre os movimentos anarquistas das décadas de 1900 e 1910, nessa produção. Esses intelectuais, em geral, desconsideraram a existência de uma classe operária brasileira organizada ou a importância dos movimentos sociais levados a cabo por esta, durante o período da Primeira República.

Segundo Sergio Miceli<sup>120</sup> e Paulo Sergio Pinheiro<sup>121</sup>, essa postura da elite intelectual brasileira, se explica por seus membros serem provenientes das classes dominantes do país. Para Daniel Pécaut<sup>122</sup>, apesar de algumas identificações ocasionais, esses intelectuais possuíam grande autonomia em relação aos outros grupos socioculturais, como evidencia o discurso de Vianna:

A classe agrícola, a classe industrial, a classe comercial, a classe operária [...] vivem em estado de semiconsciência dos seus próprios direitos e dos seus próprios interesses, e de absoluta inconsciência da sua própria força. São classes dissociadas, de tipo amorfo e inorgânico<sup>123</sup>.

Destarte, os intelectuais da primeira metade do século XX - "detentores do conhecimento a respeito da realidade social e do progresso no Brasil" - se colocam em uma posição superior ao restante da sociedade e como auxiliares do Estado brasileiro. E é por meio deste Estado, autoritário e organizador, principalmente após 1930, que os intelectuais tentam transformar o "povo" em nação<sup>124</sup>.

Segundo Maria Célia Paoli<sup>125</sup>, esta forma de intervenção intelectual na sociedade, está presente nas falas "irritadas" dos empresários brasileiros, que culpam o Estado e os "teóricos" por "formarem" a classe operária e "inaugurarem" a luta de classes no Brasil:

---

<sup>120</sup> Cf. MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979, passim.

<sup>121</sup> Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. op. cit., passim.

<sup>122</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., passim.

<sup>123</sup> VIANNA, 1927 apud PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.44.

<sup>124</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.19-57.

<sup>125</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1987, v.1, p.53-101.

Assim, se é visível e quase anedótico, na fala empresarial, as afirmações abstratas sobre o 'caráter amoral' dos operários, sobre o 'favor' que lhes prestam os patrões e mesmo sobre a 'surpresa' destes últimos com o fato de o Estado 'ter criado' a luta de classes ('que não conhecíamos e que nem ao menos se pronunciava neste tranqüilo remonso' que era a sociedade brasileira, segundo o secretário-geral da associação empresarial têxtil de São Paulo), são concretas e detalhadas as afirmações e os exemplos que visam sustentar a tese de que 'a interferência do poder público... tem como resultante fatal a desorganização do trabalhador fabril'. No seu entender, quem entendia realmente do trabalho industrial, e portanto quem conhecia o operariado, eram os próprios industriais e não 'teóricos e sonhadores que vivem à margem do próprio trabalho', referência aos técnicos do Ministério do Trabalho, que busca retirar-lhes a competência sobre as relações industriais. O mesmo texto afirma onde estão os problemas: 'Para o operário nacional, o grande problema é o salário. Para o patrão, o problema capital é a abundância de braços, a estabilidade e o adestramento desses braços... Não existem outros problemas de relevância a não ser estes, malgrado afirmativas em contrário de certa imprensa e de teóricos impenitentes que não conhecem a nossa vida fabril'<sup>126</sup>.

Ainda, segundo a autora, surge nessa produção intelectual à versão original da idéia - manifesta por diversos grupos socioculturais da época e que perdurou entre os intelectuais brasileiros, pelo menos até a década de 1970 - de que é somente em 1930, por obra do Estado, que "nasce" a classe operária brasileira como "entidade" organizada e ativa.

Portanto, os intelectuais da primeira metade do século XX, acreditavam deter o saber sobre a sociedade brasileira e por meio da ação do Estado brasileiro, buscavam transformar o "amontoado de almas" existente no Brasil, durante a Primeira República; em nação e em classes sociais organizadas e funcionais.

---

<sup>126</sup> Ibid., p.72.

### 2.3 O DESPONTAR DA CLASSE OPERÁRIA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Conforme indica Leandro Konder<sup>127</sup>, quando se iniciou a década de 1950 não existiam indícios, ou mesmo expectativas, de grandes mudanças no Brasil. O passado

parecia se repetir e as poucas mudanças eram lentas e nada substanciais: Getúlio Vargas voltava ao poder pela via democrática, 64% da população permaneciam no campo, mesmo nas grandes cidades não existiam supermercados, o rádio não temia a concorrência da televisão, os raros automóveis eram importados dos Estados Unidos, muitos colégios recusavam o sistema misto, enfim, a modernidade parecia distante.

Contudo, segundo o autor, ao longo da década as expectativas mudaram. Os operários questionaram a liderança getulista e introduziram direções comunistas nos sindicatos "estatizados", foram organizadas as primeiras Ligas Camponesas, tanto os setores de direita quanto de esquerda se radicalizaram. Após o polêmico suicídio de Vargas, Juscelino Kubitschek (eleito democraticamente) promoveu o desenvolvimento de "cinquenta anos em cinco": Foram criadas a Petrobrás e a indústria automobilística, foram concedidos aumentos significativos ao salário mínimo, acendeu a participação das mulheres no mercado de trabalho, o consumo em geral e de eletrodomésticos cresceu enormemente, surgiram o "cinema novo" e a "bossa nova", Brasília foi criada e se tornou capital da República, terminada a década de 1950, 45% da população estavam nas cidades. Em dez anos, a modernidade já não estava tão distante.

Tais fatos não passaram despercebidos aos olhos dos intelectuais brasileiros, que logo produziram outros modelos interpretativos para compreenderem e, até mesmo, conduzirem as rápidas e amplas mudanças ocorridas na sociedade brasileira durante os anos 50, como assinala Paoli:

Nos anos 50, constituiu-se uma corrente teórica que aborda a dinâmica da sociedade brasileira vista com um processo de modernização, como passagem do mundo rural tradicional para o urbano-industrial. Tratava-se da formulação acadêmica de um

---

<sup>127</sup> Cf. KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). op. cit., p.355-374

momento vivido como transição. A sociologia dava forma à percepção de um Brasil que havia ficado para trás após o reinado getulista, onde a industrialização e a urbanização aceleradas já eram visíveis e a mudança social aparecia como inevitável. [...] A evidência de um Brasil moderno conduzia este esforço de pensar as condições de implantação desta modernidade e o conjunto de processo que adaptariam as populações a elas<sup>128</sup>.

A partir dessa outra perspectiva, os intelectuais passaram a se interessar pelas forças sociais emergentes, capazes de transformar a sociedade brasileira<sup>129</sup>. Com a rápida industrialização e o aumento da intensidade dos movimentos operários, a classe operária apareceu como uma das principais forças transformadoras<sup>130</sup>. E foram os sociólogos e cientistas políticos da Universidade de São Paulo (USP), os primeiros acadêmicos brasileiros a transformarem o interesse pelo tema em produção acadêmica.

### 2.3.1 O modelo *uspiano* e seus antagonistas

Na década de 1950, o departamento de Sociologia e Antropologia da USP tinha como característica o rigor científico e a tendência de separar a produção acadêmica e o engajamento político<sup>131</sup>. Nas palavras de Florestan Fernandes: "Não pude ligar a minha condição de socialista com a minha condição de sociólogo"<sup>132</sup>. Em outra passagem, ao tratar de questões políticas contemporâneas, reafirma essa distinção:

Não pretendemos, porém, falar em nome da sociologia, nem na qualidade de sociólogo propriamente dita. Isto nos obriga a não lançar mão de juízos de valor, pois mesmo no exame dos problemas que caem na esfera da ação, os sociólogos procuram manter-se tão isentos quanto possível<sup>133</sup>.

<sup>128</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.133-134.

<sup>129</sup> Cf. Id., loc. cit.

<sup>130</sup> A respeito da industrialização e dos movimentos operários do período ver: SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param:** Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994, p.33-52.

<sup>131</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.211-217.

<sup>132</sup> FERNANDES, 1980 apud PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.212.

Fernandes - titular da cátedra I de sociologia<sup>134</sup> e principal mentor dessa postura - procurou normatizar a produção acadêmica e dar fim ao antigo "ensaísmo". Para isso, combinou pesquisa empírica com teoria sociológica e propôs estudos específicos, em vez de grandes interpretações da realidade brasileira<sup>135</sup>. Essa atitude intelectual "estava inteiramente voltada para a justificação da sociologia como uma ciência autônoma, dotada de um objeto e de um método próprios"<sup>136</sup>. Nesse momento, suas referências teóricas incluíam, fundamentalmente, Émile Durkheim (1858-1917), Karl Mannheim (1893-1947) e Max Weber (1864-1920), o que favoreceu a distinção entre produção científica e produção política: "Basta lembrar aqui a afirmação durkheimiana segundo a qual os fatos sociais devem ser explicados através de outros fatos sociais, isto é, sem a necessidade de se recorrer a outras instâncias (economia, política, psicologia, etc.)"<sup>137</sup>.

Nesse sentido, a intenção de separar a produção acadêmica e o engajamento político, possuía maior relação com a vontade de rigor científico, do que com a vontade de assepsia política. Isto é, existia a intenção de construir um lugar próprio para a produção científica, distinto do lugar da produção política:

Daí a se concluir que existia uma vontade de assepsia em relação à política antes de 1964, há uma grande distância. Em primeiro lugar, muitos sociólogos paulistas que fizeram carreira nos anos 45-55, e muitos dos que a iniciaram no final da década de 50, na esteira dos primeiros, conheceram a militância política: Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Aziz Simão, Maria Isaura Pereira de Queiroz faziam parte dos grupos trotskistas, socialistas e da esquerda democrática. Fernando Henrique Cardoso foi simpatizante do PCB<sup>138</sup>.

---

<sup>133</sup> FERNANDES, 1954 apud PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.213.

<sup>134</sup> O sistema de cátedras favoreceu a coesão intelectual e institucional entre os professores e seus discípulos. Já que, os titulares das cátedras – primeiros na hierarquia acadêmica – detinham legitimidade para impor os grandes temas e o campo teórico-metodológico das pesquisas que seriam empreendidas pelos escalões inferiores. Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.214-215.; SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.13-16.

<sup>135</sup> Segundo Daniel Pécaut, isso se manifesta, por exemplo, nos estudos a respeito da população negra no Brasil, realizados por Fernandes e seus alunos, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. O mesmo ocorreu com os estudos sobre o movimento messiânico no Contestato de Maria Isaura Pereira de Queiroz, aluna de Fernando de Azevedo, titular da cátedra II de sociologia da USP. Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.215.

<sup>136</sup> FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos**. Campinas: Unicamp, 1995, v.2, p.209.

<sup>137</sup> Id., loc. cit.

<sup>138</sup> PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.213.

A partir de 1957, as referências teóricas dos *uspianos* começam a sofrer algumas mudanças relacionadas à formação do grupo denominado *Seminário de Marx*, composto por Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Ruy Fausto, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Francisco Corrêa Weffort, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, José Arthur Giannotti, Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Novais, entre outros auxiliares de ensino e estudantes da USP. O grupo se reuniu frequentemente durante quase uma década para estudar as obras de Marx (especialmente *O Capital*) e de outros autores da tradição marxista. Daí, surgiram pela primeira vez na USP, cursos sobre o marxismo (ministrados por Cardoso e Ianni) e interpretações fundamentadas nos paradigmas marxistas<sup>139</sup>. Até então, Marx era estudado apenas de forma difusa, como um autor clássico do pensamento sociológico, não como o criador da concepção materialista da história<sup>140</sup>.

A mudança de referência teórica não afetou a vontade de rigor científico, pelo contrário, na apropriação dos paradigmas marxistas houve a preocupação de isolar os elementos ditos ideológicos e constituir um modelo puramente científico<sup>141</sup>. Isso favoreceu, entre outras coisas, o surgimento de uma produção acadêmica a respeito da classe operária brasileira, geralmente carregada com as palavras "ciência" e "científico"<sup>142</sup>; e a constituição de uma linguagem comum entre *uspianos*, outros intelectuais e militantes da esquerda<sup>143</sup>.

Ainda, conforme indica Pécaut, é importante notar que esse é um momento em que as questões econômicas se tornaram indispensáveis às análises sociais e políticas, estando presentes em todos os modelos interpretativos (inclusive o *uspiano*). Isso se deve a um conjunto de variáveis, na qual participam a difusão do marxismo e a expectativa de modernização do país<sup>144</sup>.

Em suma, os *uspianos* a partir de um lugar próprio de produção, gradativamente construíram práticas e discursos que se pretendiam científicos, racionais e universais; sua produção estava identificada com os anseios de seu público leitor, composto principalmente por seus próprios pares acadêmicos. Por

<sup>139</sup> Cf. SORJ, Bernardo. op. cit., p.16-21.

<sup>140</sup> Cf. FREDERICO, Celso. op. cit., p.209-211.

<sup>141</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.135.

<sup>142</sup> Cf. HALL, Michael McDonald; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Alargando a história operária: organização, lutas e controle*. In PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários e militantes: Arte, memória e cultura anarquista**. Campinas: Unicamp, 1985, p.96.

<sup>143</sup> A respeito da gradual inserção dos intelectuais paulistas nos debates da esquerda nacional, ver: PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.197-222, passim.

<sup>144</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.224-225

volta de 1960, passaram a utilizar dos paradigmas marxistas para fundamentar suas interpretações, predominantemente preocupadas com questões socioeconômicas, o que favoreceu sua inserção nos debates da esquerda nacional.

Em uma perspectiva adversa, estavam os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como, por exemplo, Helio Jaguaribe, Ewaldo Correia Lima, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Roberto Campos, Candido Mendes de Almeida e Alberto Guerreiro Ramos; este último, abertamente "ridicularizava os membros da USP que pretendiam fazer uma ciência neutra"<sup>145</sup>.

O ISEB, sediado no Rio de Janeiro, fundado em 14 de abril de 1955 e extinto a 13 de abril de 1964, vinculado ao Estado e com a função de assessorá-lo<sup>146</sup>, "foi a instituição cultural que melhor simbolizou ou concretizou a noção (e a prática) do engajamento do intelectual na vida política e social de um país"<sup>147</sup>. Durante sua existência, o Instituto arregimentou uma pluralidade de concepções político-ideológicas (comunismo, liberalismo, integralismo, nacionalismo, etc.) e teórico-metodológicas (marxismo, existencialismo, historicismo, culturalismo, etc.) - o que favoreceu as cisões internas e a "lenidade científica" (em comparação as práticas *uspianas*)<sup>148</sup>. Entretanto, é possível identificar uma "ideologia-síntese":

O nacional-desenvolvimentismo foi então concebido como essa ideologia-síntese capaz de levar o país - através da ação estatal (planejamento e intervenção econômica) e de uma ampla frente classista - à superação do atraso econômico-social e da alienação cultural<sup>149</sup>.

Neste sentido, o programa da instituição - associado às expectativas de modernização do país - se propunha a "contribuir para a construção de uma ideologia do desenvolvimento nacional, identificada com os anseios das massas

<sup>145</sup> PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.212.

<sup>146</sup> Para mais detalhes a respeito do vínculo com o Estado e as funções do ISEB, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p.41-43, 203-205, passim.

<sup>147</sup> TOLEDO, Caio Navarro. 50 anos de fundação do Iseb. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p.11, 8-14 ago. 2005.

<sup>148</sup> A respeito da pluralidade de concepções, as "fases" de existência do ISEB e as cisões internas, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p.203-210.; TOLEDO, Caio Navarro. 50 anos de fundação do Iseb. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p.11, 8-14 ago. 2005.

<sup>149</sup> TOLEDO, Caio Navarro. 50 anos de fundação do Iseb. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p.11, 8-14 ago. 2005.

populares"<sup>150</sup>. Isto é, em lugar da produção científica, a produção ideológica e em lugar dos pares acadêmicos, as massas populares. Caio Navarro de Toledo explica a relação entre ciência e ideologia na concepção *isebiana*, da seguinte forma:

O projeto ideológico se instaura - justificando-se este na medida em que é *autêntico* (ou verdadeiro, na axiologia isebiana) - como critério decisivo da prática científica, orientando-a. As ciências sociais, em particular, deixam de encontrar em si próprias seus fundamentos teóricos para receberem-nos, generosamente, da prática ideológica (do desenvolvimento).

Como a esta ideologia autêntica são conferidos os padrões de veracidade e de objetividade, as distinções entre ciência e ideologia entram frequentemente em colapso; e, na medida em que é investida do caráter de *práxis*, privilegia-se sempre a segunda: além de suas funções teóricas, a ideologia desempenha também funções práticas bem precisas: impulsionar, promover, racionalizar o processo de industrialização, o desenvolvimento, a emancipação nacional<sup>151</sup>.

Destarte, para os intelectuais do ISEB, os critérios científicos - tão caros aos *uspianos* - só possuem veracidade e significado prático quando associados a uma ideologia, no caso, o nacional-desenvolvimentismo. Em relação à postura perante a sociedade, Pécaut assinala que os *isebianos*:

Lançaram uma ponte entre os pensadores de 1930 e os intelectuais engajados modernos. Dos primeiros, assimilaram a nostalgia da unidade social; dos segundos, a convicção de que as marcas da condição social particular dos intelectuais devem ser apagadas na solidariedade com as classes fundamentais. [...] Ao *status* de elite dirigente, que conseguiram colocando-se na posição do poder, acrescentaram o de elite esclarecida, porta-voz do povo<sup>152</sup>.

Sob a direção de Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodr e, na década de 1960, ocorreu uma revisão crítica do nacional-desenvolvimentismo, pois:

Decorridos os cinco anos do governo desenvolvimentista de JK, verificou-se que o país cresceu economicamente - com a consolida o do capitalismo industrial -, mas não resolveu em profundidade suas graves e históricas desigualdades sociais e regionais<sup>153</sup>.

<sup>150</sup> KONDER, Leandro. op. cit., p.363.

<sup>151</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p.196.

<sup>152</sup> PÉCAUT, Daniel.op. cit., p.140-141.

Daí, os *isebianos* aderem amplamente aos paradigmas marxistas<sup>154</sup>, passam a lutar pelas reformas institucionais (agrária, bancária, universitária, etc.) reivindicadas por setores da esquerda e a apoiar o governo João Goulart - visto com desconfiança pelos *uspianos*. Em suma, ocorre a "esquerdização" do Instituto, especialmente nos últimos anos do governo Goulart<sup>155</sup>.

De modo geral, entendemos que os intelectuais do ISEB tinham a intenção (e o poder) de intervir diretamente no campo político nacional. Consideravam-se uma espécie de vanguarda consciente, comprometidos com os interesses das "massas" nacionais. Esses interesses, na concepção *isebiana*, eram os desenvolvimentos econômico, social e cultural do país e sua independência em relação aos países "centrais", principalmente Estados Unidos; e seriam concretizados por meio da ação (muitas vezes autoritária) do Estado brasileiro.

Segundo Bernardo Sorj, a diferença fundamental entre as produções *isebiana* e *uspiana*, está no tipo de produção:

É importante notar que o confronto entre o ISEB e a USP não se dava em torno de projetos societários diferentes, mas de estilos de trabalho intelectual: ensaísmo vs. rigor científico, orientação para o grande público vs. público acadêmico, um discurso em nome do povo vs. discurso de competência científica; critérios de avaliação ética vs. critérios de avaliação universal<sup>156</sup>.

Ambos se interessavam pelo desenvolvimento socioeconómico do país e, a partir de um determinado momento, se apropriaram do marxismo para fundamentar suas posições e interpretações. Os *uspianos* construíram um discurso de carácter científico (hermético) e universal, os *isebianos* um discurso de carácter popular (ordinário) e nacionalista.

Próximos à ideologia *isebiana* e distantes do cientificismo *uspiano*, estavam os esquemas do PCB. Após a divulgação, em fevereiro de 1956, do relatório que denunciava os crimes de Stalin, o PCB passou por uma conturbada

---

<sup>153</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 50 anos de fundação do Iseb. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p.11, 8-14 ago. 2005.

<sup>154</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.141.

<sup>155</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p.209-210.

<sup>156</sup> SORJ, Bernardo. op. cit., p.25.

reavaliação de sua postura e de seu diagnóstico a respeito do país<sup>157</sup>, concluindo em setembro de 1960, que:

A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas [...]. A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas [...]. Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: -A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos. -A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe. - o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura. - A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo. - A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas [...]. A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais - a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais - entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente<sup>158</sup>.

Em outras palavras, os intelectuais do PCB entendem que a revolução que levará ao comunismo ocorre por etapas, que o Brasil se encontra em uma etapa "préindustrial" (feudal), não sendo possível a implantação imediata do comunismo. Antes, será necessária a formação de uma frente ampla classista (burgueses nacionalistas, camponeses e operários), com a intenção de impor o

---

<sup>157</sup> Cf. SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB**. São Paulo: LECH, 1981, p.75-110.

<sup>158</sup> Resolução Política do V Congresso do PCB, set.1960 apud SEGATTO, José Antonio. op. cit., p. 86-87.

desenvolvimento industrial, a democratização e a independência econômica e política do país em relação ao imperialismo norte-americano.

Em relação à sociedade, os intelectuais do PCB se colocam na posição de vanguarda, que faz a mediação entre a "consciência atual das massas" e a "consciência esclarecida", fundamental para o ingresso na sociedade comunista:

Os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram<sup>159</sup>.

Do mesmo modo que a ideologia do ISEB, os esquemas modelares do PCB, em nada agradavam os intelectuais *uspianos*, como assinala Pécaut:

De fato, desde a época do Seminário sobre Marx, a teorização tem significado indireto de um posicionamento político, pelo menos em relação à esquerda tradicional. Não questiona apenas o idealismo da ideologia do ISEB, mas também todos os esquemas propostos pelo PCB. Faz tabula rasa da concepção das etapas sucessivas da revolução burguesa e da coexistência entre feudalismo e o capitalismo, da posição da burguesia nacional e da oposição nação-antinação. Mantém-se à distância das esperanças depositadas em Goulart e da confiança nas 'massas populares'<sup>160</sup>.

Desses três grupos socioculturais (*uspianos*, *isebianos* e intelectuais do PCB), emergem representações de mundo, discursos e práticas distintas. Nesse sentido, o marxismo é apropriado de acordo com cada representação de mundo; para os *uspianos* como modelo de interpretação científica (racional e universal), para os *isebianos* como ideologia que investe as práticas políticas e a produção científica de veracidade e objetividade e, finalmente, para os intelectuais do PCB como uma espécie de método de diagnose, prescrição e prognose da revolução comunista brasileira. Se existe algo de comum entre eles, é o interesse pelo desenvolvimento socioeconômico do país.

Com o golpe militar de 1964, que encetou uma sucessão de medidas repressivas contra o Congresso, os sindicatos, os partidos, as universidades, etc., encerrando com as vias democráticas de transformação política

---

<sup>159</sup> PCB, 1958 apud PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.147.

e social, especialmente com o Ato Institucional número 5, em dezembro de 1968; os intelectuais brasileiros em geral adquiriram um adversário em comum e constituíram "uma espécie de partido, sem contornos precisos e sem aparelho, mas incumbido da defesa das liberdades democráticas"<sup>161</sup>, com isso pretendiam antes de tudo influenciar seu meio e fortalecer seu próprio grupo sociocultural<sup>162</sup>.

Nos anos posteriores ao golpe, a ideologia do nacional-desenvolvimentismo e os esquemas do PCB são sucessivamente invalidados pelas análises acadêmicas. Pois, com raras exceções, os acadêmicos entendem que os "operários não estão se transformando em ator coletivo, mas sim condenados a oscilar entre as reivindicações atomizadas e a dependência em relação ao poder"<sup>163</sup>; as classes medias "fazem mais do que nunca o papel de uma aglomeração de grupos sem consistência, atirados de uma posição à outra ao sabor das conjunturas"<sup>164</sup>; e a burguesia nacional é questionada em relação aos seus verdadeiros interesses e, até mesmo, em relação a sua existência. Esse é um momento de "crise interpretativa", os intelectuais brasileiros não encontram um modelo universal que de conta de explicar a realidade brasileira. Surgem diversas análises fragmentadas, provisórias, economicistas, mais preocupadas em invalidar os antigos esquemas, do que propor um outro modelo interpretativo<sup>165</sup>.

No final da década de 1960, emerge um modelo de interpretação - cunhado principalmente por *uspianos* - que é agradável ou se impõe à grande parte dos intelectuais brasileiros e busca relacionar a estrutura econômica nacional, com a estrutura econômica internacional e com a organização social e política de cada país. Esse modelo interpretativo é primeiramente delineado no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, publicado em 1969; posteriormente, outros textos avançam no mesmo sentido, como o artigo *Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil*, de Maria da Conceição Tavares e José Serra, divulgado em 1970; e o livro *Introdução a América Latina: ensayos de interpretación sociológico-política*, de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Correa Weffort, publicado em 1971<sup>166</sup>.

---

<sup>160</sup> PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.220-221.

<sup>161</sup> Ibid., p.256.

<sup>162</sup> Cf. Ibid., p.222.

<sup>163</sup> Ibid., p.235.

<sup>164</sup> Ibid., p.235.

<sup>165</sup> Cf. Ibid., p.231-242.

<sup>166</sup> Cf. SORJ, Bernardo. op. cit., p.23.; PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.229-230, 239-240.

Em linhas gerais, esse modelo interpretativo entende que o subdesenvolvimento de um país se constitui historicamente, ou seja, quando ocorre à expansão do capitalismo internacional nos diferentes países - com diferentes sistemas de produção -, cada país passa a ocupar uma determinada posição dentro da estrutura econômica internacional. Isso significa que não existe simplesmente uma diferença de etapas de desenvolvimento capitalista entre um país e outro - como propõe os esquemas do PCB -, mas uma diferença de posição dentro de uma estrutura econômica internacional constituída historicamente<sup>167</sup>. Como o objetivo desse modelo interpretativo

[...] é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política<sup>168</sup>.

Nos países subdesenvolvidos ou dependentes o Estado, por um lado, "ocupa uma posição-chave no processo de implantar e interiorizar a relação com as economias centrais"<sup>169</sup>. Por isso, tende a ter caráter de "empresa", que busca explorar um determinado ramo de negócio de acordo com as necessidades do mercado internacional. Por outro lado,

[...] o Estado possui uma autonomia em relação às classes sociais, preenchendo 'funções mais amplas do que a de instituição jurídica ou expressão política das classes organizadas: funciona como a própria organização política das classes'. A 'dependência' pesa, portanto, diretamente na 'estrutura' e na 'organização de classes'<sup>170</sup>.

---

<sup>167</sup> Cf. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.37-43.

<sup>168</sup> Ibid., p.36.

<sup>169</sup> PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.239.

<sup>170</sup> Ibid., p.239-240.

Neste sentido, as classes sociais nos países subdesenvolvidos já não estão em formação, como se existisse um retardo em relação às classes das sociedades desenvolvidas, mas tendem a ser classes desarticuladas e divididas<sup>171</sup>, contudo:

O Estado nacional, inclusive nos países dependentes, tem um espaço de liberdade, em particular em momentos de crise ou inflexão do sistema capitalista. Embora a estrutura de classes interna interiorize as relações de dependência, a dinâmica política de cada país será definitivamente a responsável pela orientação que cada sociedade segue em situações históricas concretas<sup>172</sup>.

Em suma, os textos fundamentados nesse modelo interpretativo questionam a noção de desenvolvimento capitalista por etapa e a noção de que os países "centrais" determinam o desenvolvimento capitalista mundial, elementos presentes na perspectiva de grande parte da esquerda brasileira da época. Afirmam que a análise da estrutura socioeconômica deve ser somada à análise da organização e da ação do Estado e das classes sociais, para que se possa compreender a realidade brasileira. Isto é, avançam cada vez mais no sentido de salvaguardar a autonomia da esfera política, a importância das análises conjunturais e de reconhecer o papel dos atores políticos, desprezando as análises puramente economicistas e estruturais<sup>173</sup>.

Com essa perspectiva, em 1969, foi fundado em São Paulo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O Centro foi fundamental para a manutenção da produção intelectual, após o acirramento da repressão às universidades. Grande parte de seus membros eram de intelectuais *uspianos* cassados pelo regime militar, sua sobrevivência se deve ao financiamento da Fundação Ford e dos vínculos estratégicos, que seus membros possuíam com setores liberais do empresariado e da classe política. Integraram o grupo de pesquisadores permanentes do Centro, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Carlos Estevam Martins, Vinicius Caldeira Brandt e José Serra; ainda,

---

<sup>171</sup> Cf. *Ibid.*, p.240.

<sup>172</sup> SORJ, Bernardo. *op. cit.*, p.23.

dezenas de outros pesquisadores, especialmente Francisco Correa Weffort e Boris Fausto, participaram como membros "interinos"<sup>174</sup>.

Segundo Pécaut, esse é o momento onde o "intelectual propõe uma interpretação do fenômeno social, mas já não tem o domínio da representação da sociedade, nem a capacidade de sugerir um esquema de prática política"<sup>175</sup>. Isto é, o intelectual brasileiro já não se posiciona como vanguarda esclarecida ou porta-voz do povo, mas como um privilegiado capaz de interpretar e criticar a realidade e, conseqüentemente, escapar das limitações sofridas por outros grupos socioculturais. "A liberdade e a autonomia dos intelectuais variam inversamente em função da intensidade das falhas dos atores sociais, o que explica o entusiasmo da vida e dos debates intelectuais durante esse período"<sup>176</sup>, bem como, a já referida "constituição do partido intelectual".

### 2.3.2 A classe operária na produção *uspiana*

Foi nessa atmosfera e por meio dos intelectuais *uspianos* - posteriormente *cebrapianos* - que surgiram os primeiros estudos de caráter acadêmico a respeito da classe operária brasileira. É importante notar que, na década de 1960, ocorreu um *boom* no volume de publicações a respeito do tema, produzidas por editoras brasileiras, como indica Edgar Salvadori De Decca:

O movimento editorial dos últimos anos representa uma das características novas desse momento [pós-64] que, além de publicar teses oriundas das universidades sobre a classe operária, abriu canais de divulgação de memórias ou mesmo de trabalhos historiográficos de antigos militantes operários<sup>177</sup>.

Esta afirmação de De Decca, coincide com os números da pesquisa bibliográfica elaborada em 1974, por Leôncio Martins Rodrigues e Fábio Antônio

<sup>173</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.283-284.

<sup>174</sup> Cf. SORJ, Bernardo. op. cit., passim.

<sup>175</sup> PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.240.

<sup>176</sup> Ibid., p.241.

<sup>177</sup> DECCA, Edgar Salvadori De. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.36-37.

Munhoz, sobre os trabalhos de natureza sociológica e histórica (excluindo trabalhos de natureza jurídica e político-partidária), que versam sobre os seguintes assuntos relacionados à classe operária: História do sindicalismo e formação do proletariado, atitudes e orientações de grupos de trabalhadores, sindicalismo e movimento operário, greves e conflitos industriais e ideologias e doutrinas. Nessa pesquisa bibliográfica, constam ao todo 36 livros publicados, dos quais 23 foram publicados inclusive e a partir de 1964. Em cerca de dez anos - entre 1964 e a elaboração da referida pesquisa bibliográfica, em 1974 - foram publicados 63,8% dos livros catalogados pelos pesquisadores, representando um aumento significativo nas publicações relacionadas ao tema classe operária após 1964<sup>178</sup>.

Esses dados parecem confirmar o maior interesse das editoras em publicar livros a respeito da classe operária brasileira, após o golpe militar. Ainda, para entendermos o referido *boom*, devemos considerar dois fatores, a saber: O aumento global na publicação de livros, que passa de 52 milhões em 1964 para 189 milhões em 1967<sup>179</sup>; e "apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país"<sup>180</sup>, o que favorece o interesse pelo tema classe operária. A afirmação dessa "hegemonia" da esquerda - pelo menos entre grupos eruditos - parte de alguns indícios como, por exemplo, o sucesso e a popularidade do Tropicalismo e do Cinema Novo, a propagação do marxismo universitário, ou, ainda:

Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estréias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado<sup>181</sup>.

No caso dos acadêmicos da USP, o marxismo pareceu impulsionar as pesquisas sobre a classe operária brasileira. Contudo, como já referido, os paradigmas marxistas, presentes na produção sociológica a respeito da classe operária, foram "depurados". Isto é, devido à vontade de rigor científico presente no meio *uspiano*, os acadêmicos "procuravam isolar os elementos ditos ideológicos,

---

<sup>178</sup> Cf. RODRIGUES, Leôncio Martins; MUNHOZ, Fábio Antônio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.7, p.151-171, jan. fev. mar. 1974.

<sup>179</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. op. cit., p.203.

<sup>180</sup> SCHWARZ, 1978 apud PÉCAUT, Daniel. op. cit., p. 202.

<sup>181</sup> SCHWARZ, 1978 apud PÉCAUT, Daniel. loc. cit.

presentes na formulação marxista<sup>182</sup> como, por exemplo, a noção de uma produção científica voltada para a revolução proletária. Houve uma recuperação do conceito de transição de "sociedades tradicionais" para "sociedades modernas", presente na tipologia weberiana. Ainda, ocorreu "a absorção dos instrumentos de análise da sociologia industrial americana"<sup>183</sup>, o resultado teórico-metodológico dessa absorção, pode ser entendido da seguinte forma:

A ênfase deve ser na compreensão das relações de trabalho, dentro da matriz da organização da empresa e da estrutura social, vistas uma e outra como fenômenos em transformação. É este o modo de se colocar a problemática da sociologia nesse campo: com a perspectiva da sociedade em mudança, onde empresa, sindicato e pequenos agrupamentos de trabalho se inserem. Os fenômenos no nível da microsociologia do trabalho, se assim podemos nos expressar (motivação para o trabalho, chefia, etc.), não podem ser entendidos isoladamente. A natureza dos padrões de organização da empresa precisam ser concebidos como em processo de mudança, como de fato estão. A própria sociedade de classes - e nessa a classe operária e a dos empresários industriais - acha-se em processo de constituição<sup>184</sup>.

O autor do trecho acima, Juarez Rubens Brandão Lopes, pode ser considerado o pioneiro nas análises sociológicas da classe operária brasileira. Seus estudos, publicados sobre o título *Sociedade Industrial no Brasil*<sup>185</sup>, se basearam na análise de entrevistas e dados recolhidos nas fábricas, procurando compreender como os trabalhadores brasileiros se ajustavam às relações de produção modernas. Em linhas gerais, o que o autor "encontrou não foi exatamente um operariado fabril, mas sim migrantes rurais urbanizados, com vinculação precária e instável à fábrica"<sup>186</sup>. Daí, o estudo aponta as seguintes características para a classe operária

---

<sup>182</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.135.

<sup>183</sup> Id., loc. cit.

<sup>184</sup> LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964, p.20.

<sup>185</sup> O livro é composto pelos seguintes textos anteriormente publicados: LOPES, Juarez Rubens Brandão. Os ajustamentos do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação. In HUTCHINSON, Bertram (org.). **Trabalho e mobilidade**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. & LOPES, Juarez Rubens Brandão. Relações industriais em duas comunidades brasileiras. **Sociologie du Travail**, n.4, p.330-344, 1961. Referência da primeira publicação do livro: LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

<sup>186</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.135.

brasileira pós-30: "origem rural e ausência de estabilidade profissional, de padrões de ação coletiva, de tradição e crenças de classe"<sup>187</sup>.

Os próximos estudos retêm a representação de classe operária brasileira, presente nos estudos de Lopes, a saber; desarticulada coletivamente e inadaptada as condições modernas (mentalidade camponesa). Como é o caso do texto *Situação e composição social do proletariado brasileiro*<sup>188</sup> de Fernando Henrique Cardoso, que busca compreender a classe operária brasileira por meio das estruturas socioeconômicas do país. Fundamentado em modelos teóricos idealizados de classe operária e de desenvolvimento capitalista (muito próximos da concepção marxista-leninista), assinala o baixo desenvolvimento industrial do país como responsável pela inconsciência política e desorganização sindical da classe operária, no período da Primeira República. No período de 1930 a 1940, a falta de liberdade sindical não favoreceu a organização operária. E a partir dos anos 50, Cardoso - retomando a análise de Lopes - indica que o trabalhador urbano não apresentava uma mentalidade moderna (condizente com a produção industrial da época) e tradição de classe<sup>189</sup>.

O texto *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*<sup>190</sup> de Leôncio Martins Rodrigues agrega as análises anteriores e as completa. O autor divide a história da classe operária brasileira em antes e depois de 1930. No período posterior a 1930, o autor basicamente reafirma as análises de Lopes e Cardoso. No período anterior a 1930, o autor assinala que "o operariado seria de origem estrangeira, minoritário, sem participação política, com lideranças mais voltadas para a luta contra o capitalismo e a propriedade privada do que para problemas colocados pela realidade brasileira"<sup>191</sup>. Ainda, para Rodrigues, o operariado desse período apresentava uma forte aspiração por melhores condições de vida, buscando alcançá-las por quaisquer que fossem os meios, desvaloriza o trabalho fabril e a condição operária, por isso, usava o sindicato unicamente para atingir objetivos

---

<sup>187</sup> BATALHA, Cláudio. op. cit., p.149.

<sup>188</sup> Referência da primeira publicação: CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. **Sociologie du Travail**, n.4, p.50-65, 1961.

<sup>189</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.137.; BATALHA, Cláudio. op. cit., p.149.

<sup>190</sup> Referência da primeira publicação: RODRIGUES, Leôncio Martins. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difel, 1966. Ainda, é importante notar, que Rodrigues publicou outros textos sobre o tema, seguindo o mesmo modelo interpretativo, como: RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitude operárias**. São Paulo: Brasiliense, 1970. & RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

<sup>191</sup> BATALHA, Cláudio. op. cit., p.149.

individuais e não objetivos coletivos. Essa postura resultou numa forte desarticulação da classe operária brasileira, no período da Primeira República<sup>192</sup>.

Somente com o texto *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*<sup>193</sup> de José Albertino Rodrigues, o marco de 1930 - existente desde a produção intelectual da década de 1930 - é questionado. O autor produz uma tipologia do movimento operário brasileiro dividindo o movimento operário em períodos: mutualista (antes de 1888), resistência (1888-1919), ajustamento (1919-1934), controle (1934-1945) e competitivo (1945-1964). O autor demonstra que os trabalhadores brasileiros foram bastante capazes de criar movimentos sociais contestatórios, entretanto foram envolvidos e massacrados pela atuação do Estado, em especial pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Entretanto, o autor reafirma a idéia de que o operariado brasileiro estava envolto em valores rurais e individualistas; fator que os torna, por um lado, incapazes de se constituir como classe operária plena e, por outro lado, economicamente e culturalmente dependentes do Estado brasileiro<sup>194</sup>.

Azis Simão, em seu texto *Sindicato e Estado*<sup>195</sup>, se diferencia da produção anterior por ser "o único dos trabalhos acadêmicos desse período em que a análise histórica está fundada numa pesquisa empírica de fôlego, ainda que restrita a São Paulo"<sup>196</sup>, utilizando como fontes, jornais e publicações do movimento operário. O autor retoma o marco de 1930; e indica que o operariado brasileiro pré-30 é capaz de constituir princípios organizativos e reivindicações econômicas, concernente às suas condições materiais de existência. Porém, suas práticas de tendência anarquista, o torna impotente no plano político-sindical, fato que se agrava profundamente no pós-30, devido à tutela do Estado<sup>197</sup>. Desta forma, "Azis Simão acaba com uma imagem de classe inevitavelmente subordinada a uma lógica externa às suas práticas"<sup>198</sup>.

<sup>192</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.139-140.; BATALHA, Cláudio. op. cit., p.149.

<sup>193</sup> Referência da primeira publicação: RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difel, 1967.

<sup>194</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.140-141.;

BATALHA, Cláudio. op. cit., p.149.

<sup>195</sup> Referência da primeira publicação: SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado**. São Paulo: Dominus, 1981.

<sup>196</sup> BATALHA, Cláudio. op. cit., p. 149.

<sup>197</sup> Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.142-143.; BATALHA, Cláudio. op. cit., p.149-150.

<sup>198</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.143.

Com exceção do trabalho de Azis Simão, essa produção parece pecar na utilização das fontes, conforme aponta o diagnóstico de alguns "brasilianistas" (acadêmicos norte-americanos especializados no estudo do Brasil):

O início da classe operária brasileira e do movimento operário foi raramente estudado por acadêmicos e, com a exceção em parte do trabalho de Azis Simão, a literatura existente não foi baseada na pesquisa de jornais do movimento e de publicações do período<sup>199</sup>.

Contudo, isso não parece indicar displicência teórica ou empírica - levando em consideração a vontade de rigor científico própria aos *uspianos* -, a não utilização de fontes jornalísticas está relacionada com as características da produção acadêmica da época, a saber; de compreender principalmente a estrutura socioeconômica global do país, o que não exige obrigatoriamente a utilização das referidas fontes jornalísticas.

Segundo Maria Célia Paoli, em linhas gerais, a classe operária brasileira aparece no pensamento desses acadêmicos, da seguinte forma:

"[...] são trabalhadores heterogêneos que passam por um processo de mudança de vida abrupto [mundo rural para mundo urbano], tomam consciência de si como indivíduos em mobilidade e tiveram a má sorte de se formarem como classe no interior de uma estrutura sindical tutelada pelo Estado<sup>200</sup>."

Segundo Cláudio Batalha, essa produção foi responsável por introduzir e cristalizar noções como: "a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República"<sup>201</sup>. Ainda, podemos acrescentar a recuperação - com exceção do estudo de José Albertino Rodrigues - da idéia de que 1930, foi um marco de divisão, entre uma classe operária politicamente desarticulada e outra tutelada pelo Estado brasileiro.

<sup>199</sup> GORDON, Eric; HALL, Michael McDonald; SPALDING, Hobart., 1973 apud BATALHA, Cláudio. op. cit., p.150-151.

<sup>200</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.141.

<sup>201</sup> BATALHA, Cláudio. op. cit., p.148.

No início década de 1970, Francisco Correa Weffort em seus textos *Participação e Conflito: Contagem e Osasco, 1968* e *Sindicato e Política*<sup>202</sup> leva mais adiante o modelo interpretativo de Simão, ao qualificar politicamente a classe operária como capaz de questionar a subordinação que o Estado lhe impõe. Isto é, passa a considera a ação dos atores (dos operários), ainda que limitada pela estrutura socioeconômica brasileira. Seus questionamentos são pertinentes à ciência política, sua fundamentação teórica está intimamente ligada à teoria marxista, principalmente pelas reflexões em torno da relação entre estrutura e conjuntura<sup>203</sup>.

Ao pensar essa produção *uspiana* a respeito da classe operária é possível assinalar uma gradativa mudança ou, melhor, uma prática do desvio - concernente com o já referido debate intelectual da época -, a saber: Parte-se de um modelo interpretativo em que a classe operária, inclusive sua consciência, é determinada pela estrutura socioeconômica; e, após alguns "incidentes", chega-se na década de 1970, com um modelo interpretativo que tenta relacionar estrutura e conjuntura, fatores socioeconômicos e políticos e as práticas operárias, para daí compreender a classe operária e sua história. Em um primeiro momento, a classe operária brasileira é representada nessa produção como impotente e tutelada; posteriormente, passa a ser representada como "capaz de andar com suas próprias pernas", infelizmente, por caminhos tortuosos.

---

<sup>202</sup> Referência das primeiras publicações: WEFFORT, Francisco Correa. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968*. **Cadernos Cebrap**, 1971.; WEFFORT, Francisco Correa. **Sindicatos e Política**. Tese de livre-docência, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1975.

<sup>203</sup> Cf. VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n.3, 1978, p.14-16.; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.146-149.

### 3 ESTRUTURAS E SUJEITOS: A PRODUÇÃO DA DÉCADA DE 1970

Como discutido no capítulo anterior, a produção acadêmica a respeito da classe operária brasileira surge na Universidade de São Paulo, na década de 1960, em meio a um complexo ambiente sociocultural e econômico. A alternância entre a percepção de modernização e estagnação do país, a hegemonia da esquerda entre os grupos eruditos, o regime militar, a difusão dos paradigmas marxistas entre os diferentes grupos intelectuais, os debates travados por esses grupos em torno de temas como, por exemplo, o desenvolvimento industrial e a independência do Brasil em relação aos países desenvolvidos, os critérios de produção intelectual, a posição e a função dos intelectuais perante a sociedade, etc.; são algumas variáveis que contribuíram na constituição de outras práticas e representações de mundo entre os acadêmicos brasileiros e, também, em seu interesse pela classe operária como objeto de estudo.

Em um primeiro momento, a classe operária brasileira é compreendida por meio da análise da estrutura socioeconômica do país, suas práticas, consciência, condições materiais, organização, movimentos sociais, reivindicações, etc. variam de acordo com as mudanças na estrutura socioeconômica e, conseqüentemente, na "superestrutura" política. O baixo desenvolvimento industrial, ausência de uma burguesia articulada, Estado autoritário, origem rural, etc. são algumas das variáveis que, segundo essa produção, determinam a impotência e a inconsciência da classe operária brasileira.

Posteriormente, por volta de 1970, o modelo interpretativo da classe operária brasileira sofre um desvio, a saber: As práticas operárias ganham importância em relação às determinações estruturais, ou seja, se descobre que os operários possuem alguma consciência, constroem suas próprias práticas políticas e exercem alguma resistência em relação à dominação burguesa e possuem alguma mobilidade em relação à estrutura socioeconômica do país. Contudo, é uma classe desarticulada, dividida, e ainda incapaz de compreender a realidade do Brasil, conhecida apenas pelos intelectuais, único grupo sociocultural capaz de transcender os limites da sociedade brasileira e capaz de julgá-la a partir de critérios científicos, racionais e universais.

No decorrer da década de 1970, pesquisadores de outras universidades passam a produzir estudos a respeito da classe operária brasileira, é o caso dos intelectuais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, também, surge a primeira produção acadêmica sobre o assunto elaborada por historiadores. Isso favoreceu o surgimento de outras perspectivas de análise, que passaram a investigar especificidades da história operária, não capitadas pelos estudos anteriores. Ainda, a produção acadêmica desse período, estabeleceu como indispensáveis práticas de pesquisa de caráter "empirista", até então pouco seguidas - uma exceção é o já referido estudo de Azis Simão. Isto é, as interpretações são ampla e rigorosamente fundamentadas em fontes jornalísticas, relatórios de empresas, arquivos de militantes, etc<sup>204</sup>.

Os "brasilianistas" muito contribuíram para essa postura "empirista" dos pesquisadores da década de 1970. Em primeiro lugar, como já mencionado, por criticarem diretamente as pesquisas que não se fundamentaram em fontes jornalísticas. Em segundo lugar, por ajudarem na organização de arquivos, como é o caso de Michael McDonald Hall, membro do conselho diretivo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), desde 1975<sup>205</sup>. E, em terceiro lugar, por produzirem textos rigorosamente fundamentados em fontes jornalísticas e arquivos pessoais, ainda que alguns desses textos estejam no campo de estudos sobre imigração, favoreceram a compreensão dos grupos socioculturais da Primeira República. Como, por exemplo, *The Origins of Mass Immigration in Brazil*<sup>206</sup> de Michael McDonald Hall, *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*<sup>207</sup> de Sheldon Leslie Maram, *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*<sup>208</sup> de John W. F. Dulles, entre outros<sup>209</sup>.

<sup>204</sup> Cf. BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.151.

<sup>205</sup> HALL, Michael McDonald. **Currículo Lattes**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2225499553786584> Acessado em: 05 set. 2008.

<sup>206</sup> Referência da tese: HALL, Michael McDonald. **The Origins of Mass Immigration in Brazil**. Tese PhD, Nova Iorque, Columbia University, 1969.

<sup>207</sup> Referência da primeira publicação: MARAM, Sheldon Leslie. **Anarchists, immigrants, and the Brazilian labor movements: 1890-1920**. Berkeley, 1974. Referência da primeira publicação brasileira: MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1906-1917)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>208</sup> Referência da primeira publicação: DULLES, John W. F. **Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935**. Austin: University of Texas Press, 1973. Referência da primeira publicação brasileira: DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

<sup>209</sup> Cf. BATALHA, Cláudio. op. cit., p.150-151.

Apesar de alguns desvios, a produção acadêmica brasileira da década de 1970 está intimamente ligada à produção acadêmica anterior, herdando algumas de suas representações e práticas, como a "tendência de julgar negativamente o movimento operário do início do século"<sup>210</sup>. Isso é perceptível nas duas obras que dedicaremos nossa atenção:

A primeira obra é o livro *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*<sup>211</sup> do historiador Boris Fausto, provavelmente o segundo texto historiográfico sobre o assunto<sup>212</sup>, teve grande repercussão entre os acadêmicos, chegando a ser considerado por Leôncio Martins Rodrigues uma obra final:

Com a publicação deste trabalho, creio que pouca coisa de importante ainda sobra para ser dita sobre o movimento operário em São Paulo e no Rio no período considerado<sup>213</sup>.

A partir dessa fala, já é possível assinalar: Em primeiro lugar, que a prática historiográfica deu conta de explicar algumas especificidades desconsideradas pela produção anterior, mas isso não significa a escassez de "coisas importantes" a serem ditas, como provou a produção acadêmica posterior. Em segundo lugar, que essa fala tem a intenção de consagrar um determinado tipo de produção a respeito da classe operária brasileira. E, finalmente, que existe uma íntima ligação entre a obra de Boris Fausto e a produção da década de 1960 (retornaremos as essas questões mais adiante).

A segunda obra é o livro *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*<sup>214</sup> dos cientistas sociais Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, um dos frutos da pesquisa realizada no decorrer da década de 1970, por um grupo multidisciplinar da Unicamp. Esse livro, apesar de ter sido publicado na década de 1980 e dedicar mais tempo à descrição das condições de

---

<sup>210</sup> Ibid., p.151.

<sup>211</sup> Referência da primeira publicação: FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

<sup>212</sup> O artigo de Maria Cecília Baeta Neves, denominado *Greve dos sapateiros de 1906: Notas de pesquisa*, publicado pela primeira vez na Revista de Administração de Empresas, em junho de 1973; é, provavelmente, o primeiro estudo a respeito da classe operária da produção historiográfica brasileira.

<sup>213</sup> Essa fala, escrita por Leôncio Martins Rodrigues, foi extraída da "orelha" do livro: FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

<sup>214</sup> Referência da primeira publicação: HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

vida e das práticas operárias, seu modelo interpretativo está muito próximo ao utilizado por Boris Fausto em sua obra.

### 3.1 TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL

Boris Fausto formou-se em direito, em 1953, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, adentrou ao curso de graduação em História, na Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas (FLFCH) da USP. Apesar de suas restrições à qualidade do curso - "[...] era muito ruim mesmo"<sup>215</sup> -, formou-se em 1966.

A graduação em História da USP, na época de Fausto, possuía moldes seculares e extremamente rígidos, havia animosidade entre os docentes, a História Contemporânea - considerada assunto de outras áreas do conhecimento - era relegada ao segundo plano e temas como, por exemplo, feitiçaria ou gênero eram simplesmente irrealis:

O curso era anual e não tinha essa coisa de matéria optativa. Tudo era obrigatório, tudo era tradicional. Você não estudava feitiçaria, essas coisas. Não tinha isso não. [...] Os dois [Fernando Novais e Carlos Guilherme Mota] estavam na História Contemporânea. Eles eram os 'merdinhas' da História Contemporânea, segundo um certo professor da História Medieval. Por aí se vê que o clima era dos mais amistosos, com muita colaboração e intercâmbio intelectual entre os professores...

[...]

Havia professores que diziam que, após o Império, passávamos para o mundo de hoje, e o mundo de hoje não era aberto à História. Isso era Política. E havia um professor que, por exemplo, quando você falava 'latifúndio', ele dizia: 'Isso é conceito importado da Sociologia. Na História isso não existe.'<sup>216</sup>

Ainda assim, Fausto aponta algumas referências intelectuais importantes, provenientes da História: Emília Viotti da Costa, Fernando Novais,

<sup>215</sup> Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, realizada em São Paulo em 2 e 20 de junho de 2006. In GOMES, Ângela de Castro (org.). **Leituras críticas sobre Boris Fausto**. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.185.

<sup>216</sup> Ibid., p.186.

Joaquim Barradas de Carvalho, Carlos Guilherme Mota e Sergio Buarque de Holanda<sup>217</sup>. Devido a um acidental e breve contato, surgiu uma importante referência externa à USP:

Uma pessoa que fortaleceu a minha posição foi o Perry Anderson da *New Left Review*, por um desses acidentes. Foi principalmente por uma palestra na Faculdade de Filosofia, na Maria Antônia, para um grupo de cerca de trinta pessoas, uma espécie de elite que andava com ele. Isso deve ter sido um pouco antes do Golpe de 64, por aí. Nessa época, ele vinha com frequência ao Brasil e, inclusive, estava escrevendo um texto sobre os anos 1920-1930, o tenentismo... O Perry Anderson apresentou um trabalho que, aliás, ao que eu saiba nunca publicou. Não sei o que aconteceu, mas me lembro que, na exposição, falava de eventos e de personagens históricos. Por exemplo, na análise que fazia da Revolução de 30, ao lado de uma análise socioeconômica, inseria os atores. Citava o Olegário Maciel, cauteloso governador de Minas, muito assustado com revoluções, traçava o perfil dos tenentes, do Juarez Távora, do Luís Carlos Prestes, ou seja, dava importância aos atores, o que é muito próprio do historiador. No início dos anos 1960, no Brasil, isso era uma lufada de ar fresco, pois só se dava importância às estruturas, ao desenvolvimento e seus obstáculos etc<sup>218</sup>.

Ainda, desde a graduação anterior, Fausto se considerava trotskista:

Porque, na faculdade, estabeleci um elo com o trotskismo. Eu e meu irmão nos interessamos pela figura do Trotsky, começamos a ler *Minha vida, A Revolução Russa...* Ficamos encantados e começamos a pensar mais ou menos assim: 'Esse é o homem que percebeu o que aconteceu na União Soviética e aponta para um caminho revolucionário verdadeiro.' A gente tinha, já antes, meio intuitivamente, restrições à União Soviética. E, sobretudo, o estilo da turma do Partidão nos desagradava muito. Era aquela coisa imposta, aquele jargão...<sup>219</sup>

Dessas falas é possível assinalar que existe uma forte presença marxista entre as referências de Fausto como, por exemplo: Fernando Novais, "um marxista de qualidade"<sup>220</sup> que, ainda como discente, participou do Seminário de Marx. A "nova esquerda inglesa" aí representada por Perry Anderson, mas, também,

---

<sup>217</sup> Cf. *Ibid.*, p.187.

<sup>218</sup> *Ibid.*, p.177.

<sup>219</sup> *Ibid.*, p.169.

<sup>220</sup> *Ibid.*, p.223.

Eric Hobsbawm e Edward Thompson são presenças constantes nas obras de Fausto. Leon Trotski parece dar o tom revolucionário às concepções políticas de Fausto, entretanto, em 1963, quando ainda cursava História, abandona o trotskismo e adota a via democrática como meio de transformação social<sup>221</sup>. Apesar de participante de um meio universitário, onde a primazia da estrutura é norma, Fausto parece se interessar não apenas pelas estruturas, mas, também, pela atuação dos atores no interior dessas estruturas. Essa atitude condiz com sua resistência aos modelos acabados e autoritários da esquerda do período, como os do PCB e do stalinismo.

Até mesmo pela falta de interlocutores entre os historiadores dispostos a debater Brasil contemporâneo, Fausto manteve contato com estudiosos de outros setores da USP, que foram fundamentais para sua formação intelectual:

Da história, eu andava distanciado, como disse, devido à saída da Emília e à aposentadoria do Sérgio, embora houvesse ainda o Fernando Novais. Mas a minha aproximação já era muito maior com a turma da Ciência Política: Weffort, Juarez, Lourdes Sola, Leôncio, esse pessoal<sup>222</sup>.

E completa:

Nas Ciências Sociais, conhecia o Leôncio, o Fernando Henrique e a turma da Filosofia, através do meu irmão Ruy. Não estão me ocorrendo muitos outros nomes. Bem, também conhecia a Ruth Cardoso. Eu conhecia Leôncio do trotskismo, pois ele foi trotskista antes de mim e saiu do trotskismo antes de mim também. 'Traiu a classe operária' com antecedência... Os outros fiquei conhecendo através do próprio Leôncio, que fez o curso de Ciências Sociais, quando se decepcionou com a militância política. Agora, o Fernando Henrique já conhecia há muito tempo por causa do grupo literário que a gente teve nas vésperas de entrar na faculdade; era uma garotada assim de 17, 18 anos<sup>223</sup>.

---

<sup>221</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. História e Historiografia de A Revolução de 1930. In GOMES, Ângela de Castro. (org.) op. cit., p.17.

<sup>222</sup> Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, realizada em São Paulo em 2 e 20 de junho de 2006. In GOMES, Ângela de Castro. op. cit., p.202.

<sup>223</sup> Ibid., p.176.

Entre os nomes citados por Fausto e os "que não lhe ocorreram", podemos mencionar: Leôncio Martins Rodrigues, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Fausto, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Francisco Correa Weffort, Juarez Brandão Lopes, Lourdes Sola, José Arthur Giannotti, Azis Simão e Octávio Ianni. Certamente existiram mais nomes, de qualquer forma, todos esses - como visto no capítulo anterior - compõe o grupo *uspiano* que se destacou no debate intelectual da época.

É no ambiente *uspiano* que Boris Fausto forma sua concepção teórica e política. Isso se manifesta em sua produção como, por exemplo, em seu livro *A Revolução de 1930 - Historiografia e História*<sup>224</sup>, onde o autor questiona os modelos interpretativos vigentes no Brasil, que apontam a revolução de 1930, como o resultado final de um confronto entre forças políticas do campo e da cidade; e propõe uma interpretação alternativa, que considera a revolução de 1930, como um rearranjo da estrutura política e produtiva do país, fundando um "Estado de compromisso" que mediava os interesses das classes dominantes<sup>225</sup>. Nessa obra, a exemplo da produção de outros *uspianos*, Fausto tem a intenção de contestar as produções, *isebiana* (mais especificamente de Nelson Werneck Sodré) e do PCB, como indicam as seguintes falas:

Então, a *Revolução de 1930* nasceu de preocupações políticas, do inconformismo com aquela versão de 'Revolução Burguesa', na qual uma classe burguesa progressista levava o país avante. Uma interpretação principalmente do Nelson Werneck Sodré, que virou o meu alvo preferido<sup>226</sup>.

E acrescenta:

Por trás dessa idéia estava minha briga teórica com o PC, aquela coisa de revolução burguesa, a simplificação do episódio de 30 como disputa entre dois imperialismos: o inglês (República Velha) e o americano (República Nova)<sup>227</sup>.

<sup>224</sup> Referência da primeira publicação: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1970. A obra é originalmente sua tese de doutorado em Metodologia da História pela FFLCH-USP, concluída em 1969.

<sup>225</sup> Cf. GOMES, Ângela de Castro. História e Historiografia de A Revolução de 1930. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., passim.

<sup>226</sup> Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, realizada em São Paulo em 2 e 20

de junho de 2006. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., p. 190.

<sup>227</sup> FAUSTO, 2000 apud GOMES, Ângela de Castro. História e Historiografia de A Revolução de 1930. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., p. 17.

Em meados da década de 1970, Fausto se dedica ao estudo da formação da classe operária brasileira, outra vez seu interesse possuía um caráter político:

Havia um mito na esquerda, sob influência do marxismo, de que a classe operária, por definição, tinha uma missão revolucionária a cumprir como portadora da história. Enquanto isso não ocorresse ela seria, por exemplo, o setor social básico capaz de derrubar o regime militar. Mas a classe operária estava tratando dela mesma, com muita dificuldade, coisa que eu acho normal... Se a classe média trata de si, se o individualismo cresceu, por que diabo a classe operária teria de transformar o mundo? Mas na época, em 1968, falando mais sério, a 'apatia' da classe operária realmente causava estranheza, espanto, decepção e, ao mesmo tempo, surgia uma necessidade: 'Vamos entender melhor essa história da tão decantada classe operária'<sup>228</sup>.

A contestação às interpretações da esquerda tradicional é retomada por Fausto, mas sua atenção agora recai sobre a classe operária e seu destino histórico. Nessa fala, a classe operária aparece como mais um elemento que compõe a sociedade, com os mesmos defeitos, qualidades, deveres e direitos da classe média, e não como único elemento revolucionário, responsável pela transformação social; o que sugere uma perspectiva democrática da dinâmica social, na qual cada grupo ou classe social detém responsabilidade sobre si e sobre a sociedade como um todo. Sua preocupação com a "apatia" da classe operária, parece reforça essa interpretação, uma vez que a indiferença ou a "inação" da classe operária favorece a instituição e manutenção de um regime autoritário<sup>229</sup>. Essa preocupação torna-se investigação, se faz necessário estudar o passado da classe operária, para compreender sua "apatia" atual, ou seja, a pesquisa principia em questões do presente visando compreender o passado.

Nessa época, Weffort formou um grupo no CEBRAP para estudar movimentos sociais, classe trabalhadora, etc.<sup>230</sup>. Fausto participou dos trabalhos desse grupo e publicou em 1973, o artigo denominado *Conflito social na República*

<sup>228</sup> Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, realizada em São Paulo em 2 e 20 de junho de 2006. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., p.199.

<sup>229</sup> Desta forma, pode até não existir a "mitológica missão revolucionária" para classe operária, mas algum significado para a sociedade essa classe possui. Retornaremos ao tema mais adiante.

<sup>230</sup> Cf. Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, realizada em São Paulo em 2 e 20 de junho de 2006. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., p.199.

*Oligárquica: A greve de 1917*<sup>231</sup>, pela revista do Centro. Posteriormente, esse artigo fará parte da tese de livre-docência de Boris Fausto, denominada *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, defendida em 1975, na FFLCH-USP, tendo como Comissão Julgadora os professores Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Francisco Corrêa Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Michel Debrun e Vicente Marotta Rangel. A tese se tornou livro, publicado sob o mesmo título pela primeira vez em 1976, pela editora Difusão Européia do Livro (Difel). Posteriormente, foram publicadas a segunda, terceira e quarta edições, respectivamente em 1977, 1983 e 1986, todas pela Difel; e, ainda, uma quinta edição publicada em 2000, pela Bertrand Brasil.

A publicação do livro *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*, em parte, acompanha a tendência - já mencionada - do mercado editorial brasileiro em publicar obras sobre o tema. E está inserida na trajetória da produção acadêmica anterior, como indica seu autor:

"Considero muito confortante não fugir à regra e inserir este livro na trilha dos estudos sobre a classe operária de Azis Simão, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, José Albertino Rodrigues. Metodologicamente, beneficiei-me bastante com o contato pessoal e os recentes trabalhos de Francisco C. Weffort: o meu interesse pela questão das orientações, o esforço por delimitar o espaço e o desfecho de uma conjuntura tem nele uma direta inspiração. Nem poderia deixar de mencionar a excelente tese de Sheldon Leslie Maram (*Anarchists, Immigrants and Brazilian Labor Movement, 1890-1920*) sobre o período objeto deste estudo, cujo mérito transcende o simples rigor empírico."<sup>232</sup>

A obra tem como tema a "classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro, no primeiro período de sua formação"<sup>233</sup> (1890-1920), definindo assim duas categorias de limites ao estudo, a saber; espacial e temporal, estabelecidos por "razões de interesse e possibilidades de pesquisa"<sup>234</sup>. Essas razões podem ser explicadas pela inspiração oferecida pelos trabalhos de Weffort, em "delimitar o espaço e o desfecho de uma conjuntura". Pelo limite da pesquisa, focada no Arquivo

<sup>231</sup> Referência da primeira publicação do artigo: FAUSTO, Boris. *Conflito social na República Oligárquica: A greve de 1917*. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.10, out. dez. 1973.

<sup>232</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.9.

<sup>233</sup> *Ibid.*, p.5.

<sup>234</sup> *Id.*, loc. cit.

do Estado de São Paulo, na Biblioteca Municipal de São Paulo (Mário de Andrade), na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, onde Fausto teve a possibilidade de passar apenas um mês pesquisando; e no Arquivo particular de Edgard Leuenroth, autorizado pelos familiares de Leuenroth, pois o arquivo ainda não estava organizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E, ainda, no decorrer da análise, fica exposto que é somente nessa região do país que ocorrem as condições objetivas para a formação da classe operária brasileira, a ascensão e o declínio de uma primeira etapa de conflitos sociais envolvendo essa classe.

Fausto analisa a classe operária em relação à sociedade brasileira, buscando restituir a medida exata de sua relevância nos conflitos sociais do período. Já que a classe operária do Rio de Janeiro e de São Paulo, do início do século XX, apesar de ser somente "uma pequena mancha em um imenso oceano agrário, mudo do ponto de vista dos movimentos políticos"<sup>235</sup>, foi significativa para definir o período posterior da história global do país:

"[...] não tenho nenhum entusiasmo por um estrito critério de relevância que lembra apenas os vencedores e esquece as causas perdidas. Não se trata de defender uma história esotérica, valorizando grupos ou eventos de muito reduzida significação. Por exemplo, pouco sentido teria um interesse excessivo pelos natimortos partidos socialistas que surgiram em algumas dezenas de anos, em vez de se indagar as razões mais gerais de seu fracasso. Mas não se pode dizer o mesmo da gente e dos movimentos que estiveram no centro das opções de um grupo social, em um período histórico. Não estamos impedidos de fazer-lhe a crítica, com a condição de restituí-los à dimensão de seu tempo e relativizar a dimensão do nosso. A eles se aplica, em outro contexto, o que E. P. Thompson disse a respeito dos artesãos ingleses, em face da Revolução Industrial:

'Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter sido uma visão do passado. Seus ideais comunitários podem ter sido fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter sido temerárias. Mas eles viveram naqueles tempos de agudos distúrbios e nós não. Suas aspirações eram válidas em termos de sua própria experiência, e, se foram perdas da história, permanecem, condenadas em suas próprias vidas, como perdas. Nosso único critério de julgamento não deveria ser se as ações de um homem são ou não justificadas à luz da evolução subsequente. Afinal, nós mesmos no fim da evolução social. Em algumas das causas perdidas da gente da Revolução Industrial, podemos discernir a percepção de males sociais que ainda temos de curar'<sup>236</sup>

---

<sup>235</sup> Ibid., p.8.

<sup>236</sup> Ibid., p.8-9.

Apesar de existir coerência entre a fala de Fausto e o trecho da obra de Thompson citado por ele, sua perspectiva está mais próxima a de Hobsbawm, também citado como referencial teórico. Como explica o próprio Fausto, a perspectiva de Thompson não era "moda" na época:

Ele [Thompson] ainda não entrara na moda. Enquanto pesquisava o movimento operário, li *The making of the English working class*, um livro que me encantou. Passei a me interessar menos pela quantificação de greves - que penso, porém, ter feito com cuidado - e mais pela temática cultural: os piqueniques nos bairros, o teatrinho etc. Um professor muito inteligente, infelizmente já falecido, Cândido Procópio, percebeu isso na banca da minha livre-docência. Ele disse algo mais ou menos assim: 'Você começou escrevendo uma tese sócio-histórica e depois enveredou com maior força pela História Cultural.'<sup>237</sup>

Tanto Hobsbawm quanto Fausto, estão preocupados tanto em relacionar a história operária com a história global, quanto de restituir a justa relevância do operariado na dinâmica social. Para Hobsbawm, por um lado, "é inegável que a história ortodoxa não prestou atenção suficiente aos movimentos operários, e muito menos à classe operária"<sup>238</sup>; e, por outro lado, "a história clássica do movimento operário tendeu a produzir uma versão esotérica da história"<sup>239</sup>, ou seja, o movimento operário aparece desconexo do cenário mais amplo da história. A intenção dessas críticas é assinalar a necessidade da existência de uma história operária, que se relacione com a história do restante da sociedade, isto é, uma história não esotérica de um grupo social significativa.

Ainda, para Hobsbawm, a crítica ao passado com olhos do presente pode nos conduzir a uma história contrafactual negligente e/ou especulativa, isto é, a uma história que se considera capaz de "avaliar ou calcular quão diferente teria sido a história do mundo se o nariz de Cleópatra tivesse uma polegada a mais"<sup>240</sup>. Possivelmente, essa história estaria mais interessada em imaginar um presente e um futuro distintos, do que em compreender o passado. Entretanto, para Hobsbawm,

<sup>237</sup> FAUSTO, 2002 apud GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., p.56.

<sup>238</sup> HOBBSAWM, Eric John Earnest. História operária e ideologia. In HOBBSAWM, Eric John Earnest. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.17.

<sup>239</sup> Ibid., p.18.

<sup>240</sup> Ibid., p.23.

em alguns momentos refletir sobre o que poderia ter acontecido ajuda a decidir sobre alternativas reais:

Ora, às vezes a possibilidades são tão altas que podemos especular com certo realismo, via de regra sobre o que poderia não ter acontecido, mais do que sobre o que poderia ter acontecido. Por exemplo, ao avaliar o desenvolvimento do movimento operário britânico desde a década de 1880, podemos excluir a possibilidade de que um partido marxista de massa pudesse ter se desenvolvido no lugar de algo como o Partido Trabalhista, antes ou depois de 1920, e poderíamos portanto criticar a Federação Social Democrática (SDF - *Social Democratic Federation*) ou o PC, não pelo que eles não poderiam seriamente esperar conseguir, mas dentro dos limites do que não seria tão impraticável que eles atingissem - por exemplo, maior sucesso nas eleições governamentais locais.<sup>241</sup>

Em outras palavras, o historiador é capaz, algumas vezes, de recolher elementos suficientes para dizer que, em um determinado momento e lugar, existiam condições para determinados eventos ocorrerem ou não. Desta maneira, é possível, como quer Fausto, fazer a crítica aos operários brasileiros do início do século XX, considerando suas condições de existência e seu significado para o nosso tempo. Contudo, é importante observar que toda a crítica produz um juízo de valor e é fundamentada em um critério, seja de caráter científico, moral, religioso, etc.; no caso de Fausto e Hobsbawm, a crítica está fundamentada na concepção materialista da história, mais especificamente, na vertente marxista-leninista.

Neste sentido, é importante recordar a já mencionada análise de Daniel Pécaut, em relação à postura dos intelectuais brasileiros do período, perante o restante da sociedade:

[...] o cientista social brasileiro conserva o privilégio de escapar às delimitações sociais que afetam as classes sociais. Quer estas pareçam, como depois do golpe de Estado, inferiores à sua vocação em virtude de sua constituição empírica, ou que pareçam, como quer a teoria da dependência, estruturalmente divididas e condenadas a apoiar-se no Estado, isso só faz ressaltar a posição dos intelectuais que não estão submetidos aos efeitos de desarticulação e que, ao contrário, detêm a compreensão de seus mecanismos<sup>242</sup>.

<sup>241</sup> Ibid., p.23-24.

<sup>242</sup> PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, p.241.

Daí, é possível indicar que Boris Fausto - como outros cientistas sociais da época - se considera capaz de "fazer a crítica aos operários brasileiros do início do século XX", pois detêm a compreensão da realidade brasileira e está fundamentado em critérios científicos, racionais, verdadeiros, universais, etc.

Em sua introdução à obra, Fausto assinala que buscou, por um lado, analisar a "classe operária como parte integrante de uma história global do país", considerando a "natureza da sociedade do período, do Estado oligárquico, do comportamento das demais classes e grupos sociais em suas relações com o proletariado"<sup>243</sup>. E, por outro lado, -segundo os passos de Weffort - analisar a "classe como sujeito de sua história", operando uma distinção - presente também na perspectiva de Hobsbawm<sup>244</sup> - entre "a massa majoritária dos não organizados" e "o núcleo minoritário de quadros e da liderança"<sup>245</sup>; esta distinção coloca em questão os problemas da orientação e da comunicação entre vanguarda e massa:

[...] Se a força de uma classe social dominada se mede pelos organizados, a contrapartida é óbvia, tratando-se pois, de medir também a sua fraqueza. Quais os canais de comunicação existentes entre o núcleo de vanguarda e a grande massa que pode relativizar o corte, não obstante a debilidade ou inexistência de laços formais? Quais os limites desta comunicação que permitem traçar, não obstante as ressalvas, um corte entre minorias militantes e a grande massa dos desorganizados?<sup>246</sup>

[...] o interesse pela liderança é relevante desde que não se transforme paradoxalmente a história do movimento operário em uma história de 'grandes personagens'. Não só porque a análise da liderança, de sua ideologia e comportamento, tem direta implicação no problema das orientações. As concepções do núcleo anarquista, por exemplo, encerram um código moral, estendem-se a uma ampla área de relações sociais, não redutíveis ao universo político<sup>247</sup>.

Em outras palavras, o autor entende que a classe operária é apenas um dos "núcleos" que compõe o conflito social, para este ser compreendido, é necessário o estudo de todos os outros "núcleos". E, também, que por meio da

<sup>243</sup> Cf. FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.5-9.

<sup>244</sup> Fausto aponta como referência o artigo: HOBBSAWM, Eric John Earnest. Labor History and Ideology. *Journal of Social History*, v.7, n.4, 1974.

<sup>245</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986, p. 5.

<sup>246</sup> *Ibid.*, p.7.

<sup>247</sup> *Id.*, loc. cit.

análise das lideranças operárias, é possível compreender (não sem limites) a classe operária (em muitos de seus "universos") e, principalmente, sua capacidade de organização e resistência.

Ainda, nessa introdução, Fausto identifica as alternativas de sentido (de encadeamento coerente) entre os primeiros anos da formação da classe operária e o período ulterior:

Sem embargo, o destino desta classe, nos primeiros anos de sua formação, não é indiferente à história global do país e à história da própria classe. Nas alternativas de uma ordem democrática ou autoritária, nas possibilidades abertas à autonomia/heteronomia da categoria social, estará presente, ao longo da década de vinte e nos primeiros anos trinta, a marca das definições de um período anterior<sup>248</sup>.

Destarte, as alternativas de sentido para a história, construídas pelo autor, parecem oscilar entre: A instituição de uma ordem democrática no país, acompanhada pela autonomia da classe operária; ou a manutenção de uma ordem autoritária no país, acompanhada por uma heteronomia da classe operária.

No livro, após a introdução, onde Fausto faz uma avaliação da obra e indica seus objetivos e referências teóricas, seguem três partes: A primeira parte dedicada a explicar a estrutura socioeconômica, que propiciou a formação da classe operária e determinou os primeiros anos de sua existência. A segunda parte dedicada a explicar a classe operária e seu movimento, lideranças, condições materiais, cultura e dinâmica do movimento. E a terceira parte dedicada especificamente à conjuntura de 1917 a 1920, assinalando o movimento operário e a "contra-ação" do empresariado e do Estado brasileiros, como marco de um momento que se encerra e outro que se inicia.

Desta forma, Fausto começa sua análise apontando as determinações estruturais presentes no processo de formação da classe operária, segundo o autor: A primeira etapa da formação da classe operária brasileira - iniciada por volta de 1790 e encerrada na década de 1920 - está ligada ao processo de expansão da economia cafeeira. Em caráter geral, a economia exportadora de café proporcionou, por um lado, o acúmulo de capital, necessário ao

---

<sup>248</sup> Ibid., p.8.

desenvolvimento industrial; e, por outro lado, o desenvolvimento do sistema de transporte e serviços portuários - necessários para escoar a produção cafeeira - que concentraram o movimento comercial nas cidades do Rio de Janeiro e Santos, favorecendo a expansão desses centros urbanos.

O avanço da economia capitalista de exportação gerou assim diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de trabalhadores no setor de serviços. Indiretamente, preencheu os requisitos para o surgimento do proletariado fabril, concentrando em algumas poucas cidades.<sup>249</sup>

Um núcleo de trabalhadores assalariados no setor de serviços é, também, um mercado consumidor de produtos fabris. Mercado de consumo e capital acumulado são requisitos para o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, a constituição do proletariado fabril. Ainda, a economia cafeeira desencadeou um processo de centralização industrial em uma região específica do país, a saber; o "centro-sul". Pois:

A pequena empresa industrial, dispersa em vários pontos do país, existiu antes da afirmação do pólo cafeeiro e ao lado dele, graças à proteção representada pela dificuldade de comunicações, à proximidade das fontes de matéria-prima, à existência de um pequeno mercado consumidor de bens como alimentos, bebidas, tecidos de qualidade inferior<sup>250</sup>.

Considerando esta dispersão, os "trabalhadores deste tipo de indústria, espalhados em um imenso espaço geográfico, nunca tiveram condições objetivas para dar origem a um movimento operário"<sup>251</sup>. O gradativo deslocamento e centralização da indústria para região cafeeira, a partir do final do século XIX<sup>252</sup>, possibilitam o surgimento de um número considerável de indivíduos que compartilham a mesma situação em relação à propriedade dos meios de produção,

---

<sup>249</sup> Ibid., p.13-14.

<sup>250</sup> Ibid., p.14.

<sup>251</sup> Id., loc. cit.

<sup>252</sup> Fausto indica que em 1885, dentre as 48 fábricas existentes no país, 33 se localizavam na região centro-sul (Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo). Cf. Id., loc. cit.

ao capital e às outras classes, atendendo desta maneira, as condições objetivas necessárias à formação da classe operária.

Ainda, Fausto assinala características distintas entre o processo de industrialização ocorrido no Rio de Janeiro e o ocorrido em São Paulo. O Rio de Janeiro reuniu a maior concentração operária do país, até meados da década de 1930, quando foi superado pela Capital de São Paulo; o Município Neutro apresentava as seguintes especificidades:

[Primeira:] Aí haviam-se acumulado capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior. [...]  
[Segunda:] Era viável contar com o financiamento dos grandes bancos, cuja a sede estava localizada na Capital do país [...].  
[Terceira:] O mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade com a região tributária, servida pela rede de ferrovias. [Quarta:] No que diz respeito à força de trabalho, ainda que houvesse problemas no tocante ao suprimento de trabalhadores especializados, o mesmo não ocorria com operários de baixa qualificação. [...] [Finalmente:] ressalte-se o papel da energia a vapor, [...] sobretudo no crescimento da grande manufatura de algodão, no Rio de Janeiro e cidades próximas (Petrópolis)<sup>253</sup>.

Em suma, o capital acumulado proveniente do setor agrário-exportador, o financiamento bancário, a existência de um mercado de consumo considerável, a presença de um suprimento de mão-de-obra assalariada e a aplicação da energia a vapor; são os fatores específicos que possibilitaram o desenvolvimento da indústria no Rio de Janeiro.

Na província de São Paulo, o desenvolvimento industrial esteve diretamente vinculado às alterações nas fazendas de café. Nestas, se produzia tanto o café para exportação como os produtos para subsistência; "entre metade e dois terços dos escravos não se dedicavam à lavoura do café, cabendo-lhes plantar gêneros alimentícios, cuidar do gado e outros animais de corte, construir casas, canalizar a água, abrir caminhos"<sup>254</sup>. Num primeiro momento, a alta do preço e a escassez de escravos, decorrente das diversas medidas antiescravistas colocadas em prática no Brasil e fora dele:

---

<sup>253</sup> Ibid., p.14-15.

<sup>254</sup> Ibid., p.16.

[...] resultou na concentração da força de trabalho escrava nas atividades mercantis, com efeitos diretos relativamente à divisão social do trabalho em toda a província. Ao mesmo tempo, esboçou-se uma parcial substituição desta força de trabalho por máquinas, em especial no processo de beneficiamento do café<sup>255</sup>.

Ainda, havia abundância de matéria-prima, um mercado de consumo considerável e, por último, a migração de mão-de-obra assalariada do Nordeste para São Paulo, decorrente do próprio processo de divisão do trabalho, iniciado pela crise do sistema escravista. Devido a estes fatores, "São Paulo começava a se definir como centro urbano, tornando-se gradativamente o grande mercado distribuidor de produtos e de mão-de-obra. Entretanto, a germinação de atividades industriais tinha ainda limites bastante evidentes"<sup>256</sup>.

Num segundo momento, ocorreu a "liquidação final do sistema escravista e a entrada de grandes levas de imigrantes"<sup>257</sup>, isto possibilitou a ampliação do mercado de trabalho e consumo, o crescimento da cidade de São Paulo e um acúmulo de capital, por parte dos imigrantes, com maior freqüência investido nos setores, comercial e industrial<sup>258</sup>. Esses fatores foram decisivos, pois;

[...] a afirmação da Capital como centro integrador regional se deu na medida em que as relações capitalista de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o conseqüente crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários<sup>259</sup>.

Desta forma, Fausto descreve em linhas gerais o processo de desenvolvimento industrial, atrelado ao capitalismo de base agrária, na região centro-sul do país, isto é, descreve a seqüência coerente de fatores: O acúmulo de capital proveniente do setor agrário-exportador, surgimento e desenvolvimento de centros de serviço, concentração de trabalhadores neste setor, maior divisão social do trabalho, ampliação do mercado de trabalho e consumo, o que possibilitou o surgimento de um núcleo industrial e, conseqüentemente, as condições objetivas

---

<sup>255</sup> Id., loc. cit.

<sup>256</sup> Id., loc. cit.

<sup>257</sup> Ibid., p.17.

<sup>258</sup> Cf. Ibid., p.17.

<sup>259</sup> Ibid., p.18.

necessárias à formação de um núcleo operário nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos <sup>260</sup>. Cada fator, ou "elo" deste encadeamento, tem caráter socioeconómico, ou seja, diz respeito ao surgimento progressivo de condições materiais.

O desenvolvimento industrial, concentrado especialmente no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Santos, não se difundiu pelo restante do território nacional, nem propiciou uma ampla transformação na estrutura económica do país:

Apesar das grandes transformações regionais operadas por este desenvolvimento, o raio de sua ação, no sentido de diversificar a estrutura social do conjunto do país, foi como se sabe bastante limitado. <sup>261</sup>

Destarte, durante toda a primeira etapa de formação da classe operária brasileira, ocorreu a "predominância do pólo agrário-exportador" <sup>262</sup>, bem como, a "concentração da maioria absoluta da população nas atividades agrícolas"<sup>263</sup>. Em outras palavras, a base da economia e a maior parte do proletariado residiam no campo e não na cidade<sup>264</sup>. O proletariado rural sofria de uma insatisfação semelhante a do proletariado urbano, porém, aquele não possuía muitas possibilidades de manifestar essa insatisfação, devido às seguintes especificidades presentes no meio rural brasileiro:

[Primeira:] A massa de imigrante, introduzida em terra estranha, dispersou-se por fazendas isoladas, impossibilitando contatos que reforçassem a tomada de consciência de uma condição comum e o esboço de uma ação reivindicatória. [Segunda:] No interior da fazenda, o fazendeiro detinha poderes absolutos, dominava as instituições do Estado (polícia, magistratura), colocadas a seu serviço. [Terceira:] Era fácil também isolar os portadores do bacilo radical, pela simples proibição da entrada de elementos estranhos. <sup>265</sup>

---

<sup>260</sup> Apesar de não fazer uma análise específica do desenvolvimento industrial em Santos, Fausto afirma: "As docas de Santos reuniram o primeiro grupo importante de trabalhadores em todo o Estado, cujas lutas se iniciaram em fins do século e permaneceram constantes no correr dos anos." *Ibid.*, p.13.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p.20.

<sup>262</sup> *Ibid.*, p.20-21.

<sup>263</sup> *Ibid.*, p.20.

<sup>264</sup> Fausto assinala que em 1872, 64,1% da população brasileira ocupada estava concentrada no setor agrícola; e em 1920, eram 69,7% da população ocupada concentrada no setor agrícola. Cf. *Id.*, loc. cit.

<sup>265</sup> *Ibid.*, p.21.

O campo não apresentava as condições objetivas mínimas para a formação de um movimento operário, uma vez que a dispersão demográfica, não permitiu ao proletariado

rural, a percepção de uma condição em comum e distinta em relação a outras classes; o "Estado-rural" era absoluto, não existia uma margem mínima para reivindicações econômicas ou políticas; e não foi possível a introdução de elementos de vanguarda, capazes de produzir organização e ação mínimas. Estando o campo impossibilitado de produzir movimentos operários de vulto, restava a cidade:

[...] a cidade reuniu os requisitos mínimos para o seu surgimento. Existia aí um quadro objetivo de exploração que poderia ser interiorizado coletivamente, dada a facilidade de contatos; os ideólogos revolucionários e organizadores, apesar das restrições à sua atividade, não eram, no meio urbano, um peixe estranho<sup>266</sup>.

Assim, Fausto esboça a estrutura socioeconômica brasileira, entre as décadas de 1890 e 1920, onde a base econômica e a maior parte do proletariado residiam no campo. Nos centros urbanos, havia um desenvolvimento incipiente dos setores secundário e de serviço e o princípio da formação de um movimento operário, favorecido pela existência de "ideólogos revolucionários e organizadores"; sendo que o proletariado brasileiro era predominantemente formado por estrangeiros. Daí, três determinações estruturais foram consideradas pelo autor:

A primeira determinação diz respeito à base econômica, pois apesar das cidades - Rio de Janeiro, São Paulo e Santos - serem centros políticos, comerciais e administrativos;

[...] o peso da urbanização era relativo e não só o eixo básico da economia como a fonte de poder das oligarquias se encontrava fundamentalmente no campo, a massa urbana dominada ficava ilhada nos muros ideais da cidade, com escassas condições de alterar a correlação de forças entre as classes.<sup>267</sup>

---

<sup>266</sup> Id., loc. cit.

<sup>267</sup> Ibid., p.22.

Em outras palavras, para Fausto os movimentos operários urbanos eram estruturalmente bastante limitados, uma vez que dificilmente atingiriam a base econômica do Estado oligárquico, residente no campo. Por sua vez, este setor não reunia os requisitos mínimos para a formação de um movimento operário.

A segunda determinação diz respeito à oferta de mão-de-obra. Nesta questão, Fausto faz uma breve discussão e assinala que, em geral, os pesquisadores distinguem os dois momentos históricos de acumulação capitalista, no que diz respeito à absorção de mão-de-obra, nos países da América Latina, da seguinte forma: O primeiro momento, onde a industrialização é incipiente, tem como característica a fixação de boa parte da população nas atividades agrícolas, ampla incorporação de trabalhadores e escasso investimento de tecnologia na indústria; resultando num ajustamento entre oferta e procura de mão-de-obra e, conseqüentemente, num pequeno contingente de mão-de-obra reserva e sobranse. O segundo momento, sob o impacto de uma ampla industrialização, tem como características a modernização do setor agrícola, associado à liberação de mão-de-obra rural; e maior utilização de capital constante em relação ao capital variável na grande indústria; resultado na ampliação dos contingentes de mão-de-obra reserva e sobranse <sup>268</sup>.

Fausto, considerando essas teses, analisa a primeira etapa de formação da classe operária e industrialização no Brasil, praticando um desvio teórico:

[...] caberia indagar se, ao menos no caso brasileiro, ocorreu adequação entre oferta de mão-de-obra e crescimento industrial, no primeiro momento descrito. Os dados existentes apontam em sentido negativo [...].

[...] O número de pessoas ocupadas passou, entre 1872 e 1920, de 5726000 para 9150000, com um crescimento de 59,8%, enquanto o número de pessoas na faixa de idade economicamente ativa subiu de 5999000 para 1625700, com um crescimento de 171%. <sup>269</sup>

Esses são indícios genéricos, pois se referem ao país como um todo. Ainda, o autor analisa os casos específicos de São Paulo e do Rio de Janeiro e afirma que em São Paulo:

---

<sup>268</sup> Cf. *Ibid.*, p.22-23.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p.23.

O suprimento de trabalhadores sobretudo até os primeiros anos deste século foi bastante abundante em razão de três fatores: a crise crônica no campo, em várias regiões da Itália; o fato de que a imigração para o Estado de São Paulo foi em larga medida subsidiada, permitindo aos fazendeiros adequar a oferta a seus interesses; a consciência cristalina destes interesses por parte da burguesia do café. [...] [...] o Rio de Janeiro reuniu também contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e dos serviços. O elemento mais relevante é a atração exercida pela Capital da República para os imigrantes internos de todo o país. Um importante contingente deve ter sido o dos antigos escravos que abandonaram a região fluminense em decadência.<sup>270</sup>

Desta forma, o funcionamento do setor cafeeiro e a consciência da burguesia do café no Brasil, possibilitaram "a existência de uma abundante oferta de força de trabalho, nos centros urbanos, ao longo do período que se está considerando"<sup>271</sup>. Refutando o consenso em torno da tese que afirma existir um ajustamento entre oferta e procura de mão-de-obra, durante o primeiro momento histórico de acumulação capitalista, pelo menos no que diz respeito ao Brasil.

Finalmente, a terceira determinação estrutural diz respeito à origem étnica da classe operária brasileira, composta em grande parte por estrangeiros. Fausto indica que no período de 1890 até 1920, na Capital de São Paulo, mais da metade dos trabalhadores da indústria eram italianos. Em Santos mais da metade dos trabalhadores do porto eram portugueses e espanhóis. E no Rio de Janeiro, por volta de 45% dos trabalhadores eram estrangeiros. Ao analisar estes dados, o autor constata, em primeiro lugar,

[...] o imenso significado da imigração no surgimento de ideologias negadoras do sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária<sup>272</sup>

Em outras palavras, a grande quantidade de estrangeiros, compondo as fileiras do proletariado urbano, favoreceu a proliferação de ideologias libertárias e modelos de organização da classe operária no Brasil, elementos

---

<sup>270</sup> Ibid., p.23-25.

<sup>271</sup> Ibid., p.28.

<sup>272</sup> Ibid., p.32.

necessários a formação de um movimento operário contestatório (retornaremos a essa questão mais adiante).

Em segundo lugar, fundamentado no estudo de Fernando Henrique Cardoso <sup>273</sup>, assinala que foi a contradição entre condições reais de existência e as aspirações dos operários imigrantes, que fortaleceu o movimento operário:

Como observou Fernando Henrique Cardoso, independentemente da origem rural ou urbana do imigrante pobre, o que caracteriza sua conduta era o projeto da ascensão através do esforço individual. Tal projeto encontrou algumas possibilidades de realizar-se pois o 'sistema industrial' do país era ainda sobretudo um 'sistema artesanal' que começava a diversificar-se. De posse de uma técnica manual de trabalho mais elaborada, tornava-se viável passar da condição de trabalhador especializado a proprietário de pequena oficina e mesmo a industrial, ou fixar-se nas oportunidades industriais oferecidas pelas cidades. Mas as oportunidades não se abriram para toda a massa de imigrantes e nem todos estavam em condições de aproveitá-las. Por heterogêneos que fossem os motivos de inserção na ordem industrial, um segmento se consolidou como núcleo importante na formação da classe operária. E os primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho. <sup>274</sup>

Em terceiro lugar, a respeito dos conflitos entre estrangeiros e nacionais ou mesmo entre estrangeiros e estrangeiros, assinala que Sheldon Leslie Maram <sup>275</sup> e outros autores:

[...] enfatizaram a origem de classe como determinação estrutural limitativa das possibilidades de afirmação de um movimento operário referem-se tanto aos atritos entre estrangeiros de várias nacionalidades, como entre estrangeiros e nacionais. <sup>276</sup>

Ou seja, na perspectiva destes autores, os conflitos de caráter étnicos impossibilitavam a coesão do movimento operário. Fausto, apesar de

---

<sup>273</sup> Fausto cita o artigo: CARDOSO, Fernando Henrique. Proletariado no Brasil: Situação e comportamento social. **Mudanças Sociais na América Latina**. São Paulo, 1969, p. 204.

<sup>274</sup> Ibid., p.32-33.

<sup>275</sup> Fausto cita o texto: MARAM, Sheldon Leslie. **Anarchists immigrants and the Brazilian Labor Movement, 1890-1920** (mimeografado).

<sup>276</sup> Ibid., p.35.

apoiado nos dados empíricos de Maram, afirma que: "A condição de assalariado tendeu a predominar sobre a de estrangeiro, tanto no interior de cada grupo como em seu inter-relacionamento" <sup>277</sup>.

Destarte, a análise de Fausto dá maior ênfase aos conflitos de classe em relação aos conflitos étnicos, asserção coerente com o modelo interpretativo *uspiano*.

Neste contexto, Fausto aponta a existência de três correntes ideológicas que tiveram influência no movimento operário da época, a saber: "trabalhismo" (amarelos), socialismo reformista e anarquismo. Segundo o autor, o "trabalhismo" tem grande influência no Rio de Janeiro no final do século XIX e, apesar de nunca desaparecer, gradativamente perdeu terreno para o anarquismo <sup>278</sup>. A presença do "trabalhismo" significa, por um lado, "a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado" e, por outro lado, "a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária" <sup>279</sup>.

Para Fausto, a proliferação do "trabalhismo" no Distrito Federal, se deve ao maior número de brasileiros compondo a classe operária, acostumados à conduta paternalista do Estado; a estrutura social diversificada, constituída também pela classe média profissional, burocratas, etc.; e a existência de serviços estatais essenciais à economia agro-exportadora, como os transportes marítimos e ferroviários, permitindo uma maior possibilidade de obter do Estado - um pouco mais propenso a acordos - aumentos salariais e outras vantagens <sup>280</sup>. Porém, o autor adverte:

O Estado oligárquico deixou apenas uma estreita faixa de possibilidades de obtenção de algumas vantagens corporativas; ao mesmo tempo, tendeu sempre a adotar uma atitude de força quando a 'colaboração' se rompia e as greves surgiam em uma área estratégica para o sistema agro-exportador. <sup>281</sup>

Segundo Fausto, os "trabalhistas" eram um "punhado de burocratas em embrião" <sup>282</sup>, os anarquistas, "nos seus esforços em constituir um movimento

---

<sup>277</sup> Ibid., p.37.

<sup>278</sup> Cf. Ibid., p.41.

<sup>279</sup> Cf. Id., loc. cit.

<sup>280</sup> Cf. Ibid., p.42, 52.

<sup>281</sup> Ibid., p.52.

<sup>282</sup> Ibid., p.58.

operário independente estavam qualitativamente em um campo diverso e superior com relação aos primeiros" <sup>283</sup>. Contudo, os "trabalhistas" reconheciam a luta política e compreendiam o significado do Estado, assim optaram pelo caminho da política, dentro do sistema vigente, para reivindicarem melhoramentos econômicos, de elevação social, intelectual e moral para classe operária <sup>284</sup>. Assim, para o autor, o "trabalhismo" supera o anarquismo por possuir uma melhor compreensão da realidade brasileira e um projeto reivindicativo viável <sup>285</sup>.

O socialismo reformista esteve presente no movimento operário brasileiro entre os últimos anos do século XIX e início do século XX, seus militantes estavam concentrados em Santos. Para Fausto, isso tem relação com a existência de um "núcleo de propaganda republicana e abolicionista, [que] já concentrava no porto um contingente de trabalhadores que começava a realizar algumas greves de certa importância" <sup>286</sup>.

Segundo Fausto, o socialismo reformista brasileiro luta por uma sociedade mais justa e igualitária, que seria alcançada por meio de reformas socioeconômicas e com o mínimo possível de comoção, isto é, rejeitam a via revolucionária; enaltecem a figura de Karl Marx e funde o reformismo de origem européia com os estereótipos da grandeza geográfica da pátria e do caráter brasileiro <sup>287</sup>. Seu "fracasso" no Brasil foi devido à disposição do Estado brasileiro - o socialismo reformista depende de uma maior possibilidade de participação no sistema político e de uma organização estável entre classe operária e classe média, o que não havia no Brasil <sup>288</sup>. Apesar do "fracasso", para o autor o socialismo reformista também apresenta vantagens em relação ao anarquismo:

Do ponto de vista programático, os socialistas se colocavam em um plano aparentemente superior com relação aos anarquistas, ao pretender atuar na esfera política, ao compreender a necessidade de estabelecer um programa mínimo democrático, de pressionar o Estado no sentido da extensão da cidadania social e política, ao afirmar o objetivo de formação de um partido. <sup>289</sup>

---

<sup>283</sup> Id., loc. cit.

<sup>284</sup> Cf. Ibid., p.56-57.

<sup>285</sup> Ibid., p.58.

<sup>286</sup> Ibid., p. 98.

<sup>287</sup> Cf. Ibid., p.100-102.

<sup>288</sup> Cf. Ibid., p.102-103.

Conforme indica Fausto, as correntes anarquistas - predominantes no Brasil -entendem que a sociedade se divide em duas categorias básicas, exploradores e explorados, esta última abrange os camponeses, a classe operária, o lumpenproletariado, etc. - é importante notar que, diferente do marxismo, a classe operária e apenas mais um classe explorada, não a "classe universal" -; sendo o Estado, o instrumento utilizado pelos exploradores para exercerem a exploração. Neste sentido, os anarquistas buscam substituir a autoridade do Estado por alguma forma de organização não governamental de indivíduos livres e iguais, pressupondo o fim do capitalismo e da exploração do homem pelo homem. A revolução que instituiria a "sociedade anarquista", ocorreria por meio de associações livres de produtores e da luta direta limitada ao terreno económico e ideológico, já que toda a prática política que envolve o Estado corresponde à conservação do instrumento de exploração <sup>290</sup>.

A hegemonia das correntes anarquistas no movimento operário da América Latina, pelo menos até a Revolução Russa, se explica, em parte, pela presença de imigrantes e pelo estágio de desenvolvimento do capitalismo nessa região. Apesar de não existir uma relação direta entre forma de produção e ideologia predominante, as doutrinas anarquistas tenderam a se estabelecer nos países europeus de industrialização tardia (Itália,

Espanha, Portugal), onde a pequena indústria de propriedade familiar ou individual predominava e a organização do trabalho era manufatureira<sup>291</sup>. Nesse sentido, o Brasil não escapa ao padrão da América Latina.

Para o autor, muitos fatores favoreceram a proliferação e posterior hegemonia da ideologia anarquista no Brasil (especialmente na capital paulista) como, por exemplo, a classe operária composta por imigrantes vindo de países europeus com industrialização tardia:

---

<sup>289</sup> Ibid., p.102.

<sup>290</sup> Cf. Ibid., p.63-66.

<sup>291</sup> Fausto considera isso um "meio-termo" entre: A tese de Leôncio Martins Rodrigues, que defende a relação entre forma de produção e ideologia predominante, bem como a importância dos imigrantes na proliferação do anarquismo na América Latina; e a de Sheldon Leslie Maram, que recusa essa relação direta e reduz a importância dos imigrantes. Cf. Ibid., p.67-71. Entendemos que a posição de Fausto não é um "meio-termo", mas equivale a de Rodrigues.

No caso do anarquismo, o papel da importação foi considerável: através dos imigrantes, chegaram ao país não só os intelectuais portadores da ideologia como massas de trabalhadores pelo menos em algum grau tocados por ela.<sup>292</sup>

A estrutura socioeconómica brasileira, onde sobre "o trabalhador recai não só a forma absoluta de extração do excedente como ainda a contínua insegurança"<sup>293</sup>. Ou, ainda, o Estado oligárquico, autoritário e excludente, atribui enormes limites ao movimento operário, seja por meio da repressão violenta ou da negação de vias institucionais para a obtenção de direitos por parte dos trabalhadores:

Restringindo-me ao caso brasileiro, não havia interesese (sic) (nem necessidade) de favorecer a incorporação das massas, inclusive as de origem nacional, ao processo político. [...] Mais uma vez o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes.<sup>294</sup>

Segundo o autor, a vertente anarquista que predominou no Brasil foi o anarco-sindicalismo inspirado na CGT francesa, que considera os sindicatos os núcleos de organização social:

O sindicato - a um tempo instrumento de conquista dos mínimos direitos da classe trabalhadora e pré-figuração da sociedade futura - seria o único órgão capaz de agrupar, de solidarizar os operários conscientes, com base em seus interesses económicos comuns.<sup>295</sup>

Assim como as outras correntes anarquistas, o anarco-sindicalismo recusa a instância política formal ou qualquer recurso de luta vinculado ao Estado, seus "instrumentos de luta - greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a manifestação pública - fundamse sempre na ação direta"<sup>296</sup>. A luta tem a função de reforçar a solidariedade e despertar a consciência operária, preparando-o para a

---

<sup>292</sup> Ibid., p.63.

<sup>293</sup> Ibid., p.105.

<sup>294</sup> Ibid., p.69.

<sup>295</sup> Ibid., p.74.

emancipação final <sup>297</sup>. Daí, Fausto assinala as vantagens e desvantagens dos libertários:

Se a recusa da instância política formal debilita os libertários na sua tentativa de organizar as camadas populares, a ênfase na crítica da cultura e das instituições aponta em princípio para uma problemática da maior atualidade - a da constituição dos micropoderes integrantes da relação de dominação, na linha desvendada por Foucault<sup>298</sup>.

Em relação a essa fala, destacamos: Em primeiro lugar, o autor retoma mais uma vez a crítica aos libertários, por estes recusarem a luta político-partidária (tema que aprofundaremos mais adiante). Em segundo lugar, surge uma referência que destoa do restante da obra, Michel Foucault; e, apesar da relevância constatada pelo próprio Fausto, este não aprofunda o tema dos "micropoderes". E, finalmente, a crítica da cultura e das instituições vigentes (sistema educativo, Igreja, família burguesa, etc.) feita pelos libertários, que Fausto assinala como uma vantagem destes, somente é debatida na obra em uma breve seção denominada *A subcultura*. Conforme já assinalou Sílvia Pertesen, desde o título, essa seção destoa do modelo interpretativo de outra referência teórica de Fausto, a saber: Thompson <sup>299</sup>.

De acordo com Fausto, é em meio a essas condições que ocorreu o movimento operário da Primeira República; sendo que entre 1905 e 1908 há a ascensão do movimento, entre 1909 e 1912 ocorre sua depressão, seguida de uma ligeira retomada que é interrompida em 1913<sup>300</sup>. O autor busca demonstrar por meio de dados da indústria brasileira, que essa variação de intensidade do movimento operário, de modo geral, possuiu relação com a conjuntura econômica <sup>301</sup>. Pois, "tende a ocorrer uma relação positiva entre períodos de prosperidade e o aumento

---

<sup>296</sup> Ibid., p.76.

<sup>297</sup> Ibid., p.75-76.

<sup>298</sup> Ibid., p.81.

<sup>299</sup> Cf. PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920) Economia e Estado nas origens do movimento operário brasileiro. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit, p.62.

<sup>300</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.133.

<sup>301</sup> Essa tese de Fausto, conforme o próprio assinala, coincide com a tese de Hobsbawm descrita em: HOBBSAWM, Eric John Ernest. Economic Flutuatiions and some Social Moviments since 1800. In **Labouring Men (Studies in the History of Labour)**. Londres, 1964. Cf. Ibid., p.133-135.

da mobilização operária" <sup>302</sup>. Fausto assinala também que, nesse primeiro momento, predomina na organização e na luta operária a espontaneidade, definida pelo autor como:

[...] ausência de uma organização que elabora uma estratégia, coordene e aperfeiçoe um conjunto de lutas, a expressão é sem dúvida verdadeira; se a identificarmos com uma resposta 'selvagem' a condições demasiado penosas de existência, há boas razões para se duvidar da generalização em algumas situações específicas<sup>303</sup>.

Em um segundo momento, entre 1917 e 1920 ocorre uma nova ascensão e derrota do movimento operário. Para Fausto, novamente as condições objetivas (estrutura e conjuntura socioeconômica), possuem posição central no desenrolar dos acontecimentos. Porém, no rastro do modelo interpretativo que emergia entre os *uspianos*, o autor atribui "crédito" as práticas operárias. Já que é nesse período que os anarquistas atingiram seu apogeu no Brasil; organizaram e lideraram as ações coletivas e, por fim, foram um dos responsáveis pela derrota daquele movimento. Vejamos como Fausto descreve a ação anarquista:

A estratégia anarquista oscila entre dois extremos, baseados ambos na espontaneidade das mobilizações dos trabalhadores. De um lado, a tendência a acompanhar as mobilizações em seu nível mais elementar, assumindo as estritas reivindicações corporativas; de outro, o esforço por justapor às ações espontâneas um complô insurrecional com objetivo de destruir o Estado e instaurar a sociedade libertária, através de um grande e único ato. A meio caminho, definem-se as tentativas mais próximas do anarco-sindicalismo, no sentido de articular greves gerais, a partir de uma paralisação importante que se procura prolongar por razões ideológicas ou pela ausência de mecanismos de mediação<sup>304</sup>.

Para Fausto, a "negativa em reconhecer a instância política como um nível específico da estrutura social conduz os anarquistas a ignorar a questão do Estado e da combinação de duas formas de luta - econômica e política"<sup>305</sup>. Como vimos anteriormente, na concepção materialista da história (mais especificamente na

---

<sup>302</sup> Ibid., p.134.

<sup>303</sup> Ibid., p.140.

<sup>304</sup> Ibid., p.174.

<sup>305</sup> Ibid., p.246.

vertente marxista-leninista) o Estado é a expressão da forma de produção material de uma sociedade, por meio dele que a sociedade é organizada de acordo com os interesses da classe dominante, ou seja, as instituições relativas à forma de produção material somente se objetivam e adquirem expressão política por meio do Estado. Destarte, negar o Estado é negar qualquer possibilidade de resistência política, é contradizer a produção material da vida, é descartar a revolução socioeconômica em troca de benefícios econômicos imediatos. As "duas formas de luta" representam a expressão máxima de uma classe com consciência universal (verdadeira) capaz de realizar a revolução.

Segundo Fausto, com a negação da instância política e a "hipervalorização" da espontaneidade dos movimentos (ausência de instituições que centralizassem a organização e as tomadas de decisão), o anarquismo falhou em organizar um núcleo agregador de interesses e criar um projeto de transformação socioeconômica viável. Desta forma, adicionando mais fraquezas a um movimento operário, que se encontrava dentro de um país onde a estrutura socioeconômica já dificultava qualquer tipo de organização e resistência <sup>306</sup>:

O conflito de classes tendeu a reduzir-se ao nível econômico, ao enfrentamento classe a classe, preservando-se a 'pureza repressiva' do Estado gendarme. Negar-se a exercer pressão sobre ele, nos longos combates pela cidadania social, negar-se a forçar a adoção normativa de conquistas significava condenar embates e conquistas, mais cedo ou mais tarde, a um doloroso fracasso. Do ponto de vista organizatório, a óbvia consequência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses. No plano sindical, as concepções espontaneístas tiveram efeito particularmente desorganizador, nas condições de um país que oferecia enormes dificuldades a qualquer tipo de organização.

A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura de 1917-1920. Aí se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderiam acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o mais flagrante (sic) - nascido de uma dificuldade de avaliar as relações de força - foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento já de refluxo <sup>307</sup>.

---

<sup>306</sup> A asserção a respeito das fraquezas do movimento operário e da liderança anarquista percorre todo o texto de Fausto, ver principalmente: *Ibid.*, p.22, 58, 81, 102-103, 140, 119, 121, 190, 202-203, 245-249.

<sup>307</sup> *Ibid.*, p. 247-248.

O modelo interpretativo desse estudo não é estranho ao existente entre os intelectuais desde a década 1960<sup>308</sup>. Pois, assinala os *germens* do baixo desenvolvimento industrial, do Estado autoritário e excludente e da inconsciência da classe operária, existentes no Brasil. Esta perspectiva carrega um significado para classe operária e um sentido de história, a saber; a classe operária, no momento que estiver devidamente organizada politicamente, transformará as relações socioeconômicas vigentes, criando uma sociedade mais livre e igualitária.

A análise de Fausto busca explicar as especificidades do movimento operário da década de 1890-1920, que os modelos anteriores não explicaram. Isto é, a ação dos atores sob a estrutura, as determinações socioeconômicas ainda vigoram como forma explicativa, mas ação da classe é colocada nos espaços dessa estrutura. Com o desenvolvimento industrial, conseqüentemente, se forma a classe operária, desencadeando o conflito entre as classes, dentro de uma estrutura socioeconômica específica. Daí, surgem as propostas para atenuar ou controlar esse conflito:

Postas em confronto as medidas tendentes a assimilar a classe operária e as tendentes a excluí-la do sistema vigente pela via da repressão, salta aos olhos que as últimas preponderam largamente. [...] os grandes industriais reforçam a técnica dos estreitos contatos com o aparelho repressivo, da organização das listas negras de indesejáveis [...]. No âmbito do Estado enquanto as tentativas de se aprovar uma legislação social desembocam em um quase total fracasso, as ações repressivas e leis da mesma natureza são a tônica dominante.<sup>309</sup>

Mas como explicar a escolha da via repressiva, ao invés de integrar efetivamente as massas a sociedade civil?

Mas por que não se tentou integrar efetivamente a grande massa à sociedade, pela via do atendimento de reivindicações corporativas? A resposta se encontra na fraqueza do próprio movimento operário de um lado, e na natureza do sistema de dominação, de outro.<sup>310</sup>

<sup>308</sup> É importante notar que o PCB, na década de 1960 e 1970, também foi acusado por uma parte dos intelectuais brasileiros de não saber avaliar as relações de força em diferentes situações, ou seja, de compreender a realidade do país.

<sup>309</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.241-242.

A resposta está, por um lado, na deficiência dos atores sociais, em não se organizarem politicamente para reivindicar seus direitos e se integrarem à sociedade civil. E, por outro lado, na estrutura socioeconômica do país, com o núcleo econômico residindo no campo e o baixo desenvolvimento industrial, o que dificulta a instituição de uma sociedade mais democrática. Isto é, a interpretação de Fausto gira em torno da dicotomia entre sociedade democrática/autoritária e entre classe operária politizada/apolitizada, onde sociedade democrática significa desenvolvimento socioeconômico e classe operária politizada significa classe operária organizada em sindicato e partido. Desta forma, na perspectiva de Fausto pode até não existir, como no "mito da esquerda", uma "missão revolucionária" para classe operária brasileira, mas existe a potência para transformar a sociedade e o sentido da história.

Na obra de Fausto, a classe operária do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período da Primeira República é representada como um grupo de indivíduos de razoável expressão social, composto principalmente por imigrantes europeus querendo "fazer a vida" no Brasil, apesar da diversificação étnica e cultural, a condição de assalariado favorece a homogeneização desses indivíduos. As condições socioeconômicas e as práticas operárias acabam por desarticular a classe, resultando em ações coletivas incoerentes e de pouca ou nenhuma repercussão na estrutura socioeconômica do país. Assim, a apatia da classe operária brasileira de 1968, mencionada por Fausto e uma das inspirações de seu estudo, encontra suas raízes no passado <sup>311</sup>.

A importância atribuída por Fausto à estrutura socioeconômica e as práticas operárias podem ser avaliadas, também, pela estrutura narrativa e pelas fontes utilizadas. No decorrer da obra é recorrente a presença de quadros e tabelas indicando dados de produção, importação, exportação, desemprego, população ocupada, estrutura ocupacional, migração, ocorrência e intensidade de greves, etc. Ainda, consta no final do livro um apêndice, onde o autor transcreveu "os dados brutos porque eles elucidam vários pontos que as Tabelas deixam de esclarecer"<sup>312</sup>. A narrativa é, mormente, analítica, ou seja, o autor se dedica mais à análise dos

---

<sup>310</sup> Ibid., p.242.

<sup>311</sup> Conforme citado anteriormente, ver: Entrevista de Boris Fausto a Ângela de Castro Gomes e Keyla Grinberg, realizada em São Paulo em 2 e 20 de junho de 2006. In GOMES, Ângela de Castro (org.). op. cit., p.199.

dados e fontes, do que descrição das greves, dos acontecimentos, da classe operária, da sociedade da época, etc. Característica típica da maior parte da produção da década de 1960, preocupada com as questões estruturais; e, como veremos, distinta da produção da década de 1980, preocupada com as práticas operárias e burguesas.

Entre as fontes utilizadas estão diversos relatórios estatísticos elaborados por distintos órgãos oficiais, como Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obra Pública, etc., o que corrobora com nossa indicação anterior. Porém, o grande número de fontes jornalísticas utilizadas pelo autor, reflete a mudança que ocorreu no modelo interpretativo *uspiano*, desde e inclusive o estudo de Azis Simão; são dez jornais da imprensa diária e mais dezessete jornais da imprensa operária ou irregular referenciados pelo autor, um número que destoa da produção anterior e sinaliza para alguma preocupação com as práticas operárias.

### 3.2 HISTÓRIA DA INDÚSTRIA E DO TRABALHO NO BRASIL

A obra *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte* foi publicada pela primeira vez em 1982, pela editora Global e, posteriormente, foi publicada em 1991 uma segunda edição revista e ampliada pela editora Ática; seus autores são Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi. Na época de elaboração e da primeira publicação da obra, Hardman possuía bacharelado em ciências sociais e mestrado em ciências políticas, ambos pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação de Paulo Sergio Pinheiro e com pesquisas a respeito do trabalhador urbano e da indústria no Brasil. Leonardi possuía bacharelado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, mestrado em sociologia pela Universidade de Paris, pesquisando a respeito da atuação de anarquistas e socialistas no movimento operário brasileiro entre 1858 e 1908; e era

---

<sup>312</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1986, p.251.

professor-visitante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas.

A obra está fundamentada, por um lado, nos resultados do projeto de pesquisa intitulado *Imagens e História da Industrialização no Brasil*, sediado na Unicamp, desenvolvido entre 1976 e 1977, coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro e Victor Leonardi, contando com a participação de outros sete pesquisadores: Francisco Foot Hardman, Misa Boito, Ricardo Maranhão, Hélio Bacarim, João Batista Gonçalves, Michael McDonald Hall, Lauro Escorel e Adrian Cooper; que trabalharam coletando documentos em fábricas e arquivos históricos de São Paulo e do Rio de Janeiro. E, por outro lado, na pesquisa realizada por Victor Leonardi em inúmeros arquivos estaduais e nacionais, do Pará até Porto Alegre; e arquivos internacionais como do Instituto Internacional de História Social em Amsterdã e do Instituto Feltrinelli em Milão<sup>313</sup>.

Em comparação com os estudos anteriores, a utilização de um grande volume de fontes variadas (relatórios de fábricas, documentos pessoais, depoimentos, atas de congressos operários, jornais, etc.) resultou em uma descrição mais detalhada da história da indústria e do trabalho no Brasil<sup>314</sup>. Nas palavras de Paulo Sergio Pinheiro:

Na maior parte da historiografia e das análises do movimento operário quase não se tem idéia do que eram as condições de trabalho. O estudo [*História da Indústria e do Trabalho no Brasil: Das origens aos anos vinte*] reconstitui com cuidado o espaço da fábrica, o regime de trabalho, a relação com as máquinas. Mas além de analisar as condições de trabalho, faz interpenetrar o estudo com as condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, a difícil reconstituição do cotidiano operário. Empreitada mais difícil levados em conta os reduzidos registros existentes desses aspectos. E o cotidiano não se mantém apenas no quadro material, mas é abordada ainda, a delicada questão da 'cultura operária', sabiamente ultrapassando os autores as armadilhas que essa temática tem produzido.

O estudo não poderá ser acusado de partir da história e da experiência das classes trabalhadoras no Rio de Janeiro e em São Paulo e extrapolar para todo o Brasil. Houve uma preocupação, tanto no estudo da implantação da indústria no Brasil, como na reconstituição do movimento operário, em registrar as diversas expressões regionais. Esse cuidado em dar conta da complexidade e da diversidade da formação social brasileira se prolonga no esforço

---

<sup>313</sup> Cf. LEONARDI, Victor. **Site Oficial**. Disponível em: <http://www.inicio.com.br/victorleonardi/> Acesso em: 16 jun. 2008.

<sup>314</sup> Como veremos mais adiante, a postura "descritiva" e fundamentada em fontes variadas é característica da produção vinculada a Universidade Estadual de Campinas.

em abranger as diversas expressões políticas e organizativas no interior do movimento operário. Sem as distorções habituais das concepções serializadas da história, para as quais tudo o que ocorreu antes de 1922 ou de 1930 corresponde à infância da classe operária e está sujeito à tutela da interpretação do que veio em seguida<sup>315</sup>.

A avaliação de Pinheiro, ao mesmo tempo em que enaltece a obra adequadamente por aprofundar e ampliar a análise a respeito da indústria e do trabalho urbano no Brasil, com a descrição minuciosa das condições materiais, da cultura, do cotidiano operário, etc. em diversas regiões do país (não somente em São Paulo e no Rio de Janeiro); também tem a intenção de marcar uma distinção entre esta produção e outras produções sobre o tema, colocando esta em um plano superior as demais.

É importante notar, que Hardman e Leonardi produzem a partir de um outro lugar, outra instituição, a Unicamp. *História da indústria e do trabalho no Brasil* é uma das primeiras obras acadêmicas sobre o assunto, produzida fora do ambiente *uspiano*. Ospesquisadores da Unicamp adentraram no debate a respeito da classe operária brasileira com a intenção de "inovar", principalmente em relação à produção *uspiana*, postura que vai culminar na década de 1980 com uma produção bastante distinta das anteriores. Para Pinheiro, a obra de Hardman e Leonardi é o início dos "novos tempos":

Já é mais do que tempo de reconhecermos que a compreensão da experiência histórica da classe operária brasileira somente pode ser realizada se forem levadas em conta as inúmeras determinações que agem sobre ela. A classe operária deve ser definida, como já lembrou E. P. Thompson, pelos trabalhadores como eles vivem a sua própria história; a classe é a consciência que emerge da luta de classes. Consequentemente, nenhuma experiência de uma classe operária pode ser considerada mais 'verdadeira' do que outra. Não há nenhum sentido em submeter o proletariado brasileiro a uma competição com o proletariado de outros países, atribuindo ao nosso uma classificação patológica: fraco, apático, sofrendo de uma falsa consciência aguda, e às vezes até como incapaz de sua missão histórica, e assim por diante.

---

<sup>315</sup> PINHEIRO, Paulo Sergio. Prefácio. São Paulo, abr. 1981. In HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: Das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982, p.15.

O estudo de Foot e Leonardi contribui para essa nova avaliação da classe operária no Brasil restaurada num contexto concreto - o que não significa que o trabalho não se beneficie de todo o acumulado de uma análise comparativa internacional, de pleno domínio dos autores<sup>316</sup>.

A vontade de distinção é evidente, mas será que as representações em torno da classe operária se modificaram? A fala de Pinheiro produz alguns indícios, a saber: Parece existir uma maior preocupação com as "inúmeras determinações que agem sobre a classe", em compreender as práticas e a cultura operária e não julgar sua consciência e ação; mas a noção de "missão histórica", não parece ser questionada. Entendemos que a obra de Hardman e Leonardi - como veremos - avança em relação à descrição das práticas e das condições de vida operária, todavia, utilizam um modelo interpretativo do movimento operário bastante semelhante ao utilizado por Fausto em sua obra. Isto é, buscam compreender a ação dos atores dentro dos limites estabelecidos pela estrutura socioeconômica do país.

O livro está dividido em quatro partes: A primeira e a segunda partes tratam respectivamente do desenvolvimento industrial no Brasil e das condições de formação da classe operária brasileira, apesar dos autores expandirem o período analisado, relacionar com o desenvolvimento mundial e aprofundar as descrições, suas conclusões não contradizem as de Fausto. A terceira parte é dedicada à descrição minuciosa das condições de vida e das práticas do trabalhador urbano no Brasil, habitação, local de trabalho, custo de vida, consumo, etc. e, também, das práticas de controle e repressão da burguesia industrial brasileira. Na quarta parte, os autores fazem a análise do movimento operário brasileiro (das origens aos anos vinte), é onde fica mais clara a aproximação com o modelo interpretativo de Fausto.

Hardman e Leonardi ao analisarem a formação da classe operária brasileira, indicam que a ideologia anarquista já se faz presente no Brasil, desde o início do século XIX, com a criação de pequenas comunidades libertárias, principalmente no interior de São Paulo e do Paraná. Essas comunidades não duraram muito, ou se dispersaram espontaneamente ou foram dissolvidas pela polícia republicana. Para os autores, o anarquismo pode ser entendido, de forma

---

<sup>316</sup> Ibid., p.14-15.

sucinta, como sendo uma ideologia que nega a autoridade e o combate ao Estado, o que acaba por negar a instância política formal e optar por um caráter mais espontâneo nos movimentos operários:

A ênfase especialmente dada pelas doutrinas anarquistas, a uma atitude libertária e à espontaneidade do movimento operário, acaba por levar à rejeição da forma político-partidária de organização. Os anarquistas rejeitam 'tudo que se pareça, ainda que vagamente, com um partido organizado com vista à conquista e à manutenção do poder'.<sup>317</sup>

O anarco-sindicalismo foi uma das últimas correntes surgidas a partir do anarquismo - se desenvolveu nos finais do século XIX -, tornou-se bastante importante dentro do movimento operário francês e espanhol. Para Hardman e Leonardi os anarcosindicalistas:

[...] destacavam o *sindicato* como *meio e fim* da ação libertária e a greve geral revolucionária como arma decisiva, espécie de erupção vulcânica, capaz, por si só, de trazer à tona um novo mundo. A rejeição da luta-política contra o Estado levaria o anarco-sindicalismo a posições economicistas: era o resultado de uma concepção puramente 'sindical' da História.<sup>318</sup>

Assim como Fausto, Hardman e Leonardi indicam a presença marcante dessa vertente do anarquismo no movimento operário do Rio de Janeiro e de São Paulo: "foi no primeiro decênio deste século que o anarco-sindicalismo despontou como tendência expressiva da parcela mais importante do movimento operário no Brasil"<sup>319</sup>, tendo grande importância durante as greves operárias do final da década de 1910.

Para os autores, a presença predominante do anarquismo no Brasil se explica, até certo ponto, pela concepção de Marx e Engels; que indica a propagação das doutrinas anarquistas, via de regra, nas áreas de baixa concentração do sistema fabril. Como Fausto, Hardman e Leonardi apontam essas características na América Latina, pois "não se pode ignorar as bases materiais

<sup>317</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982, p.330.

<sup>318</sup> *Ibid.*, p.331.

propiciadas por um nível incipiente de crescimento e concentração industrial, tornando grande a presença da pequena indústria semi-artesanal, mesmo em regiões como o centro-sul do Brasil<sup>320</sup>.

Os autores destacam, também, a importância da presença de imigrantes europeus portadores da ideologia libertária, no final do século XIX, como disseminadores do anarquismo dentro do movimento operário brasileiro. E por fim, Hardman e Leonardi assinalam a ação do Estado oligárquico brasileiro - repressão violenta e exclusão política - como adequada à proliferação de tais correntes ideológicas:

[...] as tendências anarquistas tiveram maior influência em países em que as liberdades democráticas não estavam em pleno vigor e nos quais, portanto, o 'sistema de autoridade' poderia ser melhor rejeitado em bloco<sup>321</sup>.

Para os autores, a presença da classe operária brasileira na Primeira República foi bastante significativa e marcada pelo enfrentamento direto com Estado oligárquico. A classe dominante reagiu intensamente aos movimentos proletários, cumprindo os dois papéis básicos de dominação, ou seja, a utilização do contingente policial para a repressão violenta e a perpetuação da ideologia dominante, que proclamava o xenofobismo e a conciliação entre classes, por meio da Igreja, das instituições jurídicas, da literatura oficial, etc. Em contrapartida:

[...] o anticlericalismo, o antimilitarismo e o internacionalismo, presentes nas manifestações operárias dirigidas pelos anarquistas, eram aspectos decisivos na demarcação de um terreno ideológico e político distinto da ordem dominante e próprio do proletariado<sup>322</sup>.

Os autores, ainda, salientam as diversas tentativas do Estado oligárquico em cooptar o movimento operário por meio do "sindicalismo pelego", que pode ser entendido como um sindicalismo atrelado ao Estado e voltado para a cooperação entre classes. Apesar disto, "o movimento operário ainda conseguiria -

---

<sup>319</sup> Id., loc. cit.

<sup>320</sup> Ibid., p.331-332.

<sup>321</sup> Ibid., p.332.

<sup>322</sup> Ibid., p.333.

principalmente sob a liderança dos anarco-sindicalistas - manter sua autonomia ante o Estado burguês"<sup>323</sup>.

Segundo Hardman e Leonardi, durante a Primeira República, as teses anarco-sindicalistas predominaram no meio operário e nas organizações sindicais, sendo vitoriosa em todas as edições do Congresso Operário Brasileiro (COB). Nesses Congressos, os anarco-sindicalistas defenderam:

[...] o método da 'ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo'. A organização sindical autônoma e federativista é ainda reafirmada como principal instrumento de combate da classe: mais uma vez, nega-se a necessidade de qualquer partido político dos trabalhadores.<sup>324</sup>

Para os autores, o movimento operário no Brasil teve grande ascensão entre os anos de 1917 e 1920, motivada: Pelo agravamento das condições de vida e de trabalho do operário brasileiro, em decorrência da Primeira Guerra Mundial; pela agitação e organização operária, praticadas pelas lideranças anarquistas, por meio dos sindicatos, uniões e ligas; e, enfim, "como fator determinante de todo o ascenso do proletariado latino-americano, naquele momento, estava a própria situação internacional da luta de classes, marcada pela revolução proletária na Rússia" <sup>325</sup> e a onda de revoluções que ocorreram no continente europeu durante o período.

Nessa asserção os autores fazem um desvio em relação a Fausto, enquanto para este o fator determinante é a conjuntura econômica, para Hardman e Leonardi é a conjuntura política mundial. Voltam a se aproximar de Fausto quando afirmam que, durante esse período, o anarco-sindicalismo teve uma atitude bastante ativa nas lutas operárias. Porém,

[...] não se pode dizer que o anarco-sindicalismo tenha sido 'direção' do movimento operário da época. A greve geral de 1917, por exemplo, apesar da intervenção ativa dos anarco-sindicalistas (e, em muito menor escala, dos social-reformistas) foi muito mais um poderoso e expressivo movimento espontâneo de massas do que um processo 'dirigido e organizado' por quem quer que fosse.<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> Ibid., p.336.

<sup>324</sup> Ibid., p.342.

<sup>325</sup> Ibid., p.350.

<sup>326</sup> Ibid., p.350-351.

Destarte, consideram a orientação anarco-sindicalista como desarticulada, limitada e, de certa forma, responsável pela situação que se encontrava o movimento operário brasileiro do período.

E nesta experiência viva da classe, todos os limites e fraquezas do anarco-sindicalismo também foram postos à prova. A recusa em considerar a organização partidária do proletariado para a luta *política* contra o Estado; a negativa de organizar a classe em *partido* próprio; o apego à chamada 'resistência anticapitalista', que se traduzia na superestimação do papel do sindicato e da luta econômica; enfim, todos esses aspectos da teoria e prática dos anarco-sindicalistas revelaram o impasse em que se encontrava o movimento operário no Brasil, neste final dos anos dez.<sup>327</sup>

Dessa interpretação - apesar das freqüentes negativas de Pinheiro e dos próprios autores e a vontade de distinção em relação à produção anterior - emerge um julgamento negativo, novamente fundado na tradição marxista-leninista, tanto em relação à ideologia anarco-sindicalista, quanto em relação à classe operária brasileira, embora já apareçam os sinais dos novos tempos, como quer Pinheiro. Isto é, apesar de conclusões similares a da produção anterior, os autores demonstram uma maior preocupação em descrever a classe e o movimento operário, "o texto insistiu muitas vezes na dimensão factual, que se revela tanto mais relevante por compreender processos moleculares, fragmentários e descontínuos sistematicamente esquecidos pelas memórias oficiais"<sup>328</sup>. Em analogia a fala de Fausto, talvez Thompson estivesse "entrando na moda".

### 3.3 CORRENTES DA ESTRUTURA E A MISSÃO DOS SUJEITOS

De modo geral, as interpretações de Fausto, Hardman e Leonardi, a respeito da formação classe operária brasileira e seus primeiros anos, buscam relacionar as condições socioeconômicas e políticas, com as práticas operárias do

<sup>327</sup> Ibid., p.351.

<sup>328</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. Nota dos Autores à 2ª edição. Embu, out. 1988. In HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p.5-6.

período; sendo que aquelas determinam estas, permitindo as práticas operárias somente uma pequena "margem de manobra". Nesse sentido, o Estado autoritário e excludente, o baixo desenvolvimento industrial, as condições económicas e políticas internacionais, etc. ao mesmo tempo em que impulsionam o movimento operário, desarticulam a classe. A classe operária, por sua vez, não amadurece para luta na instância política formal (político-partidária), fator que desarticula ainda mais a classe e reduz a combatividade do movimento operário, resultando em sua derrota e a manutenção do Estado autoritário.

Nesta perspectiva, é possível enxergar as raízes da desarticulação e da apatia da classe operária brasileira, seus *germens* na primeira República; a responsabilidade por essa situação se divide entre as condições socioeconómicas do país e as próprias práticas operárias. Para ocorrer à transformação da sociedade autoritária em sociedade democrática, será necessário que a classe operária reconheça a instância política formal de luta, se organize em Partido e compreenda as condições socioeconómicas e políticas do país. Isso dificulta muito a "missão da classe operária brasileira" e aponta para a necessidade de uma "vanguarda intelectualizada"; já que, como assinala Pécaut, em geral os intelectuais da década de 1970, entendem que somente seu grupo sociocultural é capaz de compreender precisamente a realidade do país.

Hardman e Leonardi, em relação a Fausto, avançam nas análises referentes à cultura e às práticas operárias. Entretanto, ainda estão afastados da perspectiva de análise predominante na década de 1980 e, até mesmo, da perspectiva de análise presente na obra de Hardman, *Nem pátria, nem patrão* publicada após *História da indústria e do trabalho no*

*Brasil*. Esta última apenas sinaliza uma mudança, ou melhor, um confronto de perspectivas, que tomará forma na década de 1980.

#### 4 OS ATORES LIBERTÁRIOS: A PRODUÇÃO DA DÉCADA DE 1980

Na década de 1980, um outro conjunto de práticas socioculturais possibilitou a constituição de uma outra representação de mundo entre os acadêmicos brasileiros. Foi uma época de contestar e sonhar, muitos universitários (docentes e discentes) estavam "deslumbrados"<sup>329</sup> pelo novo, pela liberdade e pela diversidade:

Era uma época de muitos sonhos. Jovens circulavam pelos *campi* a procura de respostas às suas contestações. Brindavam os novos tempos e rejeitavam o que consideravam velho e carcomido. Nas faculdades de Ciências Humanas, as roupas e os cabelos denunciavam as expectativas e esperanças de mudar o país. As tendências políticas no meio universitário disputavam espaços e mentes. No meio da efervescência deslizavam alternativas de compreensão da sociedade, isto é, formas de entender e agir que não estivessem inscritas nas fórmulas políticas herdadas dos anos sessenta.<sup>330</sup>

Contribuiu para esse outro ambiente, o processo de ampliação e "modernização" do ensino superior. Iniciado ainda na década de 1960, induziu a institucionalização da carreira universitária, a fundação e ampliação de novas universidades públicas, a criação de programas de doutorado, o aumento do número dos demais programas de pós-graduação e a liberação de um grande volume de verbas para bolsas de estudos no Brasil e no exterior. Desta forma, entre 1964 e 1984 o número de estudantes matriculados em instituições de ensino superior, aproximadamente, duplicou. O número de professores, com dedicação integral nas universidades públicas e particulares, passou de 22.831 em 1974 para 63.000 em 1980. Entre a população economicamente ativa, as camadas técnicas e científicas passam de 3,1% em 1960, para 4,7% em 1970 e para 6,8% em 1980<sup>331</sup>. Ainda,

---

<sup>329</sup> Adoto aqui o termo "deslumbre" não no sentido de ofuscamento da visão causado por excessos, mas no sentido de admiração, encantamento, fascínio ou sedução provocado pela percepção das múltiplas possibilidades de existir.

<sup>330</sup> JOANILHO, André Luiz. Michel Foucault e a pesquisa histórica: Questões de método. In DENIPOTI, Cláudio; JOANILHO, André Luiz (orgs.). **Leituras em História**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003, p.15.

<sup>331</sup> Cf. PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990, p.264-269.

segundo Cláudio Batalha, a partir do final da década de 1970, existiu uma maior liberdade acadêmica, proveniente da "lenta, gradual e segura" abertura político-institucional e do acirramento do combate da sociedade civil contra o regime militar<sup>332</sup>.

Em relação à produção acadêmica a respeito da classe operária, na década de 1980 ocorreu sua expansão em volume e, principalmente, em perspectivas teóricas. Essa expansão foi favorecida por esse outro ambiente universitário e, também, pelo crescente interesse dos acadêmicos, editores e do público leitor pelo assunto, em grande parte decorrente da "volta à cena" do movimento operário no final da década de 1970<sup>333</sup>.

Segundo Maria Célia Paoli, o movimento operário brasileiro foi suprimido após 1964 e retornou em 1978 apresentando distintas formas de organização e resistência, alterando as representações e as práticas políticas no Brasil:

Particularmente com as greves de massa em 1978 os trabalhadores apareceram de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mães, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tornaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteram o próprio campo da política no país.<sup>334</sup>

Para Salvador Sandoval, a implacável repressão do regime militar, contra as formas tradicionais de organização e resistência operária (sindicatos e partido), levou os trabalhadores a desenvolverem outras organizações capazes de exercerem pressão sobre o governo e de obter benefícios econômicos. Como, por

---

<sup>332</sup> Cf. BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.152.

<sup>333</sup> Cf. Id., loc. cit.

exemplo, as Sociedades Amigos de Bairro (SABs), concentradas no Estado de São Paulo e já existentes antes da ditadura; as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), incentivadas pela Igreja Católica; e diversos clubes operários, constituídos dentro e fora das fábricas. Essas e outras formas alternativas de organização operária, além de promoverem atividades recreativas, educacionais, de contestação política e de obtenção de melhoria da condição de vida operária; foram fundamentais para a eclosão das greves do final da década de 1970<sup>335</sup>.

As atividades grevistas se iniciaram em maio de 1978, concentradas no setor metalúrgico<sup>336</sup> do ABC paulista e articuladas pelas já sólidas organizações de base da região (SABs, CEBs e clubes operários); e assumiram a forma de paralisações parciais, com "máquinas paradas" e trabalhadores de "braços cruzados" dentro das fábricas. Em 1979 e 1980, as greves se espalharam pelo Estado de São Paulo (Santos, Campinas, etc.) e por outros Estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e assumiram a forma de greves gerais<sup>337</sup>.

Em sua análise das greves de 1978, Amnérís Maroni<sup>338</sup> assinala que a organização capitalista do processo de trabalho, longe de ser "neutra" e definida por "necessidades objetivas", é elemento estratégico de dominação do trabalhador pelo capital. Pois, disciplina e individualiza o produtor e racionaliza o tempo e o espaço da produção, por meio de mecanismos de dominação respaldados pelo Estado. Destarte, existe uma relação complementar entre sistema político e organização do processo de trabalho:

Sujeito a tal malha do poder disciplinar, o operário é constantemente individualizado - produto e objeto de promoções ou penalidades - e, como tal, inscreve em si mesmo as relações de poder, interioriza a meritocracia e introjeta a competição, quebrando a solidariedade operária. O poder do capital exerce, a partir do próprio operário individualizado, as condições de sua eficácia política<sup>339</sup>.

---

<sup>334</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v.3, n.6, set. 1984, p.130.

<sup>335</sup> Cf. SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990**. São Paulo: Ática, 1994, p.114-127.

<sup>336</sup> Durante todo o período (1978/80), os trabalhadores metalúrgicos representaram cerca de 90% do total de grevistas, ver: SANDOVAL, Salvador. op. cit., p.139.

<sup>337</sup> Cf. ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992, p.467-176.

<sup>338</sup> Cf. MARONI, Amnérís. **A estratégia da recusa: Análise das greves de maio/78**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>339</sup> Ibid., p.39.

Para a autora, durante as greves de 1978, o trabalhador utilizou dos mecanismos de controle do capital (normas de segurança e de produção, racionalização do tempo e do espaço, etc.), para questionar a própria organização capitalista do processo de trabalho.

Em outras palavras, *a própria racionalidade que o capital imprimiu ao processo de produção foi a arma utilizada pelos trabalhadores*. O capital não contava que suas práticas organizativas (de expropriação) pudessem *propiciar um saber* para o desencadeamento da luta e para o questionamento da organização mesma do processo de trabalho. É este elemento novo da resistência operária que as greves de maio de 78 explicitam<sup>340</sup>.

A constituição e o aprofundamento da comunicação entre os operários, foram fundamentais à organização das greves. Como forma de burlar os mecanismos que impediam a interação entre os operários, a "comunicação horizontal" ocorria por meio de recortes de jornais (contendo notícias que incitavam a luta) passados de mão em mão, troca de sinais e olhares durante o expediente, breves comentários e, até mesmo, longas discussões nos banheiros das fábricas<sup>341</sup>.

Em conseqüência do aprofundamento da comunicação operária nas fábricas, surgiram as "comissões de fábrica" - voz do operário junto ao capital - organizadas e conduzidas por meio das assembléias de fábrica:

As comissões de fábrica, que, como *tendência*, emergem a partir da luta pela comunicação horizontal entre os operários, exercem um papel fundamental de organização/representação operária. São um elemento importante no levantamento das reivindicações e *das formas (possíveis) de luta de cada setor da fábrica*, e, exercem, quanto às negociações, um papel de simples *intermediário*<sup>342</sup>.

Entre as reivindicações presentes nas greves de 1978, que incidem diretamente na organização capitalista do processo de trabalho, estavam o salário mínimo profissional e o controle das chefias. Com esse tipo de reivindicação, o

---

<sup>340</sup> Ibid., p.50.

<sup>341</sup> Ibid., p.50.

<sup>342</sup> Ibid., p.72.

trabalhador buscava ampliar a solidariedade operária e o controle sobre o processo de trabalho <sup>343</sup>.

Para Maroni, em 1978, os operários combateram com espontaneidade e criatividade a organização capitalista do processo de trabalho. Durante esse combate, constituíram formas de organização e resistência específicas, baseadas nas fábricas, distintas dos sindicatos e resultantes das condições históricas do período, por isso:

Diferem também de formas organizativas que emergiram em outros momentos históricos. [...] Há, porém, elementos comuns entre as experiências de luta no interior das fábricas em vários momentos históricos. O que as torna singulares é o fato de corresponderem ao *movimento do capital*. Ou melhor, emergem como *resistência* ao movimento do capital. Daí sua fluidez e constante redefinição<sup>344</sup>.

Enfim, para a autora, nas greves de 1978, os operários retomam com criatividade e espontaneidade o espaço da fábrica, há muito negligenciado como lugar privilegiado de organização operária e de luta de classes <sup>345</sup>.

Segundo Paoli, essas manifestações operárias impressionaram os acadêmicos brasileiros, resultando em um movimento intelectual de revisão e em uma "ruptura"<sup>346</sup> com a produção anterior a respeito da classe operária brasileira:

[Na produção acadêmica pós-78], os trabalhadores urbanos não são mais exclusivamente o operariado organizado, embora continuem a ser, de todos os modos, priorizados; são sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria,

<sup>343</sup> Cf. Ibid., p.103-113.

<sup>344</sup> Ibid., p.126.

<sup>345</sup> Segundo Amnérís Maroni, tradicionalmente, os modelos interpretativos e as proposições teórico-práticas do movimento operário se restringem à problemática partidária e/ou sindical, desconsiderando outras formas de organização e espaços de luta operária, como a fábrica. Para a autora, essa desconsideração, por um lado, se deve às limitações impostas aos operários no processo produtivo (até mesmo na URSS) e, por outro lado, provém da orientação, definida na II Congresso Internacional Comunista em 1920, de que todas as organizações operárias, deveriam se submeter aos partidos comunistas. Desta forma, a subordinação real do processo produtivo estava respaldada pela proposição teórico-prática da Internacional. Cf. Ibid., p.125-127. Entre os estudos a respeito das greves de 1978/80 no ABC paulista, centrados na "problemática partidária e/ou sindical", podemos citar: ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

<sup>346</sup> Paoli e seus colegas de pesquisa reforçam a noção de "ruptura" em diversas passagens de seu texto como, por exemplo: "Nossa pesquisa [...] nasceu de uma observação que fizemos da existência de uma ruptura na produção intelectual sobre o tema [classe operária]. Cf. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.130.

estratégias de vida caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber. São, sobretudo, sujeitos de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência, que se constituem na luta contra opressões específicas, não redutíveis a um único lugar dado pelo estado fundador de uma dominação de classe unívoca e homogênea e que produzem, portanto, a imagem de sujeitos múltiplos, que não se subordinam a uma figuração única, para ganhar uma visibilidade que confira significado político às suas práticas<sup>347</sup>.

Para a autora, essa outra imagem de trabalhador urbano, somente pôde surgir em um momento histórico em que, por um lado, "o político não fosse concebido como um lugar fixado pelas estruturas sociais e determinações econômicas, mas como práticas que criam sociedade e economia, pondo em jogo uma matriz estrutural e ampliando seu raio de constituição"<sup>348</sup>. E, por outro lado, em que os acadêmicos ponderam a respeito dos distintos grupos socioculturais que compõem a sociedade brasileira:

Trata-se, na verdade, de uma redescoberta das diferenças inter e intraclasses sociais no Brasil, diferenças estas que não são mais pensadas a partir de um paradigma unitário. Libertada deste paradigma, a heterogeneidade da sociedade brasileira aparece como diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração.<sup>349</sup>

Desta forma, entendemos que a re-significação do político e a percepção da heterogeneidade sociocultural existente no Brasil são elementos de uma outra representação de mundo, que possibilitou o surgimento de um outro modelo acadêmico de interpretação da classe operária, que procura dar conta dos múltiplos grupos socioculturais, formas de organização e resistência e lugares de conflito, presentes na sociedade brasileira. É importante notar, ainda, que as referidas análises de Maroni e Paoli adotam e buscam consagrar esse outro modelo interpretativo, marcando uma "ruptura" com a produção acadêmica anterior.

---

<sup>347</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.149.

<sup>348</sup> Ibid., p.131-132.

A postura dos acadêmicos da década de 1980 em relação à sociedade e, especificamente, em relação à classe operária brasileira, pode ser entendida a partir da explicação de Michel Foucault sobre os intelectuais em geral:

[...] o que os intelectuais descobriram desde o avanço recente [desde 1968] é que as massas não têm necessidade deles para saber; e elas o dizem bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida este discurso e este saber [...]. Eles próprios, os intelectuais, fazem parte deste sistema de poder; a idéia de que eles são agentes da 'consciência' e do discurso, ela própria, faz parte deste sistema.<sup>350</sup>

Um pensamento que surge em 1968 na Europa, deslumbra os acadêmicos por volta de 1980 no Brasil. Destarte, os acadêmicos brasileiros - grande parte deles - descobrem que não são os organizadores da sociedade, os porta-vozes do povo, a vanguarda esclarecida ou os portadores da ciência e da compreensão universal.

Descobrem, também, que a "massa", o "povo" ou a classe operária possuem práticas e saberes independentes, tão "verdadeiros" quanto os possuídos pelos acadêmicos. E, possivelmente a mais dolorosa das descobertas, que eles (acadêmicos) são também repressores desses saberes e práticas. Para esses "novos" acadêmicos brasileiros, restou o "resgate" dos saberes e das práticas operárias, aniquilados durante séculos de tirania intelectual.

O outro modelo interpretativo que surge daí, pode ser entendido a partir da perspectiva de Edgar Salvadori de Decca<sup>351</sup>. Para o autor, a industrialização sintetiza um campo cultural dentro de uma sociedade, destarte, se constitui um saber a respeito da fábrica e, também, métodos para imposição deste mesmo saber. Na base desse campo cultural estaria à economia política, o taylorismo, industrialismo, etc. que tanto produzem um saber como mecanismos de coerção que atuam sobre a organização da vida e do trabalho:

<sup>349</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1987, v.1, p.56.

<sup>350</sup> Entrevista de Michel Foucault e Gilles Deleuze reproduzida em *Psicanálise e ciência da História*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974, p.140-141 apud TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997, p.198.

<sup>351</sup> Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: Fábrica despolitizada. **Revista brasileira de História**, São Paulo, n. 6, p.47-79, 1983.

Nessa medida, entendo que a formulação do tema industrialização numa dada sociedade e a subsequente organização de um campo cultural e repressivo longe de serem resultados do desenvolvimento de forças produtivas, representam os movimentos cotidianos de uma *luta* e de um *conflito* que a própria fábrica institui, tanto dentro como fora dela.<sup>352</sup>

Assim, a fábrica é o centro de um saber e de uma prática que cria uma organização dos corpos, do espaço e do tempo e retira do trabalhador o seu próprio saber sobre o processo de trabalho. O taylorismo, por exemplo, é uma forma de organização do processo de trabalho que despolitiza a fábrica. O questionamento da organização do processo de trabalho, por parte do trabalhador, busca politizar a fábrica; tornando-a um local de conflito e de luta operária, fora do âmbito mais global dos sindicatos e do partido.

O historiador enfim deve estar atento para um fato: onde quer que o taylorismo apareça como discurso sobre a fábrica, deve estar acontecendo concomitantemente uma luta dos trabalhadores por maior controle no interior das mesmas. Por isso, o taylorismo pretende também despolitizar o espaço da fábrica quebrando e fragmentando as organizações formais e informais dos trabalhadores no controle do processo de produção.<sup>353</sup>

Assim, a luta dos trabalhadores pela politização do espaço da fábrica pode ser observada tanto no movimento dos "quebradores de máquina" na Inglaterra durante a Revolução Industrial, quanto nas greves de 1978 no ABC paulista e em diversos outros momentos da história operária<sup>354</sup>. Isso condiz com a já referida proposição de Maroni, que afirma existir "elementos comuns entre as experiências de luta no interior das fábricas em vários momentos históricos", salvo as especificidades.

Segundo Emília Viotti da Costa<sup>355</sup>, as mudanças ocorridas na historiografia em geral, a partir da década de 1960, podem ser entendidas como uma conversão de importâncias, a saber: Na tradição marxista, aquilo que se

---

<sup>352</sup> Ibid., p.48.

<sup>353</sup> Ibid., p.69.

<sup>354</sup> Cf. Ibid., p.47-61.

<sup>355</sup> Cf. COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

conceitua como "superestrutura", passa a ocasionar mais preocupações aos historiadores do que a "infra-estrutura". Portanto, a "nova" historiografia fez da "subjetividade dos agentes históricos" o centro de sua atenção:

Simultaneamente, a atenção dos historiadores deslocou-se da preocupação com as estruturas globais de dominação, os processos de acumulação do capital, o papel do Estado e as relações entre as classes sociais, que haviam preocupado a historiografia tradicional, para as chamadas microfísicas do poder<sup>356</sup>.

Essas mudanças devem muito aos estudos de Edward P. Thompson e Michel Foucault<sup>357</sup>, que apesar de existirem desde a década de 1960, somente são amplamente adotados no Brasil, na década de 1980<sup>358</sup>; fornecendo à produção acadêmica brasileira, outras representações de mundo que colocaram o trabalhador urbano dentro de uma perspectiva mais "positiva":

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas não organizadas do proletário e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários<sup>359</sup>.

Edgar Salvadori de Decca diferencia e define as "abordagens" de Thompson e Foucault aplicáveis a história do trabalho, da seguinte forma:

As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer (*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação das instituições basilares da sociedade, tais como a família nuclear, a escola e a fábrica<sup>360</sup>.

<sup>356</sup> Ibid., p.14.

<sup>357</sup> Cf. Ibid., p.12-15.

<sup>358</sup> Cf. BATALHA, Cláudio. op. cit., p.152.; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. op. cit., p.55.

<sup>359</sup> RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.14.

<sup>360</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. In RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.III.

Com a apropriação das reflexões de Foucault, a respeito das múltiplas instâncias de conflito existentes na sociedade; e de Thompson, a respeito do "fazer-se" da classe operária, os acadêmicos brasileiros adquiriram outras "ferramentas" (temáticas, teorias, metodologias, etc.) para pensarem as formas de dominação e resistência, presentes no cotidiano da vida operária.

Segundo Cláudio Batalha<sup>361</sup>, com a influência vinda do exterior, a produção acadêmica brasileira da década de 1980, passou a dar menos atenção ao sindicato, ao partido e às correntes ideológicas; e mais atenção à cultura, gênero, etnia, condições de existência e cotidiano operário. Como exemplo dessa produção, o autor indica as seguintes obras: *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril*<sup>362</sup> de Maria Valéria Junho Pena, *Nem pátria nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil*<sup>363</sup> de Francisco Foot Hardman, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*<sup>364</sup> de Sidney Chaloub, *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*<sup>365</sup> de Maria Auxiliadora Guzzo Decca, *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, 1870-1930*<sup>366</sup> de Maria Alice Rosa Ribeiro. Ainda, podemos acrescentar as obras aqui estudadas: *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920* de Cristina Hebling Campos e *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930* de Luzia Margareth Rago<sup>367</sup>.

Os autores dessas obras - com exceção de Maria V. J. Pena - estavam vinculados, de alguma forma, à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), especificamente, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), fundado em 1969<sup>368</sup>. Assim, desde a década de 1970, a Unicamp parece se tornar a principal instituição promotora desse outro modelo de interpretação da classe operária brasileira, contribuindo para isso: A aquisição do Arquivo Edgard Leuenroth

<sup>361</sup> BATALHA, Cláudio. op. cit., p.152-155.

<sup>362</sup> Referência da primeira publicação: PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: Presença feminina na constituição do sistema fabril.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>363</sup> Referência da primeira publicação: HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria, nem patrão! Vida operária e cultura anarquista no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>364</sup> Referência da primeira publicação: CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>365</sup> Referência da primeira publicação: DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>366</sup> Referência da primeira publicação: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista, 1870-1930.** São Paulo: Hucitec, 1988.

<sup>367</sup> A respeito da produção historiográfica em geral, da década de 1980, ver: FICO, Carlos. **A história no Brasil 1968-1989**: séries de dados. Ouro Preto: UFOP, 1994, v.2.

(ALN) pela Unicamp, em 1974; na época a instituição tinha a intenção de constituir um centro de documentação que oferecesse aos pesquisadores o acesso a um amplo e diversificado leque de fontes primárias para o estudo da história operária<sup>369</sup>; e, também, o intercâmbio com os "brasilianistas", como Michael McDonald Hall (docente da Unicamp desde 1975), que possibilitou a diversificação das perspectivas de análise.

Isso não significa que os pesquisadores da Unicamp estejam sós, como evidencia o já referido estudo de Maria V. J. Pena, vinculada a USP. E nem mesmo que o modelo anterior de interpretação tenha desaparecido completamente, como confirma as republicações de obras da década de 1960 e 1970; e algumas novas publicações nos moldes anteriores, como a obra *Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário - 1880 a 1930*<sup>370</sup> de Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Eduardo Navarro Stotz, que "aliava estudos dos ciclos econômicos com o movimento operário"<sup>371</sup>.

#### 4.1 O SONHAR LIBERTÁRIO

A obra *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921* é originalmente a dissertação de mestrado sob o mesmo título, da historiadora Cristina Hebling Campos, apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1983. Em 1988, a editora da Unicamp publicou a primeira e única edição da obra, sob o mesmo título.

Michael McDonald Hall, orientador do estudo de Campos, fazia parte do já referido grupo de pesquisadores - muitos vinculados a Unicamp - que questionaram "a tendência analítica concentrada nas determinações estruturais"<sup>372</sup>

---

<sup>368</sup> Os vínculos com a Unicamp podem ser verificados por meio do *currículo lattes* dos autores, disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/>.

<sup>369</sup> Cf. ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. **Folder AEL - Interno**. Campinas, 2006. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael\\_aelcomunicacao/folder-ael-2006/folder-i-2006.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_aelcomunicacao/folder-ael-2006/folder-i-2006.pdf) Acesso em: 19 de novembro de 2008.

<sup>370</sup> Referência da primeira publicação: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer; STOTZ, Eduardo Navarro. *Flutuações cíclicas da economia, condições de vida e movimento operário - 1880 a 1930*. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, n.1, dez. 1985.

<sup>371</sup> BATALHA, Cláudio. op. cit., p.153.

<sup>372</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920) Economia e Estado nas origens do movimento operário brasileiro. In GOMES, Ângela de Castro (org.). **Leituras**

e consagraram as análises concentradas nos "sujeitos e suas lutas concretas"<sup>373</sup>. Desta forma, refutaram algumas representações presentes na produção anterior, como evidencia a seguinte passagem:

A tendência para explicar a história da classe operária em termos de sua composição, portanto excluindo numerosas determinações inconvenientes, continua a ocupar um papel importante na bibliografia brasileira. Entretanto, esse viés sociológico, que imediatamente reduz a prática política da classe a um ou outro aspecto de sua composição social, não é somente teoricamente indefensável, comoem muitos casos empiricamente errado. Um exemplo bastante freqüente tem sido a questão da origem rural. A formulação acadêmica usual é alguma variação ou outra da teoria da 'idiotia da vida rural', atribuindo às 'origens rurais recentes' a suposta apatia e falta de consciência apropriada entre os operários industriais. Deixando de lado o fato incômodo de que as 'origens rurais recentes' são muitas vezes usados em outros países para explicar uma militância excepcional - não apatia - alguns problemas sérios permanecem<sup>374</sup>.

O "horror" e a "estupefação" perante a representação de classe operária "apática" e "inconsciente", presente na produção acadêmica anterior, leva Campos a adotar em seu estudo a mesma postura refutadora de Hall e Pinheiro:

O estudo do movimento operário dos anos de 1917 a 1921 nos dois maiores centros brasileiros inicia-se com uma certa estupefação em relação, principalmente, ao tipo de horror que senti nos textos historiográficos existentes sobre o assunto. Era muito comum no balanço final da conjuntura deter-se nas características que a classe operária não possuía, porque tinha-se em mente um modelo de comportamento político e de classe operária visivelmente alienígena e historicamente dúbio ou absolutamente teórico. Chegava-se a conclusão de que a classe operária brasileira da Primeira República era fraca (pequena, composta de um grande número de mulheres e crianças) e mal conduzida, isto é, com uma liderança que se guiava por uma ideologia pequeno-burguesa. O meu horror era ver que com esses pressupostos - composição da classe e orientação ideológica - subtraía-se da classe operária a sua própria identidade.<sup>375</sup>

---

**críticas sobre Boris Fausto.** Belo Horizonte: UFMG, 2008, p.59.

<sup>373</sup> Id., loc. cit.

<sup>374</sup> HALL, Michael McDonald; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história operária: organização, lutas e controle. In PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários e militantes:** Arte, memória e cultura anarquista. Campinas: Unicamp, 1985, p.97.

A obra *O Sonhar Libertário* é dedicada ao estudo da conjuntura do movimento operário dos anos de 1917 a 1921, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para estabelecer o limite temporal, a autora leva em consideração "a agudeza dos conflitos, a rapidez do seu alastramento e a magnitude da reação despertada" <sup>376</sup>, daí define o período estudado como "o ponto mais alto da história do movimento operário na Primeira República" <sup>377</sup>. O limite espacial foi estabelecido a partir dos mesmos critérios e, ainda, de dados socioeconômicos, uma vez que São Paulo e Rio de Janeiro eram, no período, os "dois maiores centros industriais do Brasil" <sup>378</sup>. Destarte, apesar da vontade de distinção em relação à produção anterior, a autora retoma alguns de seus critérios de delimitação e os próprios limites, temporal e espacial.

Campos tem como preocupação central, descrever e analisar as motivações e condições gerais que propiciaram a ascensão e o descenso do movimento operário <sup>379</sup> e assinalar uma intenção, a saber; o "sonhar libertário":

O sonhar a que me refiro, adjetivando-o como libertário, foi todo o esforço que se inicia com a adoção de uma ideologia revolucionária - o anarquismo e sua ramificação, o sindicalismo revolucionário - que teve seu apogeu no Brasil nos anos de 1917 a 1920, quando se engendrou no seio do operariado a tentativa de negação do universo burguês de dominação. <sup>380</sup>

Para isso, a autora se fundamenta nos pressupostos de Edward P. Thompson e Michel Foucault. Pois, tanto para Thompson quanto para Campos,

[...] a classe só se constitui no processo de luta, quando, ao criarem-se laços de solidariedade entre indivíduos, enfrenta o patronato e o Estado. A consciência que é produzida nesse momento é registrável, às vezes comparável, mas não existem 'desajustes' na história, nem atrasos, nem falsa consciência. <sup>381</sup>

<sup>375</sup> CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: Movimento operário nos anos de 1917 a 1921.** Campinas: Pontes, 1988, p.12.

<sup>376</sup> Id., loc. cit.

<sup>377</sup> Id., loc. cit.

<sup>378</sup> Ibid., p.11.

<sup>379</sup> Cf. Ibid., p.12.

<sup>380</sup> Ibid., p.14-15.

<sup>381</sup> Ibid., p.12.

Destarte, não existe critério científico (ou de qualquer ordem) capaz de avaliar a consciência de classe operária, como verdadeira ou falsa, ajustada ou desajustada, etc. Por ser constituída historicamente, no processo de luta, a consciência pode apenas ser "registrada" e, talvez, comparada; jamais julgada. Segundo a autora, essa noção de consciência de classe operária se opõe a da produção anterior que, fundamentada em um "modelo absolutamente teórico", subtraía da classe operária sua identidade e tendia a julgar o movimento operário negativamente <sup>382</sup>.

Ainda, para compreender o fenômeno de ascensão e descenso do movimento operário, Campos se utiliza das reflexões de Michel Foucault a respeito das relações de poder, buscando pensar as múltiplas instâncias de dominação e resistência da vida social, desde a fábrica e o processo de produção até a vida privada e os sentimentos conjugais, parentais e filiais <sup>383</sup>:

Trata-se, assim, não de 'poder' mas de poderes que se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da estrutura social, integrados ou não ao Estado, funcionando como uma máquina social que não situa em nenhum lugar de forma privilegiada ou exclusiva. [...] Qualquer luta será sempre resistência dentro da teia do poder, não havendo um campo específico para ocorrer a resistência e sim pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. <sup>384</sup>

Desta forma, na perspectiva de Campos, entre os anos de 1917 e 1921 o operariado sonhou com a liberdade, se organizou e lutou para tentar conquistá-la. Esse momento só pode ser compreendido por meio de um estudo aprofundado das diversas formas de dominação, exercidas pelo patronato e pelo Estado; e das diversas formas de resistência, empregadas pelos operários <sup>385</sup>. Diferente do que já havia sido feito por "outras historiografias":

A tentativa revolucionária dos anos de 1917 a 1920, além de ter sido esquecida pela historiografia oficial, foi 'malvista' pela historiografia marxista (leninista). Esta postura ligou-se essencialmente ao fato dos libertários terem se negado a criar o partido revolucionário e por não participarem do processo político-eleitoral, estabelecendo alianças

---

<sup>382</sup> Cf. Ibid., p.12-13, 21-22, passim.

<sup>383</sup> Cf. Ibid., p.17-21.

<sup>384</sup> Ibid., p.19.

<sup>385</sup> Cf. Ibid., p.17-22.

com outras camadas sociais. Teoricamente isto é insustentável, a tarefa do historiador é a de fazer da história um uso que a liberte para sempre de qualquer absoluto. Não se pode permitir que a história se deixe levar por nenhuma obstinação e tampouco que se deixe obstinar pela idéia de continuidade. [...] Não existe nada imortal no homem, nada escapa a ter uma história. A história não é um *continuum*, com um sentido estabelecido, as forças que se encontram em jogo obedecem ao acaso da luta.<sup>386</sup>

Nesse trecho (e em outros que serão analisados posteriormente), junto com a crítica que tem a intenção de desqualificar a historiografia anterior, está expressa uma outra concepção de história, de produção historiográfica e de historiador. Para a autora, a história "real" é feita de confronto e descontinuidades, não possui um sentido inato como, por exemplo, o desenvolvimento das forças produtivas. A produção historiográfica deve demonstrar essas descontinuidades e não se "obstinar pela idéia de continuidade". O historiador tem a tarefa de demonstrar as forças que estão em jogo, que não existe um único superior aos demais, isto é, libertar de qualquer absoluto, inclusive libertar da necessidade de constituição do Partido Comunista para promover a revolução. É a partir dessa perspectiva que Campos construiu sua análise do movimento operário de 1917 a 1921; em oposição, notadamente, a análise de Boris Fausto.

A obra, além da introdução e da conclusão, é constituída por quatro capítulos: O primeiro capítulo é dedicado à descrição das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, dando ênfase às diferenças existentes entre as duas cidades. No segundo capítulo é descrito o movimento operário de 1917 a 1919, isto é, o momento de ascensão. O terceiro capítulo é dedicado à análise da greve dos têxteis, ocorrida de março a abril de 1920, em São Paulo; e da greve da Leopoldina, ocorrida em 1920, no Rio de Janeiro; ambas são indicadas pela autora como sendo o limite/auge daquele movimento operário, que a partir daí é esvaziado. No quarto capítulo é descrito o fenômeno de descenso, ocorrido entre 1920 e 1921, e analisado seus motivos.

Segundo Campos, Rio de Janeiro e São Paulo são cidades diferentes, com hábitos, idéias, pessoas, arquitetura, história, paisagens, economia, costumes, etc. muito distintos: "No Rio implanta-se, antes de mais nada, a

---

<sup>386</sup> Ibid., p.23.

diversidade; em São Paulo, comparativamente e grosso modo, tende-se para uma maior homogeneidade"<sup>387</sup>.

Entre as décadas de 1890 e 1920, enquanto o Rio de Janeiro tornava-se gradativamente uma cidade prestadora de serviços (administração pública, serviços domésticos, comércio, etc.) e cosmopolita, "contando com um grande porto que colocava a cidade diretamente ligada ao mundo europeu e americano"<sup>388</sup>; São Paulo tornava-se predominantemente industrial<sup>389</sup>.

No Rio de Janeiro, as classes dominantes, bem como as atividades econômicas que promoviam, formavam um grupo bastante heterogêneo. Isso refletiu na forma como o Estado lidou com as classes populares e com o movimento operário, buscando canais de negociação e mediação dos confrontos<sup>390</sup>:

"No Rio de Janeiro foi freqüente a existência de uma preocupação relativa a utilização de estratégias sutis de dominação. Embora a repressão também fosse constante, a prática de negociações foi muito utilizada."<sup>391</sup>

Neste sentido, a polícia carioca, em comparação a polícia paulista, era aparentemente menos repressiva, mais "civilizada", "acompanhava o processo de modernização, de 'regeneração', que a cidade era objeto"<sup>392</sup>.

Em São Paulo, o grupo dominante era mais homogêneo (o que não significa mais organizado), optava quase sempre pelo confronto direto com o operariado, evitando medidas mais "modernas" de repressão<sup>393</sup>. Desta forma, desde "sempre a polícia paulista demonstrou uma plena disposição para a repressão aberta evitando todo tipo de regulamentação que pudesse limitar-lhe a ação"<sup>394</sup>.

Em relação ao operariado, a situação se equivale. Segundo a autora, no Rio de Janeiro existiam operários de diversas origens, como negros, brancos e mulatos, nacionais e estrangeiros; distribuídos em diversas ocupações, como comércio, serviço doméstico, funcionalismo público, exército, indústria, etc.;

---

<sup>387</sup> Ibid., p.25.

<sup>388</sup> Ibid., p.29.

<sup>389</sup> Cf. Ibid., p.27-30.

<sup>390</sup> Cf. Ibid., p.27.

<sup>391</sup> Ibid., p.26.

<sup>392</sup> Ibid., p.30.

<sup>393</sup> Cf. Ibid., p.26.

<sup>394</sup> Ibid., p.31.

"existiam alguns canais de negociação com o Estado, funcionava a grande máquina administrativa e o sistema de favores e relações pessoais que a envolvia"<sup>395</sup>. Os operários eram adeptos de distintas correntes ideológicas, entre os reformistas estavam os "sindicalistas puros", os "amarelos", etc.; entre os revolucionários estavam os anarquistas e "sindicalistas revolucionários"<sup>396</sup>.

Destarte, segundo Campos, em meio a essa diversidade carioca se formou uma sociedade extremamente complexa, com hierarquias, normas, convenções, preconceitos e costumes próprios; permeada por "um misto de solidariedade que não avança além da epiderme pois o corpo social é extremamente segmentado, hierarquizado"<sup>397</sup>.

Em São Paulo, Campos indica que o operariado era predominantemente estrangeiro e de etnia italiana, ocupado principalmente no setor industrial e com o pensar impregnado de laboriosidade<sup>398</sup>. Diferente do ocorria no Rio de Janeiro, entre os operários paulistas "a solidariedade ia além da epiderme; vinha de tradições e padrões culturais comunitários"<sup>399</sup>. Contudo, acima dessa solidariedade, "desdobrava-se com profundidade a instituição do pressuposto da positividade do trabalho"<sup>400</sup>, isto é, prevalecia o ideal de ascensão social por meio do trabalho. Em relação as correntes ideológicas:

A penetração das ideologias revolucionárias - o anarquismo e o sindicalismo revolucionário - foi mais extenso, como também foi mais sensível aquela atitude de franco confronto entre Estado e classes dominantes, de um lado, e classes trabalhadoras, de outro.<sup>401</sup>

As conclusões de Campos, em relação às condições socioculturais de ambas as cidades e suas "gentes", não diferem muito das professadas pela produção anterior, como a predominância das ideologias revolucionárias em São Paulo, enquanto no Rio de Janeiro existia uma maior possibilidade de negociação

---

<sup>395</sup> Id., loc. cit.

<sup>396</sup> Ibid., p.25-26.

<sup>397</sup> Ibid., p.32.

<sup>398</sup> Cf. Ibid., p.25-26, 31-34.

<sup>399</sup> Ibid., p.33.

<sup>400</sup> Ibid., p.33.

<sup>401</sup> Ibid., p.34.

com o Estado<sup>402</sup>; ou, ainda, a existência do ideal de ascensão social entre os operários, dificultando a solidariedade entre eles.

Contudo, a autora tem a intenção de evitar associações diretas como, por exemplo; "operário de etnia italiana, muito provavelmente, anarquista". Buscando assinalar as diversas variáveis que vão dar forma às cidades e às pessoas. Como evidencia a seguinte passagem:

O fato de no Rio de Janeiro predominar uma mão-de-obra de origem nacional (contando com mulatos, negros e portugueses, netre os imigrantes) e em São Paulo a imigrante (com umagrande maioria de italianos), não torna a relação origem étnica e posições políticas, nem óbvias e nem necessárias. Uma boa parcela do operário em São Paulo terá como ideal o objetivo de se mudar do braz para a Barra Funda e daí para Higienópolis ou qualquer outro jardim.

Do mesmo modo que no Rio de Janeiro, a solidariedade que é fundamental para a resistência operária, teve os seus limites. É interessante notar que certos valores, como o patriotismo, ou a religiosidade, se de um lado, reforçavam a solidariedade, por outro lado, tornavam os trabalhadores presos do pensar dominante. Em São Paulo ocorreu uma disseminação da ideologia nacionalista que, se não levou a uma maciça participação eleitoral, serviu como barreira à disseminação do anarquismo e do internacionalismo<sup>403</sup>.

Para explicar o "ascenso" do movimento operário no ano de 1917, a autora considera, num primeiro momento, a "agitação internacional" e os "efeitos econômicos da guerra": Já que, por um lado, a Revolução Russa provocou uma onda revolucionária que se espalhou por toda a Europa e América, no Brasil o "operariado se tornava em algum sentido revolucionário, e tinha o empolgamento mundial como fator proporcionador de crescimento da resistência"<sup>404</sup>.

Por outro lado, a substituição de importações no Brasil, relacionada com a Primeira Guerra Mundial, foi muito favorável ao desenvolvimento de alguns setores produtivos (têxtil e metalúrgico) e à obtenção de lucros, posteriormente destinados a novos investimentos. Porém, enquanto alguns setores industriais brasileiros verificavam notáveis aumentos de produção, a vida operária se tornava mais precária: "A pauperização dos trabalhadores era flagrante. Além de diminuídos os salários, os operários sofriam uma inflação que vinha subindo a cada ano, a

---

<sup>402</sup> Cf. Ibid., p.166, 179.

<sup>403</sup> Ibid., p.34.

<sup>404</sup> Ibid., p.38.

carestia dos gêneros de primeira necessidade e uma crise de moradias"<sup>405</sup>. Assim, a exploração tornou-se mais evidente e a indignação cresceu, favorecendo a mobilização operária. Contudo, Campos adverte repetidamente:

Crise econômica e miséria não podem ser considerados como motores privilegiados da história social. Se fosse assim, como entender o descenso do movimento em outros momentos quando também estavam presentes processos bastante semelhantes de queda de salários, carestia, crise de produção? [...] Talvez não tenha existido um primeiro motor, sejam os efeitos econômicos da guerra, seja a influência da agitação política internacional<sup>406</sup>.

A minha leitura do movimento operário nestes anos não revelou nenhuma causalidade que remontada em outro lugar, em outra data, pudesse reproduzir o acontecimento. Nem origem étnica, nem composição etária, sexual, ou grau de controle sobre o processo de trabalho, setor econômico, reorganização do processo produtivo, ou intensificação da exploração. Estamos no terreno da virtualidade<sup>407</sup>.

Disto tudo, salta os olhos, porém, a necessidade de maiores pesquisas que não só escapam à tentação de estabelecer correlações simples entre variáveis econômicas e políticas e comportamento operário, mas que permitam o contato com o passado dos homens, de modo a se perceber como ele se constitui. Isto implica em perseguir os passos através dos quais a burguesia e o operariado chegam a se conhecer e se reconhecer como classe. Seriam os passos do pensar e do sentir de cada grupo<sup>408</sup>.

Não podemos pensar a história segundo um determinismo que tem implícito a negação exatamente deste poder criador; penso que seja isto que o exame do movimento operário nesta conjuntura pôde ensinar. É impossível deduzir o comportamento destes operários a partir de alguma relação de causalidade<sup>409</sup>.

Nesses trechos e em outros, a autora manifesta sua oposição à noção de "determinação estrutural" presente na produção anterior. Pois, em seu entender, não existe uma categoria capaz de determinar por si só o ascenso, o descenso ou as características do movimento operário. Na história "real" não existe a simples relação de causa e efeito, mas sim múltiplas variáveis que dão forma a um determinado momento histórico, sendo improvável a sua reprodução em outro tempo

---

<sup>405</sup> Ibid., p.39.

<sup>406</sup> Ibid., p.40.

<sup>407</sup> Ibid., p.60.

<sup>408</sup> Ibid., p.166.

<sup>409</sup> Ibid., p.40.

ou espaço. Fatores econômicos ou políticos não devem ser adotados como "motores privilegiados da história", existem outros fatores que também devem ser considerados, descritos e analisados para o melhor entendimento da história operária. Assim, ao analisar a conjuntura dos anos de 1917 a 1921, Campos adota a seguinte postura:

[...] considere fundamental contar a história das mobilizações meio que 'passo a passo', ou melhor, escolhendo dentro deste mundo extremamente fragmentário e virtual um recorte. Este privilegiará os discursos que justificaram as mobilizações, não pelo lado do que poderíamos chamar de pragmatismo operário, mas sim pelo seu lado explicitamente mais virtual - o seu sonhar<sup>410</sup>.

Nesse caso, "o virtual é o fazer-se da classe: é a própria ação dos homens, as suas vontades"<sup>411</sup>, o "sonhar libertário" (o virtual) é privilegiado como categoria explicativa do movimento operário. Destarte, Campos se dedica a descrever detalhadamente - "quase como um estudo de caso"<sup>412</sup> - as organizações, ligas, confederações, sindicatos e grupos operários, as correntes ideológicas e a propaganda libertária, greves, paralisações, negociações, confrontos com a polícia, passeatas, *meeting*, comícios, assembléias, festas, piqueniques, enfim, "todos" os acontecimentos, práticas e discursos relacionados ao movimento operário do Rio de Janeiro e de São Paulo, no período de 1917 a 1921. Daí, a autora verifica a formação das classes e as vontades em oposição:

Na interação entre capitalista e trabalhadores formam-se duas classes distintas, com interesses diferentes e antagônicos. Entre eles, o Estado, a Igreja, as ligas nacionalistas, se colocavam como entidades ligadas aos interesses do capital e inimigas da classe dos produtores. Para revolucionar a sociedade suprimindo as relações capitalistas de produção era necessário extinguir estas instituições burguesas, através da ação direta. A saber: greves, comícios, sabotagens, passeatas e manifestações de rua<sup>413</sup>.

---

<sup>410</sup> Ibid., p.176.

<sup>411</sup> Ibid., p.61.

<sup>412</sup> Ibid., p.41.

<sup>413</sup> Ibid., p.135.

Segundo Campos, os grupos anarquistas, sobretudo os anarco-sindicalistas, gradativamente ganham força a partir de 1917. Apesar das diferenças existentes entre as diversas vertentes operárias, os grupos lutaram lado a lado, fazendo com que segmentos da população, até então afastados do movimento operário, passassem a participar efetivamente. Os trabalhadores urbanos, tomados pelo "sonhar libertário", constituíram formas de organização - muitas vezes de modo espontâneo sem uma liderança clara - com a finalidade de combater a organização capitalista do processo de produção e da vida em geral, que tinham como lugares de efetivação as fábricas, as ruas, as casas, os parques, os bares, etc <sup>414</sup>. Portanto, a autora entende que o movimento operário do referido período possui caráter político e revolucionário, diferente do entendimento da produção acadêmica anterior, especialmente Boris Fausto:

Embora a maioria dos estudiosos reconheçam uma diferença entre a atuação do movimento libertário e a dos reformistas e amarelos (que as vezes são confundidos e homogeneizados), procuram mostrar que a nível da ação prática nenhuma das correntes colocou em questão o sistema capitalista, em outras palavras, não teria se concretizado uma ação revolucionária. <sup>415</sup>

Como vimos anteriormente, essa postura deriva da noção de que o movimento operário só adquire caráter político e revolucionário, quando organizado em sindicatos e Partido, com o intuito de assumir o controle do Estado. Para Campos, o caráter político e revolucionário das vertentes anarquistas emana precisamente da negação dos aparelhos sindical, partidário e estatal, como meios de transformação socioeconômica:

Estes [os anarquistas] não tinham preocupação, aliás rejeitavam, a tomada ou a participação no PODER - eles queriam destruí-lo. E destruir o PODER implicava em negar a estrutura em que este se montava, evitando, inclusive, a recuperação dos princípios básicos de organização nos seus sindicatos e associações políticas: a hierarquia e a subordinação das bases. Isto diferencia comunistas e anarquistas. <sup>416</sup>

---

<sup>414</sup> Cf. Ibid., p.41-42, 178, passim.

<sup>415</sup> Ibid., p.46-47.

<sup>416</sup> Ibid., p.113.

Neste sentido, ao analisar o "descenso" do movimento operário, iniciado no final de 1920, Campos discorda novamente de Boris Fausto e Sheldon Leslie Maram, pois esses acusam as lideranças anarco-sidicalistas de cometerem erros táticos e teóricos, que levaram o movimento operário a derrota. Dessa conclusão, segundo Campos, emana um julgamento do passado, esta atitude - teoricamente insustentável - diverge da tarefa do historiador "de fazer da história um uso que a liberte para sempre de qualquer absoluto" <sup>417</sup>.

Na perspectiva da autora, o "descenso" ocorre devido à repressão violenta feita pelo Estado e, principalmente, ao surgimento de "modernos" mecanismos de dominação do trabalhador pelo capital. Isto é, ocorreu a introjeção de valores e crenças, por meio da ação de instituições religiosas, escolares, científicas, políticas, militares, beneficentes, etc.:

Embora não seja direta e simplesmente causal, a revolta foi amainada, a dominação se impôs. Este sentido me pareceu óbvio e transparente, embora igualmente complexo. Se efetivou de modo não só repressivo, mas também pela introjeção de valores e crenças (através da construção da alternativa nacionalista, da religiosidade, do sindicalismo amarelo, das instituições beneficentes, das escolas, etc.). A dominação imposta foi auto-justificada, ou melhor, assumiu-se valores que levavam ao auto-controle, à aceitação da vida de exploração, e ao capital. Claro que a dominação não se colocou por completo, em definitivo; as lutas prosseguiram peladécada de vinte, mas num ritmo diferente, por vezes em esferas distintas, com resistências e ideologias operárias diversas. Creio que este final de conjuntura marcou os limites do sonhar libertário. Ele foi provado pelos valores religiosos, pelo nacionalismo, pelo pragmatismo, o reformismo, por uma política de corrupção que sustentava amarelos e coronéis marítimos, pelo gerenciamento científico, etc. Foi uma provação que refletiu muito mais a extensão da introjeção dos valores dominantes nos trabalhos e o 'poder do capitalismo' em se impor, do que os limites teóricos, estratégicos ou táticos da ideologia anarquista e sindicalista revolucionária. No meu entender, é absurda a pergunta a respeito da não adoção de outra ideologia revolucionária, nestes anos [proferida pela produção acadêmica anterior]. Simplesmente não ocorreu. <sup>418</sup>

Entendemos que a perspectiva teórico-metodológica de Campos está muito próxima à de Edward P. Thompson. Já que a autora se propõe a resgatar as formas organizativas e de resistência do movimento operário, lhes restituindo o

---

<sup>417</sup> Cf. Ibid., p.23, 110-116.

significado que tinham em sua época, por meio da descrição detalhada da constituição das classes em luta, evitando julgamentos fundamentos em saberes do presente. As referências a Michel Foucault feitas pela autora, parecem funcionar muito mais como formar de marcar um lugar distinto, isto é, uma oposição à produção acadêmica anterior, por meio da constituição de uma outra concepção de história; do que como modelo teórico-metodológico, salvo parcela da análise a respeito do "descenso". Certamente, as referências a Thompson também funcionam como um desvio, ainda que menos acentuado, em relação à produção acadêmica anterior.

É importante notar, que *O Sonhar Libertário*, em comparação com a produção acadêmica anterior, dá ao leitor a sensação de apologia ao anarquismo, prevista e refutada pela própria autora:

[...] apesar das aparências e de alguns 'deslizes', não tive a intenção de fazer uma recuperação, ou uma exaltação, do anarquismo. Pelo contrário, só tentei salientar que, com esta ideologia, apesar dela e dos seus limites, este foi um momento de constituição da classe operária.<sup>419</sup>

A sensação de apologia ao anarquismo é quase inevitável e, de certa forma, intencional, uma vez que a obra se propõe a refutar a imagem negativa constituída anteriormente e dotar o movimento operário dos anos de 1917 a 1921 de positividade, de potência revolucionária. Essa intenção está associada a uma representação de classe operária, compartilhada por grande parte dos acadêmicos da década de 1980, em que o operariado é capaz de constituir seus próprios saberes e práticas de resistência, sendo que estes são "mecanismos" eficazes contra a dominação burguesa.

A obra está permeada pela noção de heterogeneidade, variáveis históricas e potencialidade humana. Isto é, o mundo representado na obra é diversificado, a história é o caos das variáveis, as classes são heterogêneas e possuem uma imensa capacidade de sonhar e agir, que pode superar qualquer fator considerado como determinante. Isso irá influenciar na forma como as fontes e as

---

<sup>418</sup> Ibid., p.178.

<sup>419</sup> Ibid., p.177.

referências teóricas são apropriadas e, também, na forma como é construída a narrativa. Vejamos a seguinte passagem:

'A nossa burguesia faz do operariado uma idéia semelhante à que dos escravos faziam os plantadores do século dezoito [...]. Nestas condições, mesmo que uma parte do proletariado tenha tendências moderadas, mesmo que uma parte do proletariado tenha tendências moderadas, vê-se obrigado a recorrer aos meios extremos, porque, infelizmente, só a estes a burguesia tem atendido' (A Plebe 1-11-1919)

Quando se instala no discurso das classes dominantes e nos órgãos do Estado o que foi denominado de questão social, seja para reconhecê-la, negá-la, ou resolvê-la, institui-se também uma homogeneização; a percepção da classe operária é assustadora e assume no máximo uma pretensa forma dicotômica: os operários dóceis e industriais, embora corrompidos pelos agitadores. Parte dos trabalhos historiográficos também não levaram em conta que por trás desta generalização -classe operária - existem uma variedade de percepções do mundo e da exploração pois, de fato, as vidas são diferentes, existe uma ampla gama de variações nas relações entre os trabalhadores e deles com o capital. É todo um processo, perpassado pela contingência, de sujeição e resistência aos mecanismos de controle da vida na fábrica, na moradia, na rua e no bar, no sindicato. Nestas relações, embora não visualizemos um contínuo, os trabalhadores se inscrevem de diferentes maneiras e formas<sup>420</sup>.

Nessa passagem, a autora indica que tanto as classes dominantes do período quanto parte da historiografia enxergam a classe operária da década de 1910, como homogênea em composição e em sua relação com o capital. Porém, Campos entende que a referida classe operária é heterogênea em composição e em sua relação com o capital. Se verificarmos a citação do jornal *A Plebe*, que antecede a análise da autora, não é difícil argumentar contra sua tese. Pois, essa citação pode indicar que as práticas burguesas da época, que igualam os operários aos escravos; levaram o operariado a adotar uma postura homogênea diante da exploração, ou seja, obrigando-os a recorrer unicamente aos meios extremos, descartando as tendências moderadas. Isso não significa que a análise de Campos esteja equivocada - até porque está fundamentada em outras fontes -, apenas que as fontes são apropriadas de acordo com representações de mundo e de classe operária, provenientes de um lugar e de um tempo. Neste sentido, as fontes podem

---

<sup>420</sup> Ibid., p.37.

ser interpretadas de formas distintas, podem fundamentar representações do passado opostas.

Em relação à narrativa, a obra de Campos está mais próxima de uma descrição fundamentada em citações de fontes escritas (diretas e indiretas), do que em uma análise sistemática de dados empíricos, expostos em tabelas, gráficos e quadros; o que é mais freqüente na produção acadêmica anterior. Em relação às fontes, Campos acompanha as práticas estabelecidas desde a década anterior, ou seja, fundamenta sua narrativa em uma vasta pesquisa de jornais, revistas, boletins, etc. que totalizam cinqüenta e oito títulos.

## 4.2 DO CABARÉ AO LAR

A obra *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930* foi originalmente a dissertação de mestrado sob o título de *Sem Fé, Sem Lei, Sem Rei - Liberalismo e Experiência Anarquista na República*, da historiadora Luzia Margareth Rago, sob orientação de Edgar Salvadori de Decca, apresentada ao departamento de História da Unicamp, em 1984. A obra foi publicada pela primeira vez pela editora Paz e Terra, em 1985; posteriormente, foram produzidas a segunda e terceira edições, publicadas respectivamente em 1987 e 1996, pela mesma editora.

Continuamos no terreno da Unicamp e em seu modo de representar a história da classe operária brasileira. Esse modo e sua oposição são expressos por Decca, ao prefaciá-lo livro de Rago:

O leitor ao se enredar na trama deste livro descobrirá que, tanto os trabalhadores produzindo sua cultura, como as normas disciplinares eles impostas pela fábrica, pelas várias agências do poder público ou privado regulando a sua maneira de morar, a sua saúde, a sua educação, a sua sexualidade, enfim todo este universo de práticas históricas, está contido no período que boa parte da historiografia denomina de Primeira República.

Se todas estas práticas sociais puderam ser tematizadas pela autora no campo onde uma historiografia só vê República Velha e mundo oligárquico, nada mais resta a dizer, a não ser: vamos mudar de assunto!<sup>421</sup>

<sup>421</sup> DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação, out. 1985. In RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.IV-V.

Antes mesmo de o leitor ter a oportunidade de descobrir as práticas operárias ocorridas na Primeira República, foi preciso que os acadêmicos brasileiros descobrissem os "novos rumos", já descobertos pela historiografia operária mundial<sup>422</sup>. Para isso foi preciso a desconstrução das "velhas" representações e a construção de "novas", conforme opera Rago:

Assim também entendo o eco que ressoou de vozes que falavam no processo de formação do proletariado, acredito que devemos interrogá-los naquilo que se propuseram, o que certamente exclui a construção do partido político dito revolucionário e a participação no campo da luta político-parlamentar. Seria apenas por ingenuidade que se recusam a criar uma instituição que consideravam hierárquica e centralizadora? Seria tão-somente a propalada 'falta de visão política'? Penso que perderíamos a dimensão da utopia anarquista se nos mantivéssemos presos à lógica do partido. Afinal, os libertários difundem uma outra *concepção do poder*, que recusa perceber-lo apenas no campo da política institucional. Por isso mesmo, desenvolvem intensa atividade de crítica da cultura e das instituições e formulam todo um projeto de mudança social que engloba os pequenos territórios da vida cotidiana. Propõem múltiplas formas de resistência política, que investem contra as relações de poder onde quer que se constituam: na fábrica, na escola, na família, no bairro, na rua. Desvendam os inúmeros e sofisticados mecanismos tecnológicos do exercício da dominação burguesa.<sup>423</sup>

Para Rago, a luta pela transformação/manutenção da sociedade não passa necessariamente pela instância política formal, pela luta político-partidária, como quer a produção acadêmica anterior. Aqui, não existe sequer a dicotomia entre instância política formal e informal, existem múltiplas formas políticas, que não se hierarquizam ou se centralizam em uma única "instância verdadeira ou superior". A dominação e a resistência políticas estão em todos os espaços e todos os momentos da vida operária. Daí, não é difícil imaginar, que entre as referências teóricas da autora estejam Foucault e Thompson:

<sup>422</sup> Decca faz um breve balanço dessa historiografia no referido prefácio, ver: Ibid., p.I-V.

<sup>423</sup> RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.13-14.

Embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas 'não-organizadas' do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários.<sup>424</sup>

Após a "descoberta" dessa realidade, onde é restituído às "práticas políticas não-organizadas" da classe operária - até então consideradas banais, economicistas ou inconscientes -, sua exata capacidade de transformação social, económica e política; surge a possibilidade e, até mesmo, a necessidade de recuperá-las. Destarte, Rago, nesta obra, se propõe a estudar "todas as manifestações de resistência cotidiana que a imprensa anarquista noticiava, ou que puderam ser filtradas pelo discurso patronal e dos setores privilegiados em geral"<sup>425</sup>, ocorridas no Brasil entre 1890 e 1930.

Segundo Rago, nesse período existia no Brasil uma tentativa de "domesticação" da classe operária, composta em grande parte por imigrantes recém chegados, que consistia num remodelamento seus valores e comportamento. O operário, visto como "bárbaro" pelos grupos dominantes, deveria ser integrado no universo dos valores burgueses, isto é, deveria ser economicamente rentável e politicamente submisso. Para isso, os grupos dominantes utilizaram da violência física e de diversos mecanismos de "disciplinarização", que atuaram em todos os momentos da vida do trabalhador, na fábrica, em casa, nas horas de lazer, etc. Porém, ao tentarem realizar esse "projeto de domesticação", os grupos dominantes enfrentaram grande resistência dos trabalhadores, que buscaram preservar suas tradições, valorizar sua atividade profissional, cultuar seus santos e progressivamente aderiram às bandeiras do anarquismo e do anarco-sindicalismo; impulsionando o movimento operário brasileiro e propondo uma nova sociedade com liberdade, igualdade e felicidade para todos. Esse projeto vai ganhando adeptos entre os trabalhadores e o movimento se alastra propondo uma reorganização da atividade do trabalho e de outros campos da vida social<sup>426</sup>.

O livro, além da introdução e da conclusão, possui quatro capítulos, divididos de acordo com a "instância" de luta abordada: O primeiro capítulo é

---

<sup>424</sup> Ibid., p.14.

<sup>425</sup> Id., loc. cit.

<sup>426</sup> Cf. Ibid., p.11-14.

dedicado à fábrica, isto é, a organização do processo de trabalho e a resistência do trabalhador no cotidiano da produção. No segundo capítulo a autora discute as representações em torno da mulher, do sexo, do amor e da família. O terceiro capítulo trata da infância operária, dos mecanismos de construção do homem do futuro. E, no quarto capítulo, a autora analisa a organização do espaço urbano.

Desta forma, no primeiro capítulo<sup>427</sup>, Rago assinala que a fábrica é um dos locais onde ocorre a luta cotidiana entre capital e trabalho. Nas primeiras décadas do processo de industrialização do país, a violência física exercida no interior da fábrica é a forma como o industrial tentou impor um comportamento padronizado e produtivo aos trabalhadores, progressivamente surgem técnicas mais eficientes de moralização e controle. Isto é, por volta de 1920, os grupos dominantes e o Estado colocaram em prática o projeto da fábrica higiênica, racional e apolítica:

A projeção da 'fábrica higiênica' visa anular a representação simbólica da 'fábrica satânica', recorrente no imaginário operário, opondo-lhe a imagem de um mundo da produção harmonioso, onde os ritmos e os regulamentos do trabalho fariam parte da própria natureza do processo produtivo e não mais dependeriam da mera vontade patronal de dominação<sup>428</sup>.

A autora indica que progressivamente os industriais buscam introjetam a disciplina do capital no trabalhador, utilizando-se de técnicas exercidas no interior das fábricas e mascaradas num discurso de cunho científico, racional e moderno. A "disciplinarização" da força de trabalho articula-se na medida em que o trabalhador interioriza a vigilância do poder, mesmo que ela não esteja presente:

[...] mecanismos coercitivos atuam no sentido de determinar a produção dos comportamentos disciplinados e produtivos exigidos pelo capital: variação dos salários, intimidação pessoal, remuneração extremamente baixa, 'listas negras', identificação policial nos livretes, [...] demissões nos setores em que a mecanização crescente desqualifica a atividade profissional, como nas indústrias têxteis, de alimentação, de vestuário, de fósforo, etc<sup>429</sup>.

---

<sup>427</sup> Cf. *Ibid.*, p.15-59.

<sup>428</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>429</sup> *Ibid.*, p.26.

Segundo Rago, as estratégias de dominação do capital, não são aceitas facilmente pelos trabalhadores. Estes com criatividade criam diversas formas de resistência, difusas ou organizadas, mas existentes permanentemente no interior da fábrica. Embora a greve geral seja considerada o principal meio de resistência pelos anarquistas, as lutas cotidianas no espaço da fábrica como, por exemplo, a quebra de equipamentos, contestação de regulamentos, sabotagem, questionamento da hierarquia fabril, etc. são formas valiosas de resistência e de preparação do proletariado para sua emancipação.

Para os anarco-sindicalistas, ao lado das lutas explícitas, que deveriam ser travadas através dos sindicatos, considerados como as organizações mais perfeitas de resistência, as lutas miúdas e subterrâneas efetivadas no âmbito da fábrica minariam a própria organização capitalista da produção. Portanto, não teriam um caráter meramente 'economicista', como considerou a tradição marxista-leninista, nem unicamente negativo: o que estaria em jogo seria a própria constituição das relações de produção que sustentam a ordem burguesa.<sup>430</sup>

Os anarquistas vislumbram um futuro onde o trabalhador possuiria o controle da fábrica e da organização do processo produtivo, assim os "próprios produtores diretos seriam capazes de realizar as tarefas de execução e as de concepção, já que somente eles conheceriam de fato e na prática a realidade da produção"<sup>431</sup>. Para concretização desse "futuro" é necessária a quebra de dois pontos fundamentais da ordem burguesa no interior da fábrica: O primeiro a hierarquização como única forma de manter a ordem e a disciplina, que acaba por escrever uma linha divisória que afasta e opõe os trabalhadores. O segundo ponto é a diferenciação salarial segundo o ofício e a capacidade de cada trabalhador, gerando concorrência ao invés de solidariedade entre os operários<sup>432</sup>.

Segundo Rago, os anarquistas incentivaram a constituição de organismos operários para gestão do processo de trabalho, como forma de resistir à dominação burguesa e como forma de constituir uma nova sociedade:

---

<sup>430</sup> Ibid., p.28.

<sup>431</sup> Ibid., p.48.

<sup>432</sup> Cf. Ibid., p.47-59.

[...] a formação em cada fábrica, navio, oficina, etc., de um 'conselho de fábrica', que teria por função a administração da unidade produtiva, resolvendo todos os problemas emergentes. De cada conselho de fábrica sairia um representante, eleito pelos operários, que se reunindo aos outros formaria um 'conselho de industriais'. Este por sua vez, elegeria um delegado regional de todas as indústrias, que formaria o 'conselho executivo'. Em cada bairro ou localidade, se constituiriam 'comitês de relações distritais', voltados para a propaganda e educação.<sup>433</sup>

Na perspectiva de Rago, os operários brasileiros da Primeira República, compreendiam a organização do processo de trabalho capitalista, construíram um projeto revolucionário de organização do processo de produção e tentaram colocá-lo em prática. Quando recusaram o campo da política institucional - pois não fazia parte de seu projeto de sociedade futura - não significou que os anarquistas eram inconscientes, apolíticos ou economicistas - como afirmou a tradição marxista-leninista -, já que questionaram as próprias bases do sistema capitalista. Essa resistência operária foi tão poderosa, que foi necessário à constituição de outras práticas de dominação.

Pensadas a partir de uma perspectiva que recusa a lógica do partido, as lutas miúdas e diárias do proletariado traduzem uma atividade radical de contestação ao modelo burguês de organização da produção. Contra a tentativa de atomização dos produtores diretos, a própria situação do trabalho na fábrica cria a necessidade de sua socialização, a partir da formação de grupos informais, unidos por uma identidade de interesse e de objetivos, e que vai frontalmente contra a imposição de uma organização formal e exterior. Ao se recusar a obedecer às normas do trabalho e aos ritmos produtivos impostos pelo capital, esta contra-organização dos trabalhadores manifesta uma tendência no sentido de determinar as regras de comportamento dentro da fábrica e de organizar sua própria atividade, apontando para a gestão autônoma da produção. As lutas 'ocultas' do proletariado, silenciadas pela tradição acadêmica, colocam em xeque o próprio fundamento da realidade capitalista de produção. Exigem a mobilização de todo um aparato de vigilância para constranger o trabalhador a submeter-se às normas disciplinares e um amplo arsenal de saberes que permitam que os industriais prescindam cada vez mais não só da habilidade profissional do operário, mas de sua própria presença física, hoje ameaçada pelos robôs.<sup>434</sup>

---

<sup>433</sup> Ibid., p.51.

Nesse trecho e no decorrer de toda obra, além da autora afirmar a "potência" da resistência dos operários brasileiros, por meio de seus próprios saberes e práticas; e sua (da autora) oposição em relação à produção acadêmica anterior, que silenciou esses saberes e práticas; Rago também transparece um sentido para a história, a saber: Com a instituição da sociedade capitalista, conseqüentemente surge o conflito entre capital e trabalho. Nesse embate histórico os dois lados desenvolvem saberes e práticas de dominação e resistência; desde a violência física generalizada, passando pela higienização e racionalização da fábrica ou gestão autônoma da produção e podendo chegar à substituição total do operário pela máquina ou, quem sabe, a constituição de uma sociedade mais livre, justa e igualitária <sup>435</sup>.

Porém, segundo a autora, as investidas do capital sobre a classe operária atravessavam os muros da fábrica e chegavam nos bairros e dentro do lar do trabalhador. A sociedade burguesa tenta impor o seu modelo imaginário de vida e de família, com hábitos moralizados e costumes regrados. Diferente da imagem negativa que se propagava pela própria classe dominante, a respeito do trabalhador, de sua família e de suas práticas promiscuas e anti-higiênicas <sup>436</sup>.

Nesse sentido, Rago indica que os grupos dominantes possuíam um modelo de mulher, como a "esposa-dona-de-casa-mãe-de-família", e da criança, como riqueza da nação, que constituíam a chave das relações familiares. Foi por meio do discurso e da ação de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, que a classe burguesa buscou moldar à seu gosto as mulheres e as crianças da família operária:

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial. <sup>437</sup>

<sup>434</sup> Ibid., p.27.

<sup>435</sup> Ainda, no trecho citado, existe um outro indício deste sentido de história, a saber: Rago ao falar de "gestão autônoma da produção", referencia o livro - mencionado anteriormente - *A Estratégia da Recusa* de Amnérís Maroni, sobre as greves operárias de 1978 ocorridas no ABC paulista; criando um tipo de "associação" entre as práticas operárias da Primeira Republica e as práticas operárias de 1978.

<sup>436</sup> RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.61.

<sup>437</sup> Ibid., p.62.

Rago demonstra que pelo lado dos dominados, os anarquistas também se preocuparam com a organização familiar. Discursaram a favor da emancipação da mulher, sob os preceitos do mundo projetado por eles:

Várias vozes se levantaram entre os libertários, defendendo os direitos da mulher, buscando conscientizá-la da importância de sua libertação numa sociedade machista e opressora, anunciando a possibilidade do amor livre, da maternidade voluntária, da igualdade de direitos entre os sexos, da eliminação da prostituição, a partir da construção de uma ordem social fundada na igualdade, na liberdade e na justiça social.<sup>438</sup>

Da mesma forma, a concepção libertária propõe outras formas de educação para as crianças, que "busca formar pessoas críticas, desenvolver a espontaneidade criadora, libertar o homem das superstições e preconceitos que inibem seu crescimento pessoal"<sup>439</sup>.

Rago assinala, ainda, um outro local de luta cotidiana: a habitação do operário, que não escapa da disciplinarização imposta pelos dominantes. Pois, a sociedade burguesa pretende, por meio dos poderes públicos,

[...] fabricar indivíduos produtivos e submissos a partir do modelo que ela faz da classe trabalhadora. Nesse sentido, a questão da habitação dos pobres constitui um domínio que os poderosos procuram solucionar a partir da imposição de normas precisas de habitabilidade.

Com a construção de vilas operárias, o burguês, procura fixar o trabalhador ao redor da fábrica, como forma de expropriá-lo ainda mais de suas liberdades de gozar a vida e, também, como forma de induzir o trabalhador a gastar o seu salário nos estabelecimentos das fábricas e das vilas operárias<sup>440</sup>.

Destarte, desde o incentivo ao casamento monogâmico, a construção do futuro operário, até a organização da vida nas vilas operárias; a classe dominante busca a melhor forma de manter o trabalhador, especialmente o jovem, distante dos "perigos da rua".

---

<sup>438</sup> Id., loc. cit.

<sup>439</sup> Ibid., p.148.

<sup>440</sup> Cf. Ibid., p.175-199.

Através da organização do espaço urbano, a classe dominante pode vigiar e cercar o trabalhador minuciosamente desde os momentos mais íntimos de sua vida diária. Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam<sup>441</sup>.

Segundo Rago, os operários, por sua vez, criticam a "intromissão do patrão" em todos os momentos da vida, ou seja, no trabalho, no lazer, no lar, etc. Os anarquistas pensam a inexistência das propriedades privadas na sociedade futura, conseqüentemente, da divisão entre a casa do burguês e a casa do operário<sup>442</sup>. Porém, o seu discurso a respeito da organização do espaço urbano mantém-se, apenas, na crítica ao discurso burguês:

A discussão em torno do tema da moradia popular e mesmo da organização do espaço urbano aparece, no discurso anarquista, muito mais numa perspectiva de crítica às imposições e aos 'benefícios' que partem dos proprietários ou dos poderes públicos [...] <sup>443</sup>.

Desta forma, em sua obra, Rago demonstra a existência de um projeto de domesticação da classe operária, que se origina por volta de 1910. As classes dominantes, a partir de múltiplas instâncias, buscaram construir um operariado obediente e produtivo. Contra os procedimentos disciplinares da burguesia, os anarquistas "opuseram uma luta ferrenha, buscando realizar sua utopia de construção de um novo mundo"<sup>444</sup>, pensando outras formas de organização e sentido da família, do papel da mulher, da educação dos jovens, do espaço urbano, do lar e, especialmente, da fábrica.

Acompanhando a tendência da década de 1980, na narrativa de Rago predomina a descrição das práticas operárias e dos acontecimentos da época, contendo frequentemente citações diretas de fontes da imprensa operária. Seu modelo interpretativo é muito semelhante ao de Foucault, suas referências a Thompson têm, maiormente, a função de legitimar o texto dentro do campo de

---

<sup>441</sup> Ibid., p.183.

<sup>442</sup> Cf. Ibid., p.199-203.

<sup>443</sup> Ibid., p.200.

<sup>444</sup> Ibid., p.206.

produção sobre a classe operária, onde predominava (ou predomina) as concepções marxistas da história.

Em relação às fontes, a imprensa operária pesquisada por Rago é muito semelhante à pesquisada por Fausto, em ambos os estudos constam os jornais: *A Lanterna*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *La Battaglia* e *A Plebe*. Porém, enquanto Fausto se apropriou das fontes para compreender o "conflito social" em termos de greves, mobilizações, organizações sindicais, Estado, etc.; Rago possuía outras intenções:

Folheando as páginas já bastante amareladas destes jornais, reunidos há não muitos anos, a primeira impressão que me causam é a de uma riqueza muito grande de idéias e de acontecimentos de um período que vem sendo recentemente recuperado. Um universo vai-se delineando gradativamente aos meus olhos e é inevitável a pergunta: o que queriam aqueles loucos românticos? *Luocos? Românticos?* [...]

Mas não só destes temas [greves, mobilizações, resistência nos locais de trabalho, etc.] vive a imprensa anarquista das primeiras décadas do século no Brasil: ela fala do amor, do lazer, registra excursões e piqueniques, sessões culturais, conferências educativas, discute uma nova moral. Propõe uma nova maneira de viver, anuncia um mundo fundado na igualdade, na liberdade e na felicidade, que deve ser construído por todos os oprimidos, aqui e agora<sup>445</sup>.

É a partir de outras representações de classe operária e história que Rago se apropria das fontes jornalística. Por isto, busca nessas fontes recuperar as práticas desses "loucos românticos" e vê nelas - nas mesmas fontes que Fausto vê predominantemente organização sindical, luta econômica, greves, etc. - amor, lazer, cultura, felicidade, moral, educação, enfim, a maneira de viver operária, em oposição à maneira de viver burguesa.

### 4.3 RESGATANDO OS ATORES LIBERTÁRIOS

Esses e outros trabalhos, da década de 1980, dão voz às representações libertárias do início do século no Brasil. Esse desvio surge, em parte,

---

<sup>445</sup> Ibid., p.16.

pela apropriação de teorias produzidas por pensadores estrangeiros, mas essa apropriação só pôde ocorrer por meio da constituição de outras representações de história e de classe operária entre os acadêmicos brasileiros, na década de 1980.

A possibilidade de transformação da sociedade brasileira não é mais determinada por uma estrutura social e pela organização político-partidária da classe operária, mas por condições históricas que não podem ser previamente deduzidas por meio de um modelo teórico fixo. Entretanto, ainda existe a possibilidade de transformação da sociedade atual e da constituição de uma sociedade mais igualitária, agora por meio das múltiplas formas de luta política.

Nas obras de Campos e Rago emerge uma representação de classe operária, compartilhada por grande parte dos acadêmicos da década de 1980: Não existe mais classe operária desarticulada, apática ou inconsciente no Brasil. Os operários possuem seus próprios saberes e práticas de resistência, que atingem todas as instâncias de dominação burguesa; não precisam de porta-vozes, vanguarda ou cientistas para representá-los, guiá-los ou educá-los em sua luta histórica. Em sua perspectiva, os acadêmicos da década de 1980 descobrem a "verdadeira" classe operária brasileira, diversificada e forte, que sonha e luta por uma sociedade mais justa, livre e igualitária; até então silenciada pela produção acadêmica anterior.

Surge, também, na perspectiva da década de 1980, a noção de resgate. Isto é, o resgate das categorias libertárias como forma de identificar os *germens* revolucionários presentes na classe operária brasileira do final da década de 1970:

Impressionados [os intelectuais] pelas demonstrações desses sinais de vida própria dos dominados [nas greves de 1978], muitos de nós nos voltamos para a interrogação do seu significado e de sua gestação. Vivemos todo um movimento intelectual de revisão histórica, buscando as raízes do presente, invisíveis nas formas passadas de representação do social<sup>446</sup>.

Existe aí um sentido de história, que nasce no movimento anarquista do início do século XX, passa pelas greves do ABC paulista do final da década de 1970 e, provavelmente, termina na sociedade futura sonhada pelos libertários. Com a história resgatada, o presente recebe significado e o futuro é projetado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*<sup>447</sup> de Boris Fausto, *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*<sup>448</sup> de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*<sup>449</sup> de Luzia Margareth Rago e *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*<sup>450</sup> de Cristina Hebling Campos; carregam representações de classe operária e de história e, conseqüentemente, enunciam práticas socioculturais e projetam o futuro.

Na perspectiva de Roger Chartier<sup>451</sup>, as representações são "dispositivos mentais estáveis" de classificações e de percepções (estabelecimento de limites, de posições, distinções, julgamentos, etc.), partilhadas por um determinado grupo de indivíduos, que organizam a apreensão e inteligibilidade do real desse grupo - por exemplo, a forma como os intelectuais compreender seu papel e posição em relação à sociedade ou o papel e a posição da classe operária. Apesar de ambicionarem a universalidade e a racionalidade, as representações correspondem a um determinado lugar sociocultural - em nosso caso, correspondem ao campo de produção acadêmico. Destarte, muitas vezes estão em concorrência entre si por legitimidade, da mesma forma que os grupos socioculturais que as forjam estão em concorrência entre si por melhores posições na sociedade ou no interior do campo - por exemplo, o confronto entre USP e ISEB ou entre USP e UNICAMP, pela legitimidade de compreender a sociedade brasileira.

Ainda, as representações são constituídas historicamente. Isto é, no decorrer do tempo, um determinado grupo sociocultural (por meio de suas próprias representações e práticas) se apropria de outras representações e práticas, forjando

<sup>446</sup> PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. op. cit., p.130.

<sup>447</sup> Referência da primeira publicação: FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

<sup>448</sup> Referência da primeira publicação: HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

<sup>449</sup> Referência da primeira publicação: RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>450</sup> Referência da primeira publicação: CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921**. Campinas: Pontes, 1988.

<sup>451</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.; CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v.5, n.11,

"novas" representações que serão matrizes de "novas" práticas e "novos" discursos. É o caso dos acadêmicos da década de 1980, que ao se apropriarem de um conjunto de práticas e representações de outros grupos socioculturais como, por exemplo, dos operários brasileiros do período e dos intelectuais estrangeiros; constituíram "novas" representações, passaram a conceber o mundo, eles mesmos, os outros e, até mesmo, a história de forma diferente.

Portanto, essa noção de representação rompe com a distinção entre estruturas objetivas e representações subjetivas. Pois, a estrutura sociocultural está incorporada nas representações de cada grupo; estas são matrizes de discursos e práticas, ou seja, comandam atos que têm por objetivo construir o mundo social. Daí, é possível articular essa noção de representação com o "modelo interpretativo" de Michel de Certeau<sup>452</sup>. Já que este, ao analisar a produção acadêmica, verifica o "não dito", o que não se manifesta claramente no discurso historiográfico, a saber; o lugar na estrutura sociocultural que os historiadores/acadêmicos ocupam. Constituídas de acordo com um determinado lugar acadêmico, as representações tornam-se matrizes de uma determinada prática e escrita acadêmicas. A prática diz respeito às normas de pesquisa, ao modelo interpretativo, ao método e fontes pesquisadas, às temáticas e objetos, etc.; e a escrita diz respeito à narrativa, à inteligibilidade dada aos recortes documentais e manifesta um sentido para a história.

Nessa perspectiva, entendemos que a concepção materialista da história, a ser apropriada pelos acadêmicos brasileiros, favoreceu a constituição de representações de mundo, de classe operária e de história. Pois, essa concepção carrega consigo um papel (ou função) para a classe operária, uma representação de passado, um projeto de futuro, enfim, um sentido para o tempo (ou para a história):

O saber histórico assim construído e valorizado permitia, de um lado, apontar para um futuro seguro; de outro, garantia nossa continuidade numa linha do progresso, revelando nossa 'nobre' origem, mostrando como havíamos evoluído desde a infância, identificada com os gregos.<sup>453</sup>

---

p.173-191, 1991.; CHARTIER, Roger. A HISTÓRIA HOJE: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-113, 1994.

<sup>452</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p.65-119.

Para Marx e Engels <sup>454</sup>, em linhas gerais, a história dos homens começa quando estes em conjunto passam a produzir seus viveres. Isto é, para atender as necessidades básicas (alimento, moradia, vestimentas, etc.) formam-se relações sociais entre os homens, que permitem o desenvolvimento das forças produtivas (capacidade de produção, domínio sobre a natureza, desenvolvimento tecnológico, matérias-primas utilizáveis, etc.). Depois de atendidas as necessidades básicas, surgem novas necessidades e as forças produtivas e as relações sociais se desenvolvem.

Desta maneira, a produção e a reprodução da vida humana, inicialmente, requerem uma cooperação "simples" entre os indivíduos. Posteriormente, ocorre o aumento da população, novas necessidades surgem, novos objetos são incorporados ao ambiente, novas relações entre os indivíduos e entre estes e a natureza são constituídas, gerações de homens se sucedem e a experiência humana se acumula; levando a sociedade a um outro estágio socioeconômico mais desenvolvido. É por isso que na concepção materialista da história, a história da humanidade pode ser dividida em estágios de desenvolvimento, ou seja, em modos de produção: comunista primitivo (ou tribal), antigo, feudal, capitalista e comunista. Para ocorrer a Revolução que transforma um modo de produção em um mais evoluído, é necessário o desenvolvimento das forças produtivas (ou da estrutura socioeconômica) e a constituição de uma massa revolucionária (ou a ação dos atores sociais). Na passagem do capitalismo para o comunismo (último estágio de desenvolvimento humano), a massa revolucionária é a classe operária, ou seja, no modo de produção capitalista a classe operária possui um imenso potencial de transformação social.

Como vimos, ao longo do último século, a classe operária brasileira apareceu representada de diferentes formas, por diferentes grupos socioculturais. Os *uspianos* do final da década de 1940 e início da década de 1960 - primeiros a produzirem textos de caráter acadêmico a respeito da classe operária no Brasil -, compartilham uma representação de mundo que dá origem: Em primeiro lugar, a um modelo interpretativo em que as estruturas socioeconômicas determinam as práticas socioculturais e a própria instância política formal (Estado, partido e sindicato). A

---

<sup>453</sup> RAGO, Luzia Margareth. O historiador e o tempo. In ROSSI, Vera L. S. De; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Alínea, 2003, p.32.

classe operária brasileira e suas práticas decorrem diretamente dessa estrutura, com o desenvolvimento econômico e social seria possível atingir uma sociedade mais democrática e uma classe operária consciente. E, em segundo lugar, a uma prática de pesquisa que praticamente exclui as fontes jornalísticas, uma vez que essas não contribuem diretamente para a compreensão das estruturas socioeconômicas do país.

Gradativamente, se constituem "novas" representações entre os *uspianos* por meio da apropriação de outras representações e práticas, surgidas no decorrer da década de 1960 como, por exemplo, a constituição do regime militar, a hegemonia de "princípios de esquerda" entre os grupos eruditos, a alternância entre a percepção de modernização e estagnação do país, etc. Daí, na década de 1970, emerge outro modelo interpretativo da classe operária brasileira entre os *uspianos*, que busca compreender as especificidades desconsideradas pelo modelo anterior (é a prática do desvio assinalada por Michel de Certeau<sup>455</sup>), isto é, busca compreender a importância das práticas operárias nos espaços da estrutura.

Nesse momento, o modelo interpretativo *uspiano* se impõe definitivamente entre os intelectuais, em relação às outras formas de compreender a classe operária brasileira e seu papel social como, por exemplo, a ideologia do ISEB ou os esquemas do PCB. Os *uspianos* entendem que a classe operária brasileira - como outros grupos socioculturais, com exceção deles próprios - é historicamente desarticulada. Isso se deve tanto as determinações estruturais, quanto as práticas da própria classe. Nesse quadro, a classe operária brasileira não consegue cumprir seu papel para constituição de uma sociedade mais democrática, livre, igualitária, etc. Isso é o que encontramos na obra de Fausto e na obra de Hardman e Leonardi, apesar destes estarem vinculados a Unicamp e questionarem a produção acadêmica anterior, seu modelo interpretativo é muito semelhante ao presente na obra de Fausto.

Ao interpretarmos alguns trechos dessas obras, podemos verificar as expectativas de futuro e como os autores enunciam um papel a ser cumprido pela classe operária brasileira. Por exemplo, Fausto ao analisar a greve geral de julho de

---

<sup>454</sup> Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, passim.

<sup>455</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. op. cit., p.81-90.

1917, ocorrida em São Paulo e o movimento de novembro de 1918, ocorrido no Rio de Janeiro, concluí:

A ênfase e o estilo variam mas há um traço comum em toda a imprensa não comprometida diretamente com o governo. Simpatia pelas reivindicações dos grevistas, recusa a enquadrar a greve como conspiração minoritária, defesa da violência estatal a partir de um dado limite: o sabre reprime a desordem e é necessário que o faça. Em meio às dificuldades materiais crescentes, não confinadas estritamente às classes populares, em meio à aversão aos *parvenus* da industrialização, esta atitude reflete o universo da 'oligarquia ilustrada' e da classe média tradicional. Ante o primeiro impulso das massas populares, tais setores defendiam com oscilação, no curso de 1917-1919, uma linha de ampliação da cidadania social, enquadrada na grande moldura do sistema oligárquico. Mas a resposta coercitiva do Estado acabaria por triunfar e o movimento operário ficaria reduzido a um pequeno círculo. Quando em meados dos anos vinte, a disputa interoligárquica com a inclusão da classe média se acendeu, ela teve em São Paulo um corte marcadamente elitista. A socialização das camadas dominadas parecia não só difícil como desnecessária<sup>456</sup>.

Mais adiante acrescenta:

Postas em confronto as medidas tendentes a assimilar a classe operária e as tendentes a excluí-la do sistema vigente pela via da repressão, salta aos olhos que as últimas preponderam largamente. No campo da sociedade civil, a atitude excepcional de um Jorge Street não se consolida e os grandes industriais reforçam a técnica dos estreitos contatos com o aparelho repressivo, da organização das listas negras de indesejáveis, cuja personificação mais expressiva se encontra em Pupo Nogueira, secretário do CIFTSP, nos anos vinte. No âmbito do Estado enquanto as tentativas de se aprovar uma legislação social desembocam em um quase total fracasso, as ações repressivas e leis da mesma natureza são a tônica dominante.

[...]

Afinal, se a tese da simples outorga da legislação trabalhista nos anos trinta carece de base histórica, a sua implementação gradual se deve mais à crise de hegemonia aberta naqueles anos do que à retomada - embora não desprezível - das mobilizações operárias<sup>457</sup>.

<sup>456</sup> FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986, p.211.

<sup>457</sup> *Ibid.*, p.241-243.

Em outras palavras, segundo Fausto, no final da década de 1910, as massas populares ou, mais especificamente, o movimento operário buscou impulsionar a ampliação da cidadania social, ou seja, a constituição de uma sociedade mais justa e democrática. Contudo, isso não ocorreu devido ao poder das classes dominantes e a incapacidade da classe operária em cumprir seu papel de transformar a sociedade. Hardman e Leonardi, apesar de criticarem o movimento operário do período, por não realizar a luta na instância da política formal; atribuem mais crédito ao movimento operário do que Fausto (o que seria uma aproximação em relação à produção posterior), bem como deixam transparecer com mais clareza o papel da classe operária na constituição da sociedade futura:

Diante do movimento operário que, apesar da instabilidade organizacional própria de um proletariado ainda em formação, se fazia presente na vida social e na cena política brasileira, de forma cada vez mais intensa, como reagiram as classes dominantes e o Estado na Primeira República? Basicamente, através de forte repressão policial e jurídica, dada a própria fraqueza congênita da burguesia brasileira, incapaz de organizar politicamente sua dominação de classe fora do quadro de sistemas autoritários ou ditatoriais. Porém, além deste traço predominante, a própria pressão real do movimento operário obrigou a classe dominante a valer-se de outros recursos, para além da pura repressão. A este respeito, toda a legislação trabalhista elaborada pelo Estado na Primeira República, muito antes da era varguista, representa um ensaio geral do que seria a política sistemática do Estado em relação à 'questão social' após 1930. [...] O aparecimento da legislação do trabalho refletiu, basicamente, os efeitos concretos que o ascenso do movimento operário provocava sobre a política 'social' das classes dominantes. De qualquer modo, pois, 'a regulamentação do trabalho foi uma conquista da classe operária obtida através de uma árdua luta que se desenrola na Primeira República, principalmente sob direção dos sindicatos anarco-sindicalistas'. Sobre este tema, um outro autor [Alberto da Rocha Barros, em *Origens e Evolução da Legislação trabalhista*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969] confirma: 'As causas da legislação trabalhista e de previdência social brasileira estão, pois, nas lutas dos trabalhadores, em escala nacional e em escala internacional, pelos seus próprios interesses. Essa legislação é uma conquista, não uma concessão. Assim como o terceiro Estado não obteve os direitos que aspirava, pela concessão generosa da Nobreza e do Clero, assim também o operariado conquistou os seus direitos, não os teve como dádiva das classes dirigentes'<sup>458</sup>.

---

<sup>458</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982, p.335-336.

Nesse trecho, Hardman e Leonardi ao se apropriarem da concepção materialista da história e da fala de Rocha, indicam que a luta da classe operária pelos seus direitos, durante a Primeira República, levou à constituição de uma legislação trabalhista. Para os autores, isso foi uma pequena conquista para a classe operária, mas parece representar um avanço dentro de uma linha de sentido em que já ocorreu a revolução burguesa ("onde o Terceiro Estado conquistou os seus direitos") e, está por ocorrer, a revolução operária (onde os operários irão conquistar definitivamente todos os seus direitos).

Em suma, essas obras dedicam sua atenção as grandes organizações sociais de dominação e resistência - o Estado e os sindicatos -, como sendo os lugares legítimos de luta política e transformação da sociedade. Indicam que o Brasil, no início do século XX, possuía um baixo desenvolvimento industrial, uma vez que a base da economia residia na agro-exportação; e um Estado repressor, que não fornecia vias institucionais de representação política à classe operária. O movimento operário, onde predominava a ideologia anarco-sindicalista, reivindicava a destruição do Estado e não reconhecia a luta político-partidária, desta forma, excluía a possibilidade de uma transformação social nos moldes da concepção marxista-leninista. Ainda, essas obras carregam uma função (um papel) para classe operária e um sentido de história, a saber: No momento em que as condições estruturais favorecerem e a classe operária estiver devidamente organizada politicamente (em sindicato e em partido), ocorrerá a transformação das relações sociais atuais e, conseqüentemente, a constituição de uma sociedade mais livre e igualitária.

Na década de 1980, o ambiente universitário não é o mesmo, se constituiu um outro conjunto de práticas e representações entre os acadêmicos. Estes - em grande parte - já não se colocam em uma posição superior em relação aos outros grupos socioculturais, já não se consideram os únicos a compreenderem a realidade brasileira, acreditam que as práticas e o saberes operários são capazes de resistir de distintas formas a dominação burguesa, mesmo que os operários excluam a luta político-partidária. Esta é a perspectiva das obras de Cristina Campos e Margareth Rago.

Ambas as autoras criticam fervorosamente a produção anterior, por esta representar a classe operária brasileira da Primeira República, como desarticulada, inconsciente e incapaz de resistir a dominação burguesa. Nesse

sentido, buscam consagrar outro modelo interpretativo, que predomina na Unicamp e enxerga nas práticas e nos saberes operários, formas de organização e resistência desconsideradas pela produção acadêmica anterior. Contudo, da mesma forma que a produção anterior, as obras de Campos e Rago manifestam uma expectativa de futuro e um papel para classe operária, vejamos alguns trechos:

Os momentos em que os trabalhadores aparecem como classe, são aqueles em que eles se recusam, coletivamente, à dominação. Falo em momentos de constituição porque esta recusa assume formas limitadas e diferentes nos diversos tempos e lugares. O que existe de comum entre eles é aquilo que apavora os governantes e mantém tensos os empreendedores e exploradores; é algo coletivo, e frequentemente inexplicável. Uma revolta que, além da negação do poder, passa pela crítica das instituições que o conformam. É algo que pode ter o seu aparecimento ligado ao trabalho organizatório dos militantes operários, mas que nem eles próprios têm domínio<sup>459</sup>.

Para Campos, a própria noção de classe envolve o exercício de um papel (função) por parte do trabalhador. Isto é, os trabalhadores só se constituem como classe quando recusam coletivamente à dominação, quando criticam as instituições que os conformam. Destarte, nesse trecho, a autora transparece que o papel da classe operária é questionar a sociedade vigente, buscando constituir uma sociedade onde não haja dominação. Tanto as expectativas de futuro, quanto o papel da classe operária, em linhas gerais, não diferem do que é enunciado pela produção anterior; a diferença surge na forma (no modo), como nos esclarece o seguinte trecho da obra de Rago:

A este conjunto de procedimentos disciplinares, os anarquistas e operários em geral se opuseram numa luta ferrenha, buscando realizar sua utopia de construção de um novo mundo, mais humano, mais justo, mais livre, onde todos teriam seus direitos de vida assegurados. No campo da educação, no âmbito da produção, na redefinição dos papéis sociais atribuídos a homens, mulheres, crianças, na reestruturação das relações familiares e afetivas, na composição de uma nova paisagem espacial, os anarquistas acenaram com propostas que, de certo modo, refletiam os anseios e as esperanças de uma classe negada em todos os momentos de sua vida cotidiana, do trabalho ao lazer, e que sem dúvida se fez num processo de luta, cujas marcas se mantiveram profundas, a despeito de toda tentativa de silenciamento<sup>460</sup>.

<sup>459</sup> CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário**: Movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas: Pontes, 1988, p.117.

<sup>460</sup> RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.206.

Os operários continuam lutando por uma sociedade mais justa, livre e humana, mas o confronto transformador não ocorre unicamente na instância da política formal, ocorre em múltiplas instâncias, em todo o lugar, há todo o momento.

Em todas as obras aqui interpretadas, emerge uma espécie de messianismo acadêmico. Esses acadêmicos enunciam que a constituição de uma sociedade brasileira mais livre, igualitária, democrática, etc.; passa pela ação da classe operária. Isto é, o papel da classe operária é transformar a sociedade capitalista - motivo de sua existência e de sua condição de classe dominada - em uma sociedade livre dessa dominação. Por um lado, a "massa revolucionária" é amiúde a classe operária e, por outro lado, a forma e a intensidade em que as condições estruturais, as práticas e os saberes operários "agem" em relação à transformação social, bem como a forma como se dará essa transformação, varia de acordo com as representações dos autores.

Reafirmamos que a intenção de nossa interpretação não é eleger uma "versão verdadeira" para a história da classe operária brasileira, mas compreender como essa história foi escrita, a partir de diferentes representações de mundo, de classe operária e de história. Nossa crítica ocorre no processo de compreensão, está fundamentada nos paradigmas da História Cultural e, até por isso, não tem a intenção de ser absoluta ou definitiva.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicato e partido no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**: O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v.5, n.11, p.173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. A HISTÓRIA HOJE: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.97-113, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

DECCA, Edgar Salvadori de. A ciência da produção: Fábrica despolitizada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Marco Zero, n. 6, p.47-79, 1983.

DECCA, Edgar Salvadori De. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social: (1890-1920)**. São Paulo: Difel, 1976.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

FICO, Carlos. **A história no Brasil (1980-1989)**: séries de dados. Ouro Preto: UFOP, 1994, v.2.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GIANNOTTI, José Arthur (org.). **Os Pensadores**: Karl Marx - Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GOMES, Ângela de Castro (org.). **Leituras críticas sobre Boris Fausto**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HALL, Michael McDonald; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história operária: organização, lutas e controle. In PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários e militantes**: Arte, memória e cultura anarquista. Campinas: Unicamp, 1984, p.96-120.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWM, Eric John Earnest. **Mundos do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBBSAWM, Eric John Earnest. **Rebeldes Primitivos**: Estudo sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

JOANILHO, André Luiz. Michel Foucault e a pesquisa histórica: Questões de método. In DENIPOTI, Cláudio; JOANILHO, André Luiz (orgs.). **Leituras em História**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2003, p.14-24

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa**: Análise das greves de maio/78. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Grijalbo, 1976.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/> Acesso em: 14 out. 2007.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MORAES, João Quartim de (org.). **História do marxismo no Brasil**: Os influxos teóricos. Campinas: Unicamp, 1994, v.2.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. 1. ed. São Paulo: Marco Zero, 1987, v.1, p.43-101.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Marco Zero, v.3, n.6, p.129-149, set. 1984.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Em busca de uma outra História: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História.** São Paulo: Contexto, v.15, n.29, p.9-27, 1995.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Trabalho industrial no Brasil: Uma revisão. **Estudos Cebrap,** São Paulo, n.14, p.119-131, out. nov. dez. 1975.

PLEKHANOV, Gheorghii Valentinovitch. **Os princípios fundamentais do marxismo.** São Paulo: Hucitec, 1978.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

RAGO, Luzia Margareth. O historiador e o tempo. In ROSSI, Vera L. S. de; ZAMBONI, Ernesta (orgs.). **Quanto tempo o tempo tem!** Campinas: Alínea, 2003, p.25-61.

RODRIGUES, Leôncio Martins; MUNHOZ, Fábio Antônio. Bibliografia sobre trabalhadores e sindicatos no Brasil. **Estudos Cebrap,** São Paulo, n.7, p.151-171, jan. fev. mar. 1974.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param: Greves e mudança social no Brasil: 1945-1990.** São Paulo: Ática, 1994.

SEGATTO, José Antonio. **Breve História do PCB.** São Paulo: LECH, 1981.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, revuelta y consciência de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.** 3. ed. Barcelona: Crítica, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro. 50 anos de fundação do Iseb. **Jornal da Unicamp,** Campinas, p.11, 8-14 ago. 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, n.3, p.9-24, 1978.